

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

THIAGO ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS

**OS SINUOSOS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA/PE EM TEMPOS
DE CRESCIMENTO ECONÔMICO**

RECIFE

2013

THIAGO ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS

OS SINUOSOS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA/PE EM TEMPOS
DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^a. Ana Cristina de Souza Vieira.

RECIFE

2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S237s Santos, Thiago Antônio Pereira dos
Os sinuosos caminhos do desenvolvimento: pobreza e desigualdade social no município de Ipojuca/PE em tempos de crescimento econômico / Thiago Antônio Pereira dos Santos. - Recife : O Autor, 2013.
110 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina de Souza Vieira.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2013.
Inclui referências.

1. Desenvolvimento. 2. Pobreza. 3. Desigualdade social. I. Vieira, Ana Cristina de Souza (Orientadora). II. Título.

338.9 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 114)

THIAGO ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS

**OS SINUOSOS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA/PE EM TEMPOS DE
CRESCIMENTO ECONÔMICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 30/08/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Souza Vieira
(Orientadora) Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^o Dr.^a Vitória Régia Fernandes Gehlen
(Examinador Interno) Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^o Dr.^a Maria Ilk Nunes de
Albuquerque (Examinador Externo) Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta dissertação à minha mãe, que na luta pela vida está a reinventar formas de resistência e a descobrir entre as veredas dessa agreste realidade brasileira novos sentidos da existência.

AGRADECIMENTOS

Nas esquinas festivas, afetivas e, porque não, acadêmicas da vida, os encontros e desencontros vão tecendo os caminhos da nossa construção enquanto sujeitos historicamente determinados, mas teleologicamente capazes à invenção do novo e a reinvenção do passado pelas nossas possibilidades presentes. E assim tem sido em minha construção enquanto ser inquieto, comunista e alvirrubro que me tornei.

Muitas são as influências que de alguma forma atravessaram junto a mim o intenso percurso do momento acadêmico que está a se finalizar, de múltiplas formas existiram contribuições acadêmicas, políticas e afetivas que em sua multiplicidade deram relevo à construção partilhada do saber como forma privilegiada de aproximação à realidade.

O mosaico que estou a me referir vai desde a extensa família biológica (mãe, passando por irmãos, primos, tios e tias, etc.) aos camaradas de trabalho, aos companheiros de variados sotaques e idiomas que dedicam expressiva parte de suas energias à construção da emancipação humana, aos *chegados* que sóbrios ou ébrios ocupam os botecos recifenses de criatividade imaginativa, de fantasia.

Espaço à parte dedico aos companheiros de turma, pessoas que também se transformaram em parceiras no compartilhamento das angústias e alegrias e que no enfrentamento à mecanização na construção do conhecimento não sucumbiram à lógica fabril que predomina nas orientações das políticas educacionais.

A Aurora e Ilka agradeço a atenção maternal dos conselhos, das maduras palavras quando essas se fizeram necessárias. Agradeço também à fina sintonia, através da proximidade de gostos musicais, os diálogos e tudo mais a Simone, Delânio e Clara, assim como não poderia deixar de destacar meus agradecimentos a Junior e Aldineide pela tranqüilidade da fala, sensatez e rigor teórico/metodológico na análise da realidade. Registro ainda o apreço que tenho por Magaly que se expressa no compartilhamento dos sarcasmos e risos que facilmente fluem em nossos encontros. Por último, mas não menos importante, quero dizer do enorme carinho que nutro pela parceira, camarada e *chegada* Jayce Mayara, companheira pro que der e vier.

Agradeço ainda ao corpo docente do programa de pós graduação em Serviço Social da UFPE (Vitória Gehlen/ Ângela Amaral/ Valdilene Viana/ Anita Aline/ Alexandra Mustafá/ Marco Mondaini/ Juliane Peruzzo, etc.) pelas contribuições e compromisso com a formação. Em especial destaco a orientadora desse trabalho, Ana Cristina de Souza Vieira, que em uma parceria de alguns anos, em que pese exercitar sua capacidade de paciência diante de um

orientando não poucas vezes inconstante, tem contribuído decisivamente em minha busca pela maturidade intelectual através das precisas e objetivas conversas e orientações.

Como assistente social que cotidianamente vivencia os desafios do SUS e enfrenta as hierarquias historicamente construídas na política pública de saúde, não posso deixar de registrar meus agradecimentos aos pares profissionais que comigo dividem a convicção do respeito ao direito do usuário a um serviço público e de qualidade, assim como aos usuários de nossos serviços, particulares exemplares de *severinos* que insistem em recriar a beleza da vida a cada dia.

Quis o destino que o momento no qual estou a finalizar este trabalho simultaneamente estivessem a acontecer as principais mobilizações de massas no país das últimas duas décadas. Como toda ação tem uma reação, o avanço das mobilizações da juventude e do conjunto dos trabalhadores, a despeito de encurralarem o poder instituído à formulação de respostas ante o quadro de precarização das políticas públicas, tem produzido do lado contrário o avanço da intolerância e da indiscriminada violência estatal. Diante de tempos nos quais confiscam nossos *vinagres e máscaras*, imperativo se faz avançar em nossa organização enquanto classe e denunciar as perseguições em curso aos que lutam, nesse sentido é necessário afirmar: **Somos todos Amarildos!!!**

RESUMO

As contribuições presentes em nossa proposta de dissertação objetivam entender as alterações relacionadas à pobreza e à reprodução da desigualdade social postas em trânsito a partir da conjuntura de crescimento econômico dessa primeira década do século em curso, assim como problematizar *os consensos* quanto ao projeto hegemônico de desenvolvimento que tem na combinação da universalização de programas de transferência de renda, valorização real do salário mínimo e criação de milhões de postos de trabalho, sua base objetiva. O caminho analítico seguido a partir de relatórios e documentos da Secretaria de Planejamento do estado de Pernambuco (SEPLAN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), tem como propósito particularizar as tendências que despontam na realidade brasileira no território específico de Ipojuca/PE, que de modo intenso vivencia transformações na composição de seu Produto Interno Bruto (PIB), resultando, segundo a SEPLAN, em ser na atualidade o município do estado proporcionalmente mais industrializado, com participação de 31,14% da indústria na composição da produção de sua riqueza, enquanto a nível estadual a média para o ano de 2010 foi de 22,14%. Com ritmo de crescimento do PIB superior a 280% no agregado da última década (2000/2010), o município apresentou para o ano de 2010 renda *per capita* próxima a onze vezes a média do estado de Pernambuco para o mesmo ano. A atração dos investimentos localizados no complexo industrial e portuário de SUAPE tem sido a principal fonte das taxas *chinesas* de crescimento verificadas no município na contemporaneidade. A despeito dessa realidade, os contrastes se avolumam no território tendo como meio de expressão o sucateamento das políticas públicas, cenário que diretamente impacta no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município como o terceiro pior entre as quatorze cidades que compõem a Região Metropolitana do Recife (RMR). A agudização das expressões da “questão social” tem representado a alteração do cotidiano, este aqui entendido como o espaço no qual se gestam os modos de vida e, vem apresentando a constituição de tendências que estão a alterar as formas de existência da população nativa. Dentre estas contemporâneas tendências podemos destacar os fluxos migratórios dentro do próprio território do município, acarretando no aumento de sua população rural ante a intensificação da especulação do espaço urbano, assim como o possível alargamento dos mecanismos de pauperização relativa, que se traduzem em uma proporcionalmente menor participação dos rendimentos do trabalho no conjunto das riquezas produzidas nas fronteiras do território, tendo como face contrária da mesma moeda uma elevação dos índices de exploração do trabalho e apropriação privada de seus resultados pelas frações burguesas que migraram seus investimentos para o município que estamos a analisar.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Pobreza. Desigualdade social.

ABSTRACT

The contributions present in our dissertation proposal aimed to understand the changes related to poverty and social reproduction of inequality put in transit from the conjuncture of economic growth this century's first decade in progress, as well as questioning the consensus regarding the hegemonic project development that has the combination of universal programs to transfer income, real appreciation of the minimum wage and creating millions of jobs, their objective basis . The path followed from analytical reports and documents of the Planning Secretariat of the state of Pernambuco (SEPLAN), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) , aims to individualize the trends that are emerging in the Brazilian territory specific Ipojuca/PE, which so intense experiences changes in the composition of its Gross Domestic Product (GDP) , resulting , according to SEPLAN , being at present the county 's most industrialized state in proportion with 31.14 % share of the industry composition of production their wealth , while the statewide average for the year 2010 was 22.14 % . Pace with GDP growth exceeding 280% in the aggregate of the last decade (2000/2010), the city presented for the year 2010 per capita income close to eleven times the average of the state of Pernambuco for the same year. The attraction of investments located in the industrial complex and port of SUAPE has been the main source of Chinese rates of growth recorded in the city nowadays. Despite this fact, the contrasts are being raised in the territory as a means of expression with the scrapping of public policy scenario that directly impacts the Human Development Index (HDI) of the municipality as the third worst among the fourteen cities that make up the metropolitan area of Recife (RMR). The worsening of the terms of the "social question" has represented the change in routine, this here understood as the space in which social movements gestate ways of life, and has shown the formation of trends that are changing the forms of existence of the native population. Among these we can highlight trends contemporary migration flows inside the territory of the municipality , resulting in the increase of the rural population in the face of intensifying speculation of urban space , as well as the possible extension of the mechanisms of relative impoverishment , which translate into a proportionally smaller share of labor income in all the wealth produced in the borders of the territory , with the opposite side of the same coin a rise in rates of exploitation of labor and the private appropriation of its results by bourgeois fractions that migrated their investment for the city we are looking .

Keywords: Development. Poverty. Social Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BM – Banco Mundial.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

ONGs – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PBF - Programa Bolsa Família.

PEA – População Economicamente Ativa.

PIB – Produto Interno Bruto.

PSF – Programa de Saúde da Família.

PT – Partido dos Trabalhadores.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento.

RMR – Região Metropolitana do Recife.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

SUS – Sistema Único de Saúde.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 SOCIABILIDADE BURGUESA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.	17
1.1 A reprodução da desigualdade social e da pobreza no capitalismo.....	17
1.1.1 A origem da desigualdade e do pauperismo.	22
1.2 Liberalismo e sociabilidade capitalista.	28
1.3 A Lei geral da acumulação e reprodução ampliada de capital.	31
1.4 Estado e políticas sociais: mediações necessárias	41
2 DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA: SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA OU DEPENDÊNCIA EM NOVOS TERMOS?	50
2.1 Caminhos da dependência: notas para a crítica do subdesenvolvimento brasileiro	50
2.2 Projetos de desenvolvimento e classes sociais no Brasil	56
2.3 Traços contemporâneos da vida brasileira: as mediações entre passado e futuro	62
3 “O ELDORADO NORDESTINO”: DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA EM TEMPOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	75
3.1 Desigualdades do desenvolvimento brasileiro: as particularidades nordestinas.....	75
3.2 Novos/velhos desafios: democracia e desenvolvimento em perspectiva.....	82
3.3 Ipojuca/PE: traços contemporâneos de um município em transformação.	91
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

A dissertação ora desenvolvida tem como temática de pesquisa a atual dinâmica de redução da pobreza no Brasil, bem como a dinâmica de reprodução das desigualdades sociais no lapso temporal dos últimos dez anos, avançando a partir daí na particularização de tais tendências no território específico do município de Ipojuca/PE. Período de tempo que inaugura entre nós a retomada de uma etapa de crescimento econômico, ainda que de modo diverso de nossa experiência com o chamado *milagre brasileiro*¹, no qual apesar do rápido crescimento econômico, próximo de 7 % ao ano, Pochmann (2008, p. 54) infere que “o Brasil não deixou de apresentar significativa heterogeneidade produtiva e social, ainda que tivesse consolidado um importante sistema de proteção social e de regulação do trabalho em âmbito nacional”. Diferentemente, os traços contemporâneos do desenvolvimento em nosso país conseguem construir hegemonia entre os que vivem do seu trabalho através da ideologia da *inclusão* pela via de acesso ao consumo.

Academicamente emergem, como em Pochmann (2010), teses que advogam o desenvolvimento de uma *efervescência* na base da pirâmide social brasileira, cujas resultantes sociais e políticas estariam a apontar elementos novos nas relações de assalariamento, desdobrando-se em inéditas possibilidades quanto aos embates classistas.

De modo panorâmico, as assimetrias estabelecidas entre a etapa de crescimento econômico dos idos anos 70 e os desdobramentos que o atual momento de crescimento vem produzindo no país, residem de modo fundamental na adesão das maiorias trabalhadoras aos projetos das frações de classe dirigentes. A conhecida fórmula do crescer para depois dividir, assim como o discurso da integração dependente à ordem mundial, em que pese a inexistência no atual projeto de desenvolvimento em voga no país de elementos de soberania nacional, passam a figurar como instrumentos superados nos discursos oficiais. Das distinções referidas resulta uma maior sofisticação na capacidade em construir *consensos* classistas em torno da idéia de que chegou a hora e a vez do Brasil.

Objetivamente uma tríade de fatores vem dando sustentação ao discurso referido; universalização das políticas compensatórias; política de valorização do salário mínimo; forte geração de empregos, notadamente entre os setores de menor remuneração. Se numa perspectiva sistêmica a articulação desses fatores não tem sinalizado alteração substantiva na

¹ Expressão que designa centralmente a década de 70 do século passado no país, período no qual o PIB brasileiro, sob o regime ditatorial civil-militar, alcançou média próxima aos dois dígitos de crescimento. Para diálogo mais aprofundado sobre o tema ver Pochmann 2008, capítulo 2.

participação do trabalho na composição global da renda no Brasil, a pauperização absoluta tem apresentado dinâmica de queda, em contraste com as tendências apresentadas no Brasil e na América Latina de conjunto quando da hegemonia do projeto neoliberal na década de 90 passada.

No município que iremos particularizar nossas análises, o cenário aberto na última década está a modificar o modo de vida de homens e mulheres que vem tendo interrompida a orgânica relação que mantinham com o território, tecendo o imperativo de novas estratégias de sobrevivência por parte desses. O ritmo acelerado do crescimento econômico não vem possuindo correspondência no fortalecimento da rede de políticas públicas em um território no qual além dos desiguais acessos ao incremento do excedente produzido, estão a se aprofundar diferenciações quanto ao acesso aos direitos sociais como saúde e educação pela via de sua respectiva financeirização.

De modo direto, as alterações positivas no tempo médio de escolaridade da população do município nos últimos dez anos ainda o situam com média de analfabetismo acima da média da RMR que era de 8,47% em 2010. Os dados do mesmo ano para Ipojuca registraram que o analfabetismo chegava a incidir sobre um quinto da população entre os maiores de dez anos de idade, 19,21%. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que pese à sensível melhora nas duas últimas décadas, centralmente relacionadas à redução da mortalidade infantil e aos índices de analfabetismo, Ipojuca ainda apresenta IDH inferior ao do vizinho município do Cabo de Santo Agostinho, no qual também está localizado SUAPE. De acordo com dados do IBGE para o ano de 2010, o município apresentou o terceiro menor IDH da RMR.

Aos entusiastas do projeto hegemônico em curso, a formulação de respostas às contradições que se avolumam passa a ocupar posição estratégica para o aprofundamento do atual modelo de desenvolvimento, sobremaneira quando trazemos ao debate ser Ipojuca na atualidade o segundo maior PIB do estado de Pernambuco, e ter em seu território um dos principais projetos de desenvolvimento do país na contemporaneidade, o complexo industrial e portuário de SUAPE, com capacidade ainda não completamente instalada.

Ante o cenário acima situado, desenvolvemos nosso problema de pesquisa da seguinte forma: Como se particulariza no município de Ipojuca/PE a atual tendência de diminuição da pobreza e suas incidências na dinâmica de reprodução das desigualdades sociais na conjuntura de crescimento econômico aberta na última década?

Portanto, os desafios diante dos quais nos colocamos é o de entender quais as repercussões que a inauguração de um tempo de rápido crescimento pode desenvolver no

território que constitui nosso objeto de estudo, como também quais as tendências que estão a despontar como sínteses desse peculiar momento de nossa história.

De forma contrária à lógica formal/cronológica, o caminho metodológico por nós utilizado partiu do presente como recurso para compreensão do significado histórico do atual momento de intensas alterações nas relações entre as classes, objetivamente expresso em mudanças nas formas e ritmos da produção. Enquanto síntese de um percurso econômico e social fortemente marcado pelas desigualdades sociais, o tempo presente localiza-se como a chave heurística para o apontamento das tendências que ganham corpo nos últimos dez anos no Brasil, particularizadas em Ipojuca.

É o presente que nos permite apresentar as possibilidades abertas para o futuro. As formações sociais nas quais os meios de produção alcançam seu maior estágio de desenvolvimento apresentam os fios que podem nos conectar às páginas pretéritas dos embates entre as classes. Tal recurso foi o que nos possibilitou construir sínteses relacionadas às inéditas possibilidades apresentadas no capitalismo brasileiro de nossos dias. Nessa direção assim sintetiza Marx (1982, p. 17) essa discussão do método:

A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, levam de arrastão desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado que toma assim toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco.

Se na perspectiva do método histórico/dialético as assertivas marxianas são fundantes das sínteses que estaremos a apontar na realidade objeto de nossas reflexões, movimento não menos necessário é o estabelecimento das mediações quanto à formação social brasileira, que em suas particularidades, desde os primeiros sinais de contato com o movimento de expansão mercantilista burguês em princípios do século XVI, desenvolveu no decorrer dos séculos formas singulares de acumular capital e reproduzir suas específicas relações sociais, assim como suas particulares formas de dominação.

A larga socialização de valores oligárquicos da qual nos fala Fernandes (2004) e, nesse sentido, a incompleta transição aos valores liberais da concorrência, da mecânica separação das esferas do mercado e do Estado como propunham os liberais clássicos, ademais de suas controversas experiências no continente europeu, no Brasil é esvaziada de sentido pela ocorrência do patrimonialismo como modelo pelo qual historicamente as frações dirigentes ocuparam o espaço público, dentre outros tantos elementos.

A não ocorrência da chamada revolução democrática brasileira, com garantias efetivas dos direitos sociais e de cidadania como expressão dos possíveis ganhos civilizatórios nos marcos do nosso capitalismo dependente, nos distanciou uma vez mais dos modelos clássicos observados destacadamente nos países da Europa ocidental. A dominação burguesa no Brasil, contrariamente a garantir melhores condições de reprodução das maiorias que sobrevivem do seu trabalho, construiu como especificidade em nossas fronteiras a sua capacidade de interdição às possibilidades de diálogo menos verticalizadas.

A resultante dessas interdições foi a construção de formas de dominação que casadas à ideologia da cordialidade do *homem* brasileiro (HOLANDA, 2005) articulou uma engenharia de reprodução ampliada de capital para qual foram funcionais as latentes diferenciações políticas e socioeconômicas que marcaram e continuam a marcar a vida nacional, além da aceitação das instituições do regime classista dependente pelas maiorias silenciadas.

O desenvolvimento desigual e combinado entre as nações (TROTSKY, 2007), em nossa proposta de estudo será instrumento para a problematização das assimetrias que os projetos de desenvolvimento ao longo da história brasileira produziram entre as regiões do país. Nesse sentido, trabalharemos a emergência da chamada questão regional (FURTADO, 1989) e seus estreitos vínculos com o projeto desenvolvimentista do século passado.

As sínteses que se seguem ao projeto de industrialização fundado na substituição de importações e abertura financeira e comercial às multinacionais, apontaram para superação da referida questão regional, atualizando-se em questão nacional (BACELAR, 2000) expressa na atenuação dos desiguais fluxos estabelecidos sobremaneira entre o centro-sul do país e a região nordeste. A emergência de novas rotas de investimentos no país desloca as assimetrias essencialmente entre as regiões para espaços dentro dos próprios estados, bem como dentro dos municípios receptores das contemporâneas estratégias de alargamento da acumulação.

Essas redefinições no território do município de Ipojuca se expressaram centralmente no complexo industrial e portuário de SUAPE. Complexo, como anteriormente sinalizamos, que está a alterar o modo de vida das maiorias e inaugurar novos ritmos e formas de exploração de mais-valia. O cenário até aqui traçado estará presente nos três capítulos de nossa dissertação organizados da forma que a partir de agora iremos expor.

Em nosso primeiro capítulo faremos o movimento de revisitar, a partir das categorias marxianas, as protoformas da sociabilidade burguesa, localizando em suas fronteiras os inéditos determinantes da pobreza e da desigualdade social como base da “questão social” a partir das tendências que a mesma engendra, quais sejam: apropriação privada dos resultados

do trabalho coletivo; tendencial empobrecimento dos produtores diretos, materializados em pauperizações absoluta e/ou relativa.

Nesse capítulo ainda faremos o diálogo com as teses liberais a partir de John Locke. Caminharemos na problematização das supostas atualizações das referidas teses nos projetos de redefinição da atuação do Estado e de eleição do mercado como espaço de regulação da vida social por excelência, denominados neoliberais.

Dos resultados do projeto neoliberal teremos o espaço político para a emergência do nacional desenvolvimentismo com sinal trocado (GONÇALVES, 2011) cujos resultados vão da diminuição da miséria à criação de um mercado formal de trabalho em flagrante expansão, em que pese sua precarização e concentração em ocupações com baixa remuneração.

No capítulo seguinte nosso desafio será localizar no tempo e no espaço de um mundo em crise a importância dos processos de desenvolvimento dos *países emergentes*, sobremaneira do bloco denominado como BRICAS, sigla que congrega (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo de países pelo qual os projetos de restauração dos níveis de lucros aos patamares anteriores à crise de 2008 possuem ponto dos mais destacados. A redefinição da divisão do trabalho entre as nações tem requisitado especializações produtivas entre os *emergentes*, que enquanto síntese ao Brasil tem resultado no avanço de uma pauta de exportação centrada em *commodities*, assim desenvolvendo o fortalecimento da indústria de matérias primas para a produção mundial.

No desenvolvimento do segundo capítulo faremos apontamentos relacionados com a formação social brasileira, analisando também as específicas relações entre as classes que se estabelecem no decorrer da consolidação das particulares formas de acumular da burguesia nacional associada aos setores dirigentes internacionais, bem como das relações que historicamente se constroem das classes fundamentais com o Estado. Para tanto, faremos aproximação com clássicos do pensamento social brasileiro como Holanda (1995) e Fernandes (2004).

Nos últimos tópicos construiremos um diálogo com o nosso objeto de estudo, materializado nas contemporâneas tendências que se desenvolvem em relação à pobreza e à desigualdade social a partir da conjuntura de crescimento econômico aberta na primeira década do século em curso. Nesse sentido recorreremos às contribuições de Arcary (2011); Oliveira (2010); Pochmann (2010, 2011); Mota (2010), literatura que sob diferenciadas perspectivas versa sobre as páginas atuais da vida brasileira, indicando tendências que passam a se estruturar, suas possibilidades e as perspectivas abertas pelo momento de constituição de um novo dinamismo no mercado interno e da retomada dos sonhos de mobilidade social, estes

sobremaneira vivenciados na etapa desenvolvimentista da historiografia econômica nacional do século passado.

No capítulo final refletiremos sobre os desafios do desenvolvimento nacional, tendo como norte o debate acerca das assimetrias que os projetos burgueses de suposta saída de nossa condição de capitalismo dependente produziram no decorrer das últimas dezenas de anos. Das referidas assimetrias debateremos as diferenciações regionais, agudizadas pelas tentativas de construção de um dinâmico mercado interno para a produção nacional concentrada em um primeiro momento no centro-sul brasileiro. Para tanto utilizaremos de referências tais como: Furtado (1989); Bacelar (2000).

As linhas finais de nosso terceiro capítulo versarão sobre o território específico do município de Ipojuca/PE, desvelando os fios de uma sociedade fortemente influenciada pela larga socialização de valores oligárquicos anteriormente citados, que teve no cultivo extensivo da cana de açúcar o círculo privilegiado de construção e reprodução das relações sociais entre as classes fundamentais no decorrer de sua história de ocupação, e que hoje além do acelerado crescimento econômico expresso nas altas taxas de crescimento do PIB, vivencia também aceleradas alterações demográficas, ocupacionais, sociais e econômicas que influenciam a emergência de novos embates por hegemonia e colocam à prova a capacidade das classes antagônicas em construir *consensos*.

1 SOCIABILIDADE BURGUESA E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

1.1 A reprodução da desigualdade social e da pobreza no capitalismo

Trazer como eixo de nossas problematizações a atual dinâmica de reprodução social da desigualdade social e da pobreza no Brasil, traduzidas no território específico do município de Ipojuca/PE, significa, do ponto de vista do caminho a ser percorrido, particularizar tal análise em um território socialmente marcado por assimetrias e desigualdades, no qual o *desenvolvimento desigual e combinado*² estabelece a convivência de dinâmicas socioreprodutivas distintas.

Ganha crescente importância nessa conjuntura a captura dos fios, muitas vezes invisíveis, que se conectam na construção de uma maior diferenciação social no território analisado. Cenário que diretamente repercute nos padrões de reprodução da desigualdade social em escala ampliada, bem como na estruturação de projetos de gestão da pobreza.

Cabe ainda a problematização das diferentes formas de integração das classes ao projeto burguês que se instala na região a partir do complexo industrial e portuário de SUAPE. Pensar nesses termos significa apontar que o projeto em voga produz e requer capacidades e formas de integração ontologicamente distintas quando se pensa em termos classistas. Em que pese o fato da necessária (para o capital) recuperação da taxa média de lucro, ainda inserida em uma nova divisão do trabalho entre as nações³, o capital defronta-se mais do que nunca com o imperativo de universalizar seu particular projeto de classe como única forma de sociabilidade viável.

A realidade apresentada tensiona *consensos*⁴, bem como abre contradições com capacidades de produzir deslocamentos no pêndulo de luta entre as classes. Para tal, sinalizar o movimento de reprodução ampliada da desigualdade social como tendência estruturadora do próprio movimento do capital apresenta-se como ponto de partida ao desafio necessário da crítica.

O que até aqui sinalizamos tem como objetivo dar relevo às mediações mais universais que incidem sobre a questão de pesquisa levantada, e nesse sentido traremos à cena a

² Sobre a dialética de construção das diversas formas de sociabilidade, Trotsky (2007, p. 166) sinaliza que “há etapas do desenvolvimento histórico que podem tornar-se inevitáveis em certas condições, sem que o sejam do ponto de vista teórico. Por outro lado, a dinâmica da evolução pode reduzir a zero etapas teoricamente “inevitáveis”, sobretudo durante as revoluções, chamadas, com acerto, “locomotivas da história”.

³ Temática que será objeto de nossas reflexões no segundo capítulo.

⁴ Aqui concebidos segundo a análise gramsciana de síntese de antagonismos entre classes na disputa por hegemonia, tendo os aparelhos privados de hegemonia (igrejas, mídia, escola, etc), como meios de difusão de particular forma de organização social.

discussão conceitual acerca da desigualdade social e da pobreza neste tópico. Tal movimento será acompanhado da análise da particularidade histórica da sociedade do capital em sua versão periférica, que na contemporaneidade forja um suposto abandono de sua condição de dependência, expresso no que se convencionou chamar *neodesenvolvimentismo*⁵.

Se a história constitui-se no movimento de negação de teses, nas quais dialeticamente articulam-se momentos de rupturas e continuidades, é no desafio de captá-las que residem as possibilidades de tornar fecundas as aproximações à realidade, particularmente no que toca aos recentes capítulos da vida brasileira, notadamente a última década, lapso temporal dos mais importantes no desvendamento do atual projeto de classe que dá sustentação ao *consenso* nacional de que chegou a hora e a vez do Brasil.

No projeto hegemônico contemporâneo, o combate à pobreza em suas manifestações mais latentes é um dos mecanismos mais importantes para a construção de sua viabilidade ideopolítica de um lado, e, por outro, mecanismo central à disponibilização da mão de obra demandada pelos projetos *estruturadores*⁶, complementado pela constituição de um respeitável exército de reserva com suas capacidades vitais preservadas, além do aumento da intensidade do ritmo de trabalho, bem como da chamada *modernização* da legislação ligada à proteção dos que vivem do seu trabalho. Os elementos acima citados podem ser aprofundados em Antunes (2010, p. 103-109), referência na qual o autor empreenderá esforço analítico na compreensão das tendências que sintetizam *a precarização estrutural do trabalho em escala global*.

A inserção na pauta estratégica de desenvolvimento do combate à pobreza extrema, apesar de ganhar fôlego no Brasil na primeira década do século atual, pode ter localizado seu desenvolvimento a partir da necessidade de respostas aos resultados sociais das sínteses advindas de Washington em fins dos anos 80 do século passado.

Tais sínteses orientavam *reformas* estruturais no sentido de garantir inserção competitiva, a partir de um determinado nível de dinamismo econômico das economias latino-americanas. Estruturavam-se a partir de três eixos principais, quais sejam: privatizações, disciplina fiscal e liberalização comercial, como nos deixa exposto Kuczynski⁷ (2004, p. 21).

⁵ Proposta de desenvolvimento hegemônica no Brasil contemporâneo e que mais detidamente será objeto de nossa análise no capítulo seguinte.

⁶ Projetos esses focados em empregos de baixa remuneração, expressos na porcentagem das ocupações até um salário mínimo criadas no Brasil na última década. Dados encontrados em Pochmann (2012 p. 22) dão conta que na primeira década do século, dos 2,1 milhões de empregos gerados anualmente, 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal. Concentram-se em obras de infra-estrutura aérea, portuária e rodoviária, além da construção civil.

⁷ Ex Ministro de Economia e Finanças do Peru em 2001/2002 e Ministro de Minas e Energia em 1980 – 1982. É autor de vários livros sobre a economia da América Latina.

Na elaboração do que se convencionou chamar *consenso de Washington* fica evidente a adoção de um modelo de desenvolvimento que eleva ao patamar de emergência a criação de nichos de acumulação ao capital privado via privatizações, incentivos fiscais e redefinição das relações comerciais entre as nações, acentuando a abertura dos chamados mercados emergentes às nações centrais, em detrimento de um dimensionamento dos possíveis impactos sociais de tais *reformas* na vida concreta de centenas de milhões de habitantes do continente mais desigual do mundo. Não ao acaso, em Kuczynski (2004, p. 22) a celebração dos primeiros movimentos de privatização merece adjetivações entusiasmadas, disserta o autor: “a privatização começou em grande estilo com a venda da participação acionária do Estado na Telefônos de México a um consórcio particular”; linhas à frente o autor informa que: “a Argentina começou a colocar sua casa fiscal em ordem durante um período de hiperinflação sem precedentes, e também vendeu o controle de sua companhia telefônica de propriedade estatal”.

As contradições que emergem desse cenário - como a escalada do desemprego estrutural, o adensamento das fileiras de homens e mulheres que passam a não ter a possibilidade de garantia de suas necessidades vitais como seres humanos - começam a sinalizar, mesmo aos cérebros dirigentes do processo de restauração das taxas médias de lucro do capital exposto em tal projeto, possíveis impeditivos à execução por completo do ideário *neoliberal* na região. No meio do caminho, além dos milhões sem condições de sobrevivência, existia o imperativo de antecipar-se à possibilidade de se gerar espaços de socialização da política dirigidos pelas maiorias, além da necessária manutenção de um exército de reserva a ser recrutado, quando da prometida conjuntura de crescimento econômico.

A tendência de crescimento no número de pobres na aurora dos anos 1990 do século passado na América Latina, do ponto de vista econômico, para os defensores das teses de Washington, repercute na retração da poupança interna e, segundo Kuczynski (2004, p. 25), impede “a extensão da criação da poupança necessária para financiar o crescimento rápido”. Podemos sinalizar que o circuito da acumulação burguesa passa a apontar que as oscilações na amplitude dos níveis de pauperismo absoluto são um dos determinantes para consecução das projeções de crescimento e conseqüentemente das possibilidades de obtenção de lucro.

Inaugura-se, a partir das constatações anteriormente referidas, a fase de defesa do crescimento econômico casado ao combate à pobreza como estratégia necessária para o aprofundamento da etapa flexível da acumulação capitalista. Ainda segundo o autor referenciado anteriormente, afirma que “conseqüentemente, nosso foco está tanto na

aceleração do crescimento quanto na melhoria da *distribuição de renda*. Acreditamos que ambos sejam possíveis e necessários”. (KUCZYNSKI, 2004, p. 27, grifo nosso)

A tradução do que os formuladores do *consenso de Washington* conceituam como distribuição da renda, diante da incontestável desigualdade social do continente latino-americano, é projeto de gestão da pobreza, expresso nas transferências de renda mínima direcionadas aos mais pobres, em sua maioria tendo como condicionantes de acesso a inserção nas políticas de saúde e educação⁸. Esses condicionantes de acesso relacionam-se às metas estabelecidas em documentos das Nações Unidas intituladas de *Metas do milênio*⁹.

Distribuição da renda nessa perspectiva desenvolve-se nas fronteiras da manutenção da mais elevada concentração fundiária do globo, assim como convive com os traços históricos de destituição das maiorias dos espaços de decisão e do acesso aos excedentes extraídos em uma sociedade que tornou funcional ao seu desenvolvimento a aparente dualidade entre dinâmicas de classes antagônicas.

Ilustrativo da situação latino-americana no trânsito da década de 80 aos anos 90 do século passado são os dados presentes em Kliksberg (1993, p.7). O autor, ao discorrer sobre o que caracteriza como *escalada da pobreza na América Latina*, apresenta dados que demonstram aumento de 24% de uma década a outra no número de pessoas em situação de pobreza no continente. Em números absolutos temos a considerável cifra de 270 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza em princípios dos anos 90 do último século.

Kliksberg (1993, p.9), assim como Kuczynski (2004), aponta a latente contradição verificada entre o dinamismo econômico conseguido a partir dos ajustes fiscais e da liberalização comercial, em contraste com os ínfimos resultados do ponto de vista do desenvolvimento humano. Tomando como exemplo o Brasil, Kliksberg faz o movimento de comparação da ascensão do país à oitava potência industrial do mundo, preservando

⁸ No Brasil existe o encontro dessas exigências com a regulamentação de legislações específicas que versam sobre a garantia de direitos sociais. O decorrer da década de 1990 do século passado é o período de regulamentação dos artigos constitucionais referentes ao Sistema Único de Saúde (SUS), que viria a garantir o acesso aos serviços de atenção à saúde como direito, decorrendo daí o desenvolvimento do Programa de Saúde da Família (PSF); tem-se a regulamentação da assistência social como política pública através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); além do considerável aumento da taxa de matrícula no ensino fundamental de crianças e adolescentes, que passam a ter garantido como direito o acesso à educação, respaldado em termos legais pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para mais detalhes, ver Vieira, 2008, pág. 121/142.

⁹ Informações acessadas em 24 de fevereiro de 2013, no sítio eletrônico, (<http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/110?page=0,2>), dão conta que o documento das metas do milênio “estabelece oito metas/objetivos a serem cumpridos pelas nações até 2015, elencando questões sociais, de direitos humanos e ambientais como essenciais para o desenvolvimento humano”. Dentre as metas presentes, se faz importante destacar a redução pela metade da pobreza extrema e da fome; alcançar o ensino primário universal; reduzir a mortalidade de menores de cinco anos em dois terços.

simultaneamente em suas fronteiras índices de mortalidade infantil que chegam a 250.000 crianças por ano, situação agravada pelo não crescimento da renda média dos mais pobres.

O aprofundamento das contradições advindas do modelo de desenvolvimento proposto em Washington redefinirá as posições nas quais precisariam estar localizados *o Estado e a sociedade civil* no circuito da acumulação. Ao primeiro, diante da conjuntura de escalada da pobreza e aumento das desigualdades sociais, passará a ser demandada - além da oferta das condições de produção estruturais, como à infra-estrutura logística, fiscal e comercial - a formulação e implementação de projetos de combate a pobreza extrema. O fato é que estes projetos nasceram sob o imperativo da seletividade do acesso e da focalização na sua efetivação, o que representou um ajuste na proposta do desenvolvimento com *liberdade* para empreender e acumular.

Nesse constructo que também é ideológico, caberia à *sociedade civil*¹⁰ duas movimentações centrais: a primeira seria através dos seus espaços de organização se constituir em um dos elos responsáveis pela execução de ações e projetos no enfrentamento das agudizações das expressões da “questão social”, tais como o enfrentamento à pobreza extrema, a luta pela garantia de direitos ligados à pessoa idosa, mulheres, crianças e adolescentes, etc. Como segunda movimentação, em complemento ao que acima referimos, lhe é demandado, através de suas ações, a ocupação da arena pública com a estratégia de coletivizar valores que orientem uma sociedade supostamente isenta de contradições e centralmente livre de interesses classistas antagônicos. A solidariedade transclassista, a evocação do bem comum dentre outros, expressam o conteúdo conservador das tarefas atribuídas ao chamado *terceiro setor*¹¹.

Dessas considerações podemos reiterar a validade da análise marxiana de que a tendência à privatização dos resultados do trabalho coletivo organicamente articula-se ao imperativo de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho. A evocação de

¹⁰ Em Montañó (2007, p. 127) podemos ter acesso ao contraponto da concepção de sociedade civil hegemônica entre os novos liberais, concepção esta que autonomiza a mesma da luta entre as classes, e que por conseqüência a desloca da arena de confronto entre interesses antagônicos. Disserta o autor: “neste sentido, contrariamente aos autores do “terceiro setor”, a categoria de sociedade civil em Gramsci supõe sua articulação com outras categorias centrais: a hegemonia de classe e a revolução. Pensar o conceito gramsciano de sociedade civil desconhecendo sua articulação com estas questões representa um claro reducionismo e esvaziamento da estrutura do seu pensamento”.

¹¹ Segundo Montañó (2007, p. 126) “o uso da noção de “sociedade civil” como um “terceiro setor” (autonomizado dos outros dois “setores” e desgarrado da totalidade social) deriva antes do conceito de positivismo, do liberalismo vulgar, do funcionalismo, do estruturalismo, do sistemismo, e das correntes que segmentam a realidade social em esferas/setores autônomos. Nada tem a ver, portanto, a identificação entre sociedade civil e um suposto “terceiro setor” (numa visão setorialista) com as perspectivas “integralistas” que os clássicos diferenciadamente dão à categoria de sociedade civil”. Nessa perspectiva o primeiro setor seria ocupado pela esfera estatal, sendo o mercado o espaço do que os mesmos conceituam como segundo setor.

valores que universalizam a responsabilidade de todos diante do agravamento da “questão social”, tensiona a construção de *consensos* transclassistas que se orientem pela perspectiva estratégica de recuperação, bem como de alargamento das fronteiras da acumulação ampliada de capital, tendo em vista o não questionamento das desigualdades sociais pela via da crítica à propriedade privada, assim como uma leitura de sociedade despida de antagonismos classistas.

É em um suposto antagonismo ao enredo por nós até aqui traçado, que se fundamenta a abertura de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista denominada de *novo desenvolvimentismo*. De maneira macroscópica podemos inferir que os pretensos antagonismos localizar-se-iam centralmente na passagem do papel do Estado, de regulador a indutor do desenvolvimento, e na síntese *possível* entre justiça social e garantia, através do investimento público, das condições estruturais e conjunturais para reprodução ampliada de capital.

Desse cenário resulta o desafio da crítica. Para tanto, necessário será o diálogo com as matrizes da teoria social que fundamentam ainda nos dias atuais o efervescente debate acerca da desigualdade social e da pobreza e que, por conseguinte, continuam a influenciar as respostas estatais, bem como da sociedade civil no trato das expressões da “questão social”¹².

1.1.1 A origem da desigualdade e do pauperismo

Com a hegemonia do ideário moderno nos marcos do século XVIII, e o consequente afastamento das explicações teológicas sobre os fenômenos naturais, bem como sobre a vida em sociedade, ganham o espaço público correntes de pensamentos que a partir do recurso à razão científica passam a desenvolver leituras; que desafiam as convenções éticas, políticas e religiosas de então, canalizando para a esfera do pensamento as transformações em curso na realidade. Como afirma Coutinho (2010, p. 25):

À conquista da natureza pela racionalidade matemática, responsável pelo extraordinário florescimento das ciências físicas, alia-se – nos mais destacados pensadores da época – uma explícita afirmação do caráter racional dos processos histórico-sociais; a dialética cósmica de Bruno ou de Spinoza vem juntar-se à específica dialética histórica de Vico, Herder e Hegel. A compreensão do real como

¹² Aqui entendida, nos termos Marxianos, como o resultado da particular tendência da sociedade do capital de socializar o processo produtivo, ao mesmo tempo em que priva os que vivem do seu trabalho do acesso aos resultados de seu ato laborativo. Contribuição pedagogicamente acessível pode ser encontrada em Netto e Braz (2006), centralmente o capítulo 5.

totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração.

Cabe não secundarizar que o momento acima referido concentra uma sucessão de acontecimentos históricos que compõem o circuito de amadurecimento ideopolítico e econômico da sociedade do capital - sejam transformações na forma de produzir, sintetizados nas fronteiras britânicas, seja algumas dezenas de anos mais tarde, a hegemonia burguesa na condução do processo revolucionário francês, assim informa os autores:

A revolução burguesa, vê-se, constitui mesmo *toda uma época de revolução social* – inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia, conformando-se numa nova classe social, o que se processa entre os séculos XV e XVII, e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando a nova classe, já constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural e reúne as condições para o enfrentamento direto com a feudalidade, derrotando-a nos confrontos maiores de 1688/89 (Inglaterra) e 1789 (França). A tomada do poder político pela burguesia, cujo marco emblemático é 1789, não constitui mais que o desfecho de uma luta de classes plurissecular, que teve no domínio da cultura e das idéias um campo de batalhas decisivo, como o provam a *Reforma* protestante e a *Ilustração* (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p.74-75).

Às referências geográficas e a sucessão dos fatos históricos na passagem anterior indicada por Paulo Netto e Braz, do ponto de vista dos desdobramentos a nível mundial, são necessárias para o entendimento da desigualdade das diversas realidades nacionais e suas específicas relações sociais na vivência dessa época de transição entre modos de organizar a produção. Daí decorre que apesar de trazer como imperativo à acumulação ampliada de capital sua necessária hegemonia mundial, a época da expansão do domínio burguês apresenta-se sob formas de relações sociais diversas em também distintas realidades nacionais/regionais.

Em que pese o fato de catapultar o desenvolvimento do capitalismo, ganha relevo nessa época de transição uma simbiose entre formas de relações sociais aparentemente antagônicas. O encontro de tempos históricos distintos na conformação do domínio mundial da sociabilidade fundada no lucro e na extração de mais-valia fecha espaços para análises mecânicas que suponham padronização dos processos de transformação aí envolvidos. Hobsbawm (1977, p.162) alerta que “a transição do feudalismo para o capitalismo é, portanto, um processo longo que nada tem de uniforme”. A complexidade de suas fases, segundo o autor acima citado, faz com que condições de produção aparentemente regressivas, também estejam diretamente inseridos no despertar da sociedade burguesa. Continua o historiador sobre as polêmicas envolvidas nesse debate:

Por outro lado, ninguém defendeu seriamente que o capitalismo tenha prevalecido antes do século XVI ou que o feudalismo tenha sobrevivido depois do século XVIII. Todavia, ninguém pode duvidar que, no período de 1000 anos - todo ou quase todo –

antes de 1800 a evolução econômica seguiu firmemente a mesma direção. Nem em toda parte, nem ao mesmo tempo (HOBSBAWM, 1977, p. 162).

A gênese do capitalismo trouxe alterações também na forma de relação entre as nações. As demais regiões do mundo que entravam em contato com o centro dinâmico da Europa ocidental tinham transformada sua realidade, nem sempre em uma suposta marcha do progresso, senão vejamos:

Na verdade, grandes áreas das Américas foram transformadas em economias escravagistas a fim de atender às necessidades do capitalismo europeu, e extensas regiões da África foram forçadas a caminhar para trás economicamente devido ao tráfico de escravos; por razões semelhantes, grandes áreas da Europa oriental reduziram-se a economias neofeudais. E mesmo o pequeno e transitório estímulo ao desenvolvimento da agricultura comercial e das manufaturas que a ascensão do capitalismo europeu talvez haja proporcionado aqui e ali foi interrompido pela deliberada desindustrialização das colônias e semicolônias assim que elas pareceram competir com a produção na matriz ou mesmo (como na Índia) tentaram suprir seu próprio mercado, ao invés de depender de importações da Grã-Bretanha (HOBSBAWM, 1977, p. 164).

O resultado da efervescência do desenvolvimento do comércio mundial é a maior diferenciação entre as nações. Regiões inteiras passam a aprofundar formas de produzir que remontam a formações sociais pretéritas. A engrenagem que passa a conectar a produção mundial move-se sob direção dos países da Europa ocidental nos quais se concentram as inéditas formas de produção, as novidades que intensificam e ampliam rapidamente a capacidade das forças produtivas terem a possibilidade de suprirem as necessidades básicas da humanidade. O desfecho desse processo é a mais clara divisão do mundo entre potências desenvolvidas (basicamente restritas às fronteiras ocidentais da Europa), em contraste com a grande maioria das demais regiões, que assim como no processo produtivo, desenvolvem laços de dependência mais vigorosos em relação às primeiras também do ponto de vista político.

O trânsito do modo de produção feudal ao mundo das indústrias, em seu percurso de alguns séculos, representa do ponto de vista do desenvolvimento das capacidades humanas um avanço civilizatório. Coloca em cena uma série de possibilidades até então desconhecidas do conjunto da humanidade, seja no que se refere aos impulsos na forma de produzir - que segundo Engels (2008, p. 40,41) trouxe por um lado “uma queda rápida dos preços de todos os produtos manufaturados (...) o rápido crescimento da riqueza nacional; por outro lado o crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda propriedade, de toda segurança de emprego para a classe operária” -, seja na dialética síntese que esse particular processo de desenvolvimento articula na transformação do papel historicamente secundário que ocupou a ação humana na construção da realidade.

Ao trazer como fundamental a ação dos homens e mulheres na construção da história, o movimento de racionalização do mundo descartava então as teses da teologia medieval da suprema vontade divina no ordenamento da realidade, relegando para as páginas pretéritas da história o papel de coadjuvantes ao qual a maioria estaria divinamente predestinada. As protoformas da *revolução burguesa*, mais que acelerar a alteração da paisagem histórico/natural, afastam o curso da história do determinismo religioso, pondo na ordem do dia a indefinição do desenvolvimento do futuro. Precisamente no que acima discorremos reside a progressividade desse complexo capítulo da historiografia da humanidade. Disserta Coutinho (2010, p. 25):

Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e realidade, como totalidade concreta em constante evolução. Sem compromissos com a realidade imediata, os pensadores burgueses não limitavam à razão a classificação do existente, mas afirmavam seu ilimitado poder de apreensão do mundo em seu constante devir.

Das possibilidades que aí se inscrevem, Coutinho (2010, p. 26) desenvolve que apesar de dar centralidade à ação humana na construção da objetividade social, a filosofia burguesa progressista ainda concebe tal ação sob a ótica “abstrata, individualista e idealista, ou seja, como uma ação pedagógico-espiritual de *esclarecimento*”. Concepção superada pelos economistas ingleses clássicos (Smith, Ricardo), que na análise do autor concebe a determinação da ação dos seres racionais a partir de sua base real, o trabalho econômico. No entanto, continua o autor, nesses economistas se ausenta a possibilidade “de generalização filosófica capaz de deduzir da teoria do valor-trabalho todas as conseqüências para uma ontologia dialética do homem e da história”.

A consolidação dos avanços na forma de explicação dos fenômenos naturais, expressa nas descobertas científicas das chamadas *ciências da natureza*, terão influência direta nas formulações cujo desafio central localizar-se-á na descoberta de caminhos lógicos que justifiquem a forma de organização social emergente. Daí resultará, por exemplo, a teoria *malthusiana* da população¹³, componente dos mais destacados na consecução das aspirações hegemônicas da então recente classe social dirigente. Para Foster (2005, p. 154), referindo-se a teoria populacional *malthusiana*¹⁴, “esta seria mais que um dogma religioso, era uma

¹³ Segundo a qual os meios de subsistência cresceriam em progressão aritmética, em contraposição ao crescimento populacional que se daria em ritmo geométrico. Daí resultaria a incapacidade de atendimento das necessidades vitais dos seres humanos independentemente da forma historicamente determinada de organizar a produção.

¹⁴ De forma breve podemos sintetizar a teoria malthusiana da população na seguinte equação: enquanto a capacidade produtiva dos meios de produção disponíveis cresce no ritmo de uma progressão aritmética, o aumento da população cresce em progressão geométrica. A dedução lógica que daí se desenvolve é a da

tentativa de fundir a teologia protestante (e o naturalismo dos párocos) com a necessidade econômica da sociedade burguesa”. E, segundo Malthus, essa seria uma lei presente independentemente da forma histórica de organizar a produção. Foster (2005, p. 155) continua dizendo que:

As implicações diretas desta linha de pensamento são tais que, como só os pobres são excedentes, nada se deve fazer por eles senão facilitar o mais possível sua fome, convencê-los de que ela é inevitável e que a única salvação para toda a classe deles é manter a propagação no grau absolutamente mínimo.

Como registro histórico importante se faz lembrar que esse momento de parto da sociedade capitalista, por Marx (2000, p.11) caracterizado como *acumulação primitiva*, se define pelo binômio expropriação/criminalização da pobreza. Todo um constructo jurídico¹⁵ é erguido no sentido de acelerar a transformação da base produtiva, bem como das relações sociais, centralmente dentro dos espaços de trabalho. Para tanto, Marx (2000, p.47) nos recorda que na Inglaterra do século XVI:

Os pais da atual classe operária foram duramente castigados por terem sido reduzidos ao estado de vagabundos e pobres. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia de seu livre arbítrio o continuar trabalhando como no passado e como se não tivesse sobrevivendo nenhuma mudança em sua condição de existência.

A sociedade que emerge desse processo apresenta tendências que se coadunam, quais sejam: separação efetiva dos que vivem do seu trabalho dos meios de produção, e, por conseguinte, ausência considerável de condições de sobrevivência nas pulsantes metrópoles industriais¹⁶, resultado do intenso êxodo rural, além de uma população excedente à demanda média do capital como nos fundamenta Engels no seu livro “*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*” :

Se há muitos à disposição, os preços caem, surge a procura por trabalho, a pobreza e a fome, e, portanto, doenças e a “população excedente” é posta fora do caminho. E Malthus, que levou mais longe a fórmula de Smith citada anteriormente, estava também certo, a seu modo, em afirmar que sempre há uma “população excedente”; que sempre há pessoas demais na Terra; ele está errado apenas quando afirma que há mais pessoas à disposição do que as que podem ser mantidas pelos meios de subsistência disponíveis (ENGELS, 2008, p. 49).

necessidade de controle de natalidade, centralmente entre os mais pobres. Malthus ainda supõe a validade histórica de sua teoria populacional.

¹⁵ Expresso na lei contra a vadiagem de fins do século XVI e em mais uma série de estatutos e decretos, como, por exemplo, no reinado de Eduardo VI um estatuto que condenava à escravidão quem não tivesse ocupação, e esse teria como seu senhor quem o denunciasse.

¹⁶ Em Engels (2008, p.41) podemos ter a dimensão do ritmo acelerado de transformação das cidades industriais inglesas. Manchester e Liverpool, por exemplo, duplicaram sua população em 80 anos. As duas cidades juntas, em meados das décadas iniciais do século XIX, contabilizavam uma população de aproximadamente 700.000 habitantes. Cenário determinado pela instalação do mais importante parque industrial mundial até então, em uma região que segundo o próprio Engels era vista como um pântano sombrio e mal cultivado.

Nas linhas finais da passagem acima Engels sinaliza elemento central ao debate, qual seja; não é o número crescente da população humana que determina a existência do mais brutal nível de pauperização até então conhecido, tampouco a incapacidade produtiva dos meios de produção, mas a forma de organização social desenvolvida. Elemento mais tarde desenvolvido por Marx em *sua lei geral da acumulação capitalista*, que será debatida em linhas posteriores.

Em diálogo com o economista burguês clássico Adam Smith, o qual defendia que as oscilações na demanda por força de trabalho são determinadas pelas conjunturas de crescimento ou estagnação, Engels (2008, p.49) avança e desenvolve a tese de que a dimensão da “população excedente” segue as leis que regulam o mercado da sociedade burguesa, tendo em vista a transformação de tudo em mercadoria, inclusive a capacidade laboral de homens, mulheres e crianças. Em Marx (2011, p. 343), encontraremos em sua argumentação com respeito à mercantilização do trabalho humano a defesa de que “na produção baseada no capital, entretanto, em todos os pontos o consumo é mediado pela troca e o trabalho nunca tem valor de uso imediato para aquele que trabalha”.

Daí, podemos extrair a relação entre o que o autor de *O capital* afirma e os orgânicos vínculos existentes entre a tendência à pauperização dos que trabalham sob o capitalismo com o afastamento total destes em relação aos meios de produção, que resulta no mais acabado estranhamento frente aos resultados de seu trabalho.

A categoria de *superpopulação relativa* posteriormente desenvolvida por Marx trilhará o caminho do desvendamento da existência do que Malthus caracterizou como “população excedente”. Para além do que sinaliza Engels, Marx dará passos à frente ao localizar tal categoria no circuito de reprodução ampliada do capital, bem como sua funcionalidade em uma organização social na qual uma classe monopoliza a posse dos meios de produção.

Em perspectiva histórica, Maranhão (2004, p. 65) desenvolve que:

Nota-se no desenrolar da história de consolidação da indústria moderna que ao mesmo tempo em que o capital cria para si uma população a ser utilizada e consumida como força de trabalho pela grande indústria e por outras esferas de produção e circulação de capitais, ele também constrói as *condições* para expulsar, cada vez mais, uma parte dessa população, tornando-a desnecessária aos imperativos de acumulação e reprodução ampliada do capital.

Dentre as condições que tornam supérflua ao capital uma parte da força de trabalho está justamente a tendência a maior *composição orgânica do capital*, traduzida em um crescente maior peso do capital constante, expresso no desenvolvimento tecnológico. Em contrapartida temos o aumento da população sobrando aos planos médios do capital como a

face contrária da mesma moeda. Continua Marx (1984, p. 194) sobre o que estamos discorrendo:

[...] o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa dos meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos.

A contradição reside na dialética relação estabelecida entre a necessidade de potencializar a capacidade produtiva, ao mesmo tempo em que uma maior parte dos que vivem do seu trabalho tem tolhida a possibilidade de vender sua força de trabalho. A resultante dessa tendência sintetiza-se nos fundamentos do que conceituamos como “questão social” linhas acima. Ou seja, a falta de condições de sobrevivência de uma parcela significativa da classe que tem transformada sua capacidade laboral em mercadoria, fenômeno que tem como um de seus determinantes a específica tendência à maior *composição orgânica do capital*. Tendência esta gestada nas fronteiras da sociedade capitalista.

Do que até aqui discutimos resultam os fundamentos da desigualdade social e do pauperismo sob o capitalismo. A primeira tende a uma curva crescente, na medida em que o desenvolvimento da acumulação representa uma maior *composição orgânica do capital*, que se expressa em uma menor participação do capital variável (força de trabalho) em detrimento do capital fixo (máquinas) e a segunda passa a ter sua existência determinada não mais pela incapacidade das forças produtivas de suprir as necessidades humanas básicas, e sim pela forma do capital desenvolver-se, tolhendo do acesso aos resultados do seu trabalho a maior parte da humanidade, bem como separando em definitivo os produtores diretos dos seus respectivos meios de produção, ou ainda tornando “excedente” parte considerável dos trabalhadores.

1.2 Liberalismo e sociabilidade capitalista

O fundamental aqui é visualizarmos como a transição entre modos de produção, ademais de um processo de grandes transformações, suscita uma rica diferenciação na análise. Isso posto, cabe nos parágrafos seguintes analisarmos como a tradição do liberalismo político a partir de John Locke se localiza nesse cenário.

Além da aberta criminalização da pobreza, o advento do mundo das indústrias traz consigo também elaborações no campo da análise social que repercutem no desenvolvimento

de complexos jurídicos, políticos e econômicos que passam a ser fundamentais à construção de hegemonia do projeto burguês em desenvolvimento.

Para tanto, a construção da idéia de direitos invioláveis é central. O precursor do liberalismo político, John Locke, em sua obra *Segundo tratado sobre o governo* elabora as bases do que seria a vida em sociedade sob o ponto de vista da preservação das relações sociais que então se gestava. A vida, a propriedade e a *liberdade* se estruturam como eixos que delimitariam as fronteiras para a preservação da sociabilidade humana.

Na defesa do desenvolvimento do Estado moderno, Locke trabalhará com as concepções de *estado de natureza e estado de guerra*. A partir dessas indicações o autor universaliza padrões de *condutas éticas*, que estariam elas mesmas fundamentadas em bases que transcenderiam as concretas relações estabelecidas na vida cotidiana de homens e mulheres. Em nítida oposição à teoria hobbesiana do soberano como medida de justiça no julgamento das relações humanas, Locke atentará para a possibilidade de em sendo o soberano também *homem*, o mesmo não estaria isento a erros e a ter um julgamento não justo em algumas situações. Continua afirmando que se o *governo* é remédio necessário para o enfrentamento dos constrangimentos do *estado de natureza*, o desafio ao pensamento moderno seria debater qual tipo de governo seria o mais acertado.

Diferentemente de Hobbes, Locke afirmará ser possível a vida em sociedade sobre as bases do *estado de natureza*, o *homem*, em sua formulação, não estaria teleologicamente fadado a ser lobo de seu semelhante, se assim o fosse, não teríamos, como cita o autor, exemplos históricos de comunidades que conseguiram sobreviver em *estado de natureza*. Argumenta ainda que se o preço para superação do *estado de natureza* for a construção do despotismo, as comunidades humanas não conseguiriam avançar em termos de civilidade, pois passariam da possibilidade de injustiças de uns contra os outros, para submissão de todos a um soberano. Discorre ainda Locke (2005, p. 28):

É bem provável que surjam objeções a esta estranha teoria, isto é, que no estado de natureza todo o mundo tem o poder executivo da lei da natureza – que não é razoável que os homens sejam juízes de suas próprias desavenças, que o amor próprio tornará os homens parciais a seu próprio favor e de seus amigos; e também, que a inclinação para o mal, a paixão e a vingança os induzirão a excessos na punição a outrem, advindo disso tão somente confusão e desordem; e que, por isso, certamente foi Deus quem estabeleceu o governo com o fito de restringir a parcialidade e a violência dos homens.

Em contraposição ao despotismo, Locke (2005, p. 29) defenderá a construção do governo civil onde não for mais possível a sobrevivência em *estado de natureza*, continua afirmando que “não é qualquer pacto que faz cessar o estado de natureza entre os homens, mas apenas a concordância mútua em formar uma comunidade, estabelecendo um *corpo*

político” (LOCKE, 2005, p. 29, grifo nosso). Nas relações de troca e intercâmbio entre humanos em que predomina a palavra de ambos, defende o autor que tal relação se estabelece sem, no entanto, superar o que o mesmo conceitua como *estado de natureza*.

Nesse ponto de nossa elaboração cabe trazeremos ao debate as situações por Locke definidas como momentos nos quais se torna necessário vigorar o por ele chamado *estado de guerra*. Como adiantado em linhas anteriores, o autor desenvolve sua argumentação tendo como fronteiras definidoras entre a convivência pacífica e o *estado de guerra* a violação dos direitos invioláveis. A defesa da vida, quando esta se encontrar sob ameaça justifica o uso da força; o risco de ter tolhida a *liberdade*, esta concebida em total antagonismo ao modo de produção escravista e aos regimes absolutistas; e a ameaça aos bens, a propriedade. E mais uma vez em declarada contraposição às formulações de Hobbes, Locke (2006, p. 31), referindo-se ao *estado de guerra* desenvolve que “disso resulta que aquele que tenta impor a outro o poder absoluto, põe-se em estado de guerra com ele, devendo isso ser entendido como declaração de intenção contra a vida do próximo”.

De uma perspectiva ideopolítica, podemos localizar que a construção do pensamento do pai do liberalismo político representa a elevação ao plano das idéias da dominação burguesa. Essa é materializada sobremaneira na elevação da propriedade privada ao *status* de direito inviolável. A defesa da vida, da liberdade e da propriedade, articula-se na construção de um cenário no qual o avanço das forças do capital fosse alavancado em seu projeto de dominação.

Do ponto de vista do método de construção das clássicas formulações liberais, importante se faz localizar a construção ahistórica dos diferentes modos de produção, das diferentes formas de organização social. Nesse assunto específico, Marx e Engels (2007, p. 11) analisam que:

Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado.

O que conceitua como *estado de natureza* se esvazia de contradições e convive harmonicamente com a vigência da propriedade privada, tampouco há a sinalização da construção das desigualdades sociais como resultantes da forma de apropriação do excedente, determinada pela localização no antagonismo classista entre classes fundamentais.

As diferenças humanas em suas expressões individualizadas se apresentam como definidoras da noção do justo, do que poderíamos sinalizar como condutas éticas, de modo que as desigualdades historicamente construídas não se localizam como centrais ao

entendimento do chamado *estado de guerra*. Em tendo os indivíduos como a medida das coisas, os liberais negam os antagonismos constitutivos da sociabilidade do capital, escamoteando ao mundo ocidental os limites do projeto de sociedade dirigido pela burguesia, então em franca expansão de sua hegemonia ideopolítica e em fase de aprimoramento de sua dominação econômica.

A aparente relação de igualdade no movimento de compra e venda da força de trabalho sob o capitalismo atua na mistificação das desigualdades que o fundamentam. Ao tomarem como referências para análise apenas a formalidade das esferas da troca e da circulação de mercadorias, os liberais além de uma análise ahistórica, ausentam de sua construção intelectual a problematização do momento produtivo, momento no qual se operacionaliza a produção de mais-valia, engendrando a efetiva ação da lei de acumulação de capital.

1.3 A Lei geral da acumulação e reprodução ampliada de capital

Em sua trajetória de desvendamento do processo de reprodução ampliada do capital, Marx formulará a *lei geral da acumulação*, lei esta que, para além do que os próprios liberais já disseram em suas formulações, de que a propriedade é constituída como direito inviolável no capitalismo, o autor de *O capital* defenderá que não se trata apenas da preservação da propriedade privada, mas fundamentalmente de sua reprodução em escala ampliada. Disserta Marx (1984, p. 191) em *O capital* sobre o caminho da acumulação ampliada:

Nas controvérsias em torno desse objeto, geralmente deixou-se de ver o principal, ou seja, a *diferentia specifica* da produção capitalista. Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais de seu comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção.

A forma como se apresenta a engenharia produtiva capitalista nas esferas da circulação e do consumo escamoteia os nexos fundantes da reprodução ampliada da desigualdade, que singulariza, enquanto tendência, o modo de produção do capital, como referimos linhas acima. Para além de tal constatação, a funcionalidade dessa aparente igualdade entre possuidores de mercadorias diversas, atua simultaneamente na construção de possibilidades de elevação da igualdade jurídico-formal a verdades científicas, como querem os liberais. Na

construção do materialismo histórico-dialético Marx e Engels (2007, p. 19) defendem na *Ideologia Alemã*:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital.

Os desdobramentos do que acima apontamos - do ponto de vista do método de análise da sociabilidade burguesa - é que o momento medular ao desvendamento das desigualdades por trás da aparente igualdade na relação de troca entre mercadorias no circuito de realização da mais-valia é a produção. Análise que desfaz a autonomia fabricada pelos liberais entre produção/circulação/venda de mercadoria.

Marx (1984, p. 191) ainda aponta que a teleologia da produção capitalista está no atendimento do imperativo de alargar a parcela do trabalho não pago a ser realizado na venda de mercadorias, momento que se distancia cada vez mais do atendimento das necessidades sociais, ou da eventual identidade de quem a produz se reconhecer na mesma, sentença ainda que essa é a forma possível da acumulação ampliada nesse modo de produção.

Mais que um movimento de reprodução, na concepção Marxiana, trata-se de reproduzir capital em escala superior ao estágio anterior. Esse imperativo em sua forma de desenvolver-se encerrará ao capital, tendências específicas em seu percurso de busca incessante de mais-valia. Dentre as quais debateremos a concentração e centralização de capital, bem como a tendência à pauperização absoluta e relativa dos que vivem do seu trabalho sob o capitalismo.

A *liberdade* aparente celebrada pelos liberais¹⁷ nas relações sociais capitalistas, como vimos, edifica-se na total separação dos produtores diretos dos seus respectivos meios de produção, traduzindo-se aos que trabalham na necessidade de venda de sua capacidade laboral como única forma de sobrevivência. Isso posto, podemos compreender como falar em *liberdade* para os trabalhadores sob o capitalismo é uma contradição nos termos, tendo em vista a não viabilidade de existência da sociabilidade burguesa com a quebra do monopólio dos meios de produção. Mesmo em alguma eventual conjuntura na qual seja possível o relativo melhor atendimento de algumas necessidades básicas das maiorias, segundo o próprio

¹⁷No segundo tratado sobre o governo, John Locke claramente opõe o que classifica como relações de trabalho livres, em detrimento das relações estabelecidas no modo de produção escravista. Sendo estas últimas inclusive, motivo suficiente para o estabelecimento do estado de guerra já que atentariam contra o direito inalienável à liberdade dos indivíduos.

Marx (1984, p. 191), “não superam a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado”.

As oscilações no gráfico da produção de mais-valia, movimento que repercute diretamente nos níveis de salários, se relacionam com os níveis de expansão da acumulação. Argumenta Marx em relação aos salários (1984, p. 192) “seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar”. O ponto aqui a ser revelado é que em algumas conjunturas, aumento relativo do peso do capital variável (força de trabalho) pode ser compatível com os planos de crescimento em médio prazo do capital.

O que acima apontamos contribui no contemporâneo debate sobre a trajetória recente de valorização dos salários no Brasil (notadamente os salários da base da pirâmide social, assunto que aprofundaremos no capítulo seguinte), debatendo sob o ângulo dos fundamentos da sociabilidade capitalista, balizaremos a partir dessa referência as possibilidades abertas, bem como sua função social na restauração das taxas de obtenção de lucro a nível mundial.

Em que pese o que até aqui discorremos, não significa reduzir a variação do nível salarial às meras possibilidades de expansão ou retração da acumulação burguesa, esse fenômeno na sociedade capitalista não se resolve unicamente em conflitos intraburgueses. Os episódios de luta entre as classes se põem como elemento dos mais destacados nessa questão, senão como determinante mais significativo. Enquanto relação social, ao capital não é dada a possibilidade de superar o antagonismo entre as classes fundamentais nas fronteiras internas de suas próprias contradições.

O trânsito da consciência em si à consciência para si enquanto classe por parte dos trabalhadores, inscreve na análise de reprodução das desigualdades sociais sob o capitalismo a marca dos antagonismos que particularizam a sociedade do capital. Universalizar projetos particulares passa a partir de então a demandar o desenvolvimento do par dialético *consenso/coerção*.

No desenvolvimento dessa trilha desdobram-se elementos que posteriormente serão trazidos ao debate, tais como: a atuação do Estado na construção das condições necessárias à acumulação; a construção de políticas de regulamentação do trabalho fabril, bem como de manutenção da capacidade vital da classe operária.

Mesmo em relação ao aspecto da livre concorrência no mercado, aspecto tido como sinônimo da forma capitalista de organização da produção pela economia burguesa clássica, os posteriores apontamentos de Marx dão conta que como resultante de sua necessária

reprodução ampliada, o capital engendrará tendências à concentração e centralização. Eaton *apud* Paulo Netto e Braz (2006, p. 131-132) disserta que:

O capital jamais permanece estacionado. Avança, ampliando seu poder, tornando-se mais rico, substituindo equipamentos e instalações antigos por outros novos, adquirindo novas empresas e novos mercados, ou do contrário será absorvido ou esmagado pelos rivais que tiveram maior sorte nessa impiedosa e incessante concorrência entre os capitalistas. Os pequenos capitalistas são, dessa forma, constantemente derrotados e afastados dos negócios e a influência e riqueza [...] dos grandes capitalistas aumentam às suas expensas. Os pequenos capitalistas não são, porém, totalmente eliminados. Seu número pode, periodicamente, aumentar, quando novos capitalistas iniciam seus negócios, mas a parcela da produção nas suas mãos tende a decrescer e seu peso e influência nas questões econômicas se tornam cada vez menores. Estão, cada vez mais, à mercê dos grandes capitalistas.

A passagem acima sinaliza que a tendência à maior *composição orgânica do capital* traz como conseqüência a impossibilidade de sobrevivência dos pequenos capitalistas diante dos imperativos tecnológicos requisitados para intensificação do processo produtivo como meio de obtenção de mais-valia. A essa forma de expansão do capital baseada na redução do número de capitalistas com capacidade de arbitrar no *livre* jogo do mercado, Marx (1984, p. 196) denominará de tendência à centralização do capital, antecedida porém do processo de acumulação que coloca em cena a concentração dos mesmos.

O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. Pressupondo-se as demais circunstâncias constantes, os capitais individuais crescem e, com eles, a concentração dos meios de produção, na proporção em que constituem partes alíquotas do capital global da sociedade.

Continua o filósofo alemão desenvolvendo os desdobramentos que influem nessa específica tendência:

Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes (MARX, 1984, p. 196).

Do que acima referencia Marx, cabe sublinharmos que a concentração dos meios de produção e os possíveis desdobramentos aí envolvidos possuem um forte componente histórico. O confronto entre capitalistas na arena de realização de mais-valia como produtores independentes localiza-se no que mais tarde seria analisado como capitalismo concorrencial. O próprio movimento de auto valorização do capital esvazia com seu desenvolvimento os acenos de uma possível relação de semelhança entre o modo de produção fundado na mercadoria e o livre desenvolvimento do que os clássicos da economia britânica conceituavam como *mão invisível do mercado*. O apontado na citação anterior se configura

como tendência genérica que se efetiva de forma diversa, em também diversas conjunturas históricas.

Em uma síntese dialética aponta o autor de *O capital* que a tendência à concentração apresenta faces diversas mas simultâneas, ao mesmo tempo em que representa a concentração dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, produz como movimento decorrente do primeiro *repulsão recíproca* entre os capitais individuais que serão complementados pela posterior atração ente os mesmos. O caminho descrito é o percurso para a diferenciação entre as tendências à concentração e à centralização de capitais.

A centralização, afirma Marx (1984, p.196) “É a concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores”. Diferencia-se da concentração justamente no fato de representar uma nova divisão de capitais que já existiam. Deixa apenas aos capitais menores a possibilidade de investimento em ramos da produção nos quais ainda não tenha conseguido hegemonia. Concentra as mais competitivas condições de realização de sobre valor, em decorrência do monopólio das mais modernas condições de produção que resulta em altas de produtividade e preços mais baixos.

Ainda em relação a tendência à centralização de capitais já existentes, é mecanismo que visa potencializar as possibilidades de sobrevivência de determinados investimentos, ao mesmo tempo em que se configura como estratégia de dominação de setores de capitalistas sobre outros. Esse fenômeno se expressa na construção de cartéis, trustes. Paulo Netto e Braz (2006, p.131) inferem que “na escala em que a concentração e a centralização se desenvolvem, fica cada vez mais distante da realidade econômica a imagem do capitalismo como o regime da “livre concorrência” e da “livre iniciativa”. Em fins do século XIX princípios do XX, Lenin (2012, p. 39) em sua clássica análise sobre o imperialismo, afirmará mesmo que “esta transformação da concorrência em monopólio, constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo moderno¹⁸”.

A tendência de construção dos monopólios no capitalismo moderno, para além de representar perda relativa de capacidade dos pequenos capitalistas em decidir sobre os rumos

¹⁸ Analisando a então emergente potência Estados Unidos da América em princípios do século XX, Lenin (2012, p. 38) expõe em termos numéricos o seguinte cenário relacionado à concentração da produção industrial americana: “Em 1904, havia 1,9 mil grandes empresas (num total de 216. 180, isto é 0,9%), com uma produção de um milhão de dólares ou mais; estas empresas empregavam 1,4 milhão de operários (num total de 5,5 milhões, ou seja, 25,6%), e o valor da produção subia a 5,6 bilhões (14,8 bilhões, ou seja, 38%). Cinco anos depois, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas (num total de 268.491, isto é, 1,1%) com 2 milhões de operários (num total de 6,6 milhões, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (em 20,7 bilhões, isto é, 43,8%).

da reprodução ampliada de capital, coloca em cena também o tendencial empobrecimento da classe que vive do seu trabalho, seja pela manutenção dos mais abertos níveis de pauperização absoluta, ou via intensificação da menor participação do trabalho na riqueza global socialmente produzida.

Na trilha do pensamento dialético, podemos inferir que a desigualdade social é condição *sine qua non* da forma de desenvolver-se do sistema do capital. Assume design diferenciado nas diversas conjunturas, mas historicamente vem efetivando a tendência à menor participação dos que vivem do seu trabalho no usufruto dos resultados da atividade laboral. Ou como preferem os censos e estatísticas oficiais, menor participação na distribuição funcional da renda.

A contradição que situa a argumentação acima como própria da forma de organização social burguesa, é o entrecruzamento inédito na história, das tendências a maior socialização da produção, principalmente via aumento exponencial da produtividade média do trabalho em relação às experiências dos modos de produção precedentes, simultaneamente acompanhada de um maior distanciamento tendencial na pirâmide social entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos da riqueza social.

Esse ponto de nossa argumentação é medular aos objetivos de nosso trabalho, tendo em vista que a realidade objetiva do território a ser analisado apresenta na última década tendência de forte crescimento nos níveis de acumulação com expansão do mercado de trabalho, mas não necessariamente com redução das desigualdades sociais secularmente construídas. A empírica dualidade de ritmos na acumulação entre as majorias que produzem mais valia e os poucos que têm acesso aos resultados do trabalho alheio, sinaliza a fecundidade dos fundamentos trazidos ao centro de nossos apontamentos.

A lei geral de acumulação capitalista, nos moldes já debatidos, se constitui no fundamento ontológico da “questão social”, expressa na apropriação privada da produção socializada. A pobreza, nesse estágio do desenvolvimento das forças produtivas, encerrará novas determinações relacionadas não mais à incapacidade produtiva humana ou às intempéries do tempo, mas aos marcos jurídicos e políticos em que opera a sociabilidade burguesa. Paulo Netto (2009, p. 223), dá conta que “o novo não é a permanência do fenômeno; o novo é que ele permanece quando há condições de suprimi-lo”.

Nas fronteiras da sociabilidade do capital, a pobreza pode assumir diferentes amplitudes em conjunturas também diferentes. A realidade vivenciada no processo de acumulação primitiva, como já apontamos páginas atrás, bem como o quadro por Engels traçado no seu *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, retratam que largas parcelas

do que viria a ser o proletariado inglês, no processo de transição para o mundo das fábricas, passaram a partir de então a conviver com a ausência de condições básicas de sobrevivência, tendo em vista o próprio afastamento de sua relação com a terra, no trânsito de um intenso êxodo rural. Culmina aí a completa separação dos seres humanos dos seus meios de vida. Assinala Engels (2008, p. 43-44) no texto acima referido:

Tudo foi arrastado por este movimento, por este turbilhão universal. A agricultura também foi abalada. E não só a propriedade da terra passou para as mãos de outros possuidores e cultivadores, tal como vimos acima, como, por outro lado, foi tratada de modo diferente. Os grandes arrendatários empregaram capital para melhorar o solo, abateram pequenos muros de separação inúteis, drenaram, estrumaram a terra, utilizaram melhores instrumentos; introduziram uma alternância sistemática de culturas (*cropping by rotation*). Também eles se beneficiaram do progresso da ciência. [...]

A resultante dos impulsos acumulativos iniciais do capitalismo foi o que Marx conceituou mais tarde como *pauperização absoluta*. Trocando em miúdos, a ausência quase completa de condições de sobrevivência humana. A obtenção de grandes lucros nessa fase de desenvolvimento capitalista manteve relação quase que orgânica com a perda da capacidade vital de homens, mulheres e crianças, acarretando uma baixa expectativa de vida e demais contradições relacionadas às condições de saúde e habitabilidade.

Em cenários de crise econômica, como a que culminou no ano de 2008, a tendência é visualizar uma curva ascendente nos dados sobre a pauperização absoluta. Mesmo a referida crise, gestada no ventre do coração financeiro mundial, a tendência citada se fez presente e se expressou nas altas taxas de desemprego, presente desde o início dos anos 2000 nos Estados Unidos. Kalleberg (2010, p. 52) mostra que:

Em contraste com o que acontecia nos períodos anteriores, a porcentagem de desemprego de longa duração se manteve relativamente alta nos anos 2000. A considerável proporção de indivíduos desempregados que encontraram dificuldade para obter nova colocação no mercado de trabalho após a recessão de 2001 deve-se, provavelmente, tanto às baixas taxas de crescimento do emprego quanto aos desafios enfrentados pelos trabalhadores em indústrias como a da manufatura, cujos empregos foram perdidos.

Em terras tropicais, com todo histórico de colônia de exploração, depois nação dependente, a pauperização absoluta se constituiu como tendência substantivamente presente na dinâmica da reprodução ampliada do capitalismo no Brasil. Entre nós, popularizou-se o discurso da chamada *dívida social*, integrante da realidade brasileira desde tempos longínquos. Importante registro histórico podemos encontrar em Galeano (2009, p. 79) que discorre sobre o ciclo do ouro no Brasil:

Nada ficou no solo brasileiro, do impulso dinâmico do ouro, salvo os templos e as obras de arte. Em fins do século XVIII, embora ainda não se tivessem esgotado os diamantes, o país estava prostrado. A renda *per capita* dos três milhões de brasileiros não superava os cinquenta dólares anuais no atual poder aquisitivo,

segundo os cálculos de Furtado, e este era o nível mais baixo de todo o período colonial.

A história da vida brasileira coleciona volumosos capítulos nos quais a suposta relação causa/efeito entre crescimento econômico e melhoria no nível médio de vida das maiorias não teve correspondência com a realidade. A presença de níveis largos de pauperização absoluta foi uma constante. Mesmo levando em consideração que o período tomado como referência por Galeano (2009) é o do apogeu das relações sociais escravistas no nosso país, o predomínio do assalariamento, um século e meio depois, construiu novos mecanismos para manutenção da acentuada desigualdade social como particularidade da forma de acumular nos trópicos, traço que sobremaneira importa aos que se alçam ao desafio da crítica do Brasil contemporâneo.

Mesmo em tempos de *neodesenvolvimentismo* e de inserção do Brasil na ordem mundial com pretensões protagonistas, o combate à pobreza extrema, expressa pela pauperização absoluta, figura como eixo, ao nível de planejamento e discurso, dos governos em que se consolida o que Oliveira (2010) conceituou como *hegemonia às avessas*.

O combate à pobreza extrema tem se configurado na contemporaneidade como um dos pilares, um dos sustentáculos materiais do atual projeto *neodesenvolvimentista* e dos conseqüentes *consensos* daí decorrente. O resultado dessa centralidade é a estruturação de uma curva descendente do número de brasileiros em situação de não atendimento das necessidades vitais à sobrevivência.

Recorrendo uma vez mais ao constructo teórico de Marx sobre a *lei geral da acumulação de capital*, de maneira simultânea ou não, a depender das conjunturas (em tempos de crise a tendência é a prevalência do aumento da pauperização absoluta) se desenvolve a tendência à pauperização relativa dos que vivem do seu trabalho. A pauperização relativa, ao contrário da absoluta, mesmo em conjunturas de crescimento econômico e de diminuição do número de miseráveis se faz sentir via tendência à concentração e centralização da riqueza, que como visto anteriormente, é base constitutiva da forma de reproduzir-se do capital. A pauperização relativa nada mais é que a tendência a menor participação do trabalho na apropriação da riqueza social.

O desenvolvimento da pauperização relativa na história do capitalismo possui laços profundos com a tendência à maior composição orgânica de capital e a daí decorrente maior produtividade do trabalho coletivo. A maior intensidade do processo de trabalho redimensiona o espaço/tempo da produção, resultando em uma maior economia das condições de produção ao passo que condensa o trabalho aumentando sua capacidade produtiva. Ao produzir mais

em um menor tempo, cada unidade da mercadoria passa a consumir menos capital constante tendo em contrapartida incrementadas as taxas de capital variável em sua composição. Situação inversamente proporcional quando da análise da apropriação da riqueza globalmente produzida.

Nos idos do século XIX, debatendo os fundamentos do fenômeno do pauperismo, Marx desenvolveu que o mesmo possui proximidade orgânica com a categoria de superpopulação relativa. As idas e vindas da demanda do capital por força de trabalho atuava, segundo as indicações teóricas e metodológicas do autor, diretamente na maior ou menor extensão da camada dos que estariam impossibilitados de terem sua capacidade de trabalho transformada em capital. Expõe Marx (1984, p. 209):

O pauperismo constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence ao *faux frais*¹⁹ da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os outros da classe trabalhadora e da pequena classe média.

Importante elemento para efetivação da tendência à socialização dos custos de produção é o chamamento aos setores médios para o exercício da solidariedade, bem como para construção ideológica de pactos *éticos* uns para com os outros, supostamente fundamentados em valores relacionados a uma concepção *ética ahistórica* e nunca advinda da condição concreta destes nas relações sociais de produção.

O circuito da valorização do capital repercute na condição concreta dos que vivem do seu trabalho sob diferentes formas, vai desde o tendencial empobrecimento e/ou miséria de forma mais latente, à separação definitiva destes de seus meios de produção, passando pelo completo estranhamento frente ao resultado do seu trabalho. Como desfecho, podemos apontar que o empobrecimento (material/espiritual), advindo das antagônicas posições na produção capitalista, se desdobra na impossibilidade de realização da ação humana em toda sua dimensão criativa, castrando as potencialidades já referidas que o advento da modernidade suscitou. As possibilidades de emancipação são a partir de então atrofiadas cronicamente em detrimento da manutenção de hegemonia das frações burguesas, que a partir da segunda metade do século XIX passaram à defesa conservadora de manutenção da *ordem*. O *devoir a ser* na construção do futuro transitou para a justificativa da sociedade de classes.

O empobrecimento espiritual que limita a criatividade humana, quando não tolhe as capacidades cognitivas dos seres que trabalham, representa a extensão da mecanização do

¹⁹ Falsos custos.

processo produtivo através de sua maior composição orgânica para o modo vida a ser desenvolvido entre os despossuídos dos meios de produção, em absoluto significa dizer que o projeto societário fundado na produção de mais-valia representa a subsunção real do trabalho ao capital.

Como discorre Marx (1984, p. 210), “a acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria (...) do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. A atenção na análise para os fundamentos do método crítico e dialético é dos principais trunfos para relevância da crítica desenvolvida, sobretudo em tempos de variados *cantos de sereia*, em um enredo que alia desenvolvimento esvaziado de suas contradições a uma considerável adesão dos trabalhadores aos projetos hegemônicos.

O conceito de pauperização relativa figura de modo medular na problematização dos tempos atuais. Do ponto de vista de nosso objeto de investigação, a atual conjuntura de crescimento econômico parece-nos apontar tendências que se aproximam e ao mesmo tempo são díspares em relação às expressões da “questão social” objeto de nossa análise. Se projetarmos graficamente, como posteriormente debateremos, poderemos concluir que há uma curva descendente na condição de pobreza extrema da população brasileira, ao mesmo tempo em que ainda nos mantemos entre as nações mais desiguais no continente mais desigual do mundo segundo relatório das Nações Unidas de 2010²⁰. Essas sínteses são referentes ao universo temporal das últimas duas décadas.

Numa perspectiva sistêmica, o empobrecimento tendencial dos trabalhadores, expresso na pauperização relativa, não pode ser pensado de forma impermeável ao termômetro de luta entre as classes. Apesar de tendencial, alguns mecanismos como, por exemplo, as políticas sociais, podem se constituir em contra tendência. A realidade do *welfare state* na Europa ocidental é a experiência que melhor ilustra o que afirmamos. A constituição do chamado salário indireto via políticas sociais cumpriu um duplo papel: ao mesmo tempo em que deu capilaridade ao consumo massivo por parte das massas trabalhadoras, consolidou um mercado consumidor que possibilitou a acumulação de sobre valor nos *trinta anos gloriosos* do capitalismo.

Tal realidade só se tornou possível via mediação da atuação do Estado. Seja na inserção de elementos de planificação econômica, ou na execução direta de programas e

²⁰Segundo o citado relatório o Brasil é o terceiro país mais desigual da América Latina à frente apenas de Haiti e Bolívia. O instrumento utilizado para comparação foi o índice de Gini, dado que mede a desigualdade de renda entre a população do país. Em uma escala que vai de 0 a 1, quanto mais próximo de um mais desigual, quanto mais próximo a zero menos desigual.

projetos. Inspirados nas teses de Keynes²¹ da produção em massa e do fortalecimento do mercado consumidor dessas mercadorias, ao Estado coube a gerência e estabelecimento das bases estruturais do desenvolvimento nessa etapa do desenvolvimento da acumulação de capital.

De modo diverso ao que acima apontamos, notadamente no momento de consolidação da etapa flexível da acumulação capitalista, traduzidas nas idéias de Hayek²², o Estado, segundo as formulações do autor, teria que ser reestruturado e limitar-se a exercer as funções de fiscalização e a atuar a partir das falhas apresentadas pelo mercado. Nesse sentido, a resposta burguesa ao que se denomina *crise estrutural do capital*²³ exaure os elementos de planificação da etapa anterior da dinâmica capitalista.

1.4 Estado e políticas sociais: mediações necessárias

A história do desenvolvimento da acumulação capitalista não guarda possibilidades de entendimento se desconsiderarmos a atuação do Estado em sua efetivação. A historiografia do momento conhecido como *acumulação primitiva* tem na violência concentrada no Estado capitalista moderno ponto dos mais importantes. O Estado passou a operar como sujeito ativo na garantia de condições estruturais para o prosseguimento da marcha do capital, seja na construção dos marcos jurídicos requisitados, ou pela via da atuação através de formas de violência mais abertas. Marx (1984, p. 269) em *O capital* orienta que: “O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados”.

O complexo jurídico que emerge do processo de consolidação do Estado moderno reflete a validade da assertiva marxiana de que ao capital é necessária a construção de meios legais para justificação da marcha da acumulação. As leis aplicadas a partir da atuação e

²¹ Teses que terão repercussão na América Latina a partir dos desenvolvimentistas, traduzidas no Nordeste brasileiro sobremaneira pelo pensamento de Celso Furtado, ponto que será aprofundado em capítulo seguinte.

²² Idéias expressas em seu livro *O caminho da servidão* no qual se propõe a revisitar as teses liberais clássicas, objetivando construir respostas ante o fechamento da etapa de crescimento econômico denominada de Os trinta anos gloriosos. O centro das teses formuladas pelo autor questiona o Estado como indutor do desenvolvimento; as políticas sociais como salários indiretos necessários à constituição do consumo massivo, elementos próprios da etapa fordista da acumulação. Em um caminho contrário, na obra acima referida, o mercado passaria a regular a produção e circulação de mercadorias, bem como a vida social em seus diferenciados momentos.

²³ É assim que se caracterizam as transformações na forma de produzir e de pensar o Estado e a sociedade de conjunto no advento do último quarto do século XX. Para uma análise mais detalhada ver Antunes (2010).

fiscalização de órgãos estatais cumpriram então a tarefa de asfaltar o caminho para a reprodução do capital no ritmo demandado pelos impulsos na capacidade dos meios de produção de extrair mais-valia. Uma vez mais recorrendo ao constructo marxiano, analisa o filósofo alemão:

A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para regular o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é o momento essencial da assim chamada acumulação primitiva (MARX, 1984, p. 277).

Da transição à consolidação do Estado capitalista são alguns séculos nos quais os imperativos colocados como tarefas ao Estado justificam sua síntese como o espaço da *violência de classe concentrada*. Das leis de criminalização dos pobres aos rituais jurídicos de expropriação sob forte violência, esta última justificada pelos tribunais, a história da dominação de classe sob a forma de reproduzir do capital sinaliza a transversalidade da hegemonia burguesa nos enfrentamentos jurídico-legais.

É a partir dessa arena de disputas de interesses antagonistas que a concepção marxiana do Estado encontra sua fundamentação. Em seu percurso de desvendamento do movimento de reprodução ampliada do capital, Marx (1984, p. 286) infere que os meios através do Estado empreendidos para a hegemonia da sociabilidade burguesa demonstraram que:

Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica.

A clareza do que acima aponta Marx localiza no tempo e no espaço da produção de mercadoria a funcionalidade da violência à marcha da acumulação. Concebendo a violência como potência econômica o autor alemão supera o debate dos contratualistas que buscavam sua fundamentação em uma suposta *natureza humana*, na qual residiriam as bases fundantes dos chamados pactos sociais.

Marx coloca em cena a concepção do Estado como síntese de múltiplos determinantes da luta entre as classes, ao fazer isso abre espaço ao contraditório em relação à concepção liberal do Estado acima dos embates classistas, e o faz a partir do já referenciado materialismo histórico-dialético. Na *Ideologia Alemã* o autor desenvolve que: “a estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados” (MARX, 2007, p. 18). Foi a partir dessas matrizes de análise que se desdobrou o debate em torno dos fundamentos do Estado moderno nas ciências sociais.

Ao dar relevo para o particular traço classista do Estado, as teses marxianas rejeitam a tentativa liberal em dotar a atuação estatal de uma suposta universalidade que transcenderia a luta concreta entre as classes. Em síntese, Marx produz uma inflexão, através do método da economia política, ao trazer para a análise da atuação do Estado os determinantes históricos como arena na qual se efetiva a dominação classista e, por conseguinte, espaço no qual são gestados seus instrumentos capazes de materializá-la. Montaño e Duriguetto (2010, p. 37) apontam que:

Assim, o Estado, tem a aparência da universalidade, mas a sua realidade efetiva é particular, na medida em que ele garante a organização das condições gerais de um sistema social (ou organização da produção) no qual e pelo qual a burguesia existe como classe dominante.

Importante localizar que muitas das tendências apontadas na atuação do Estado nesse período apenas apresentavam seus primeiros contornos, posteriormente desenvolvidas com a superação da chamada fase concorrencial do capitalismo e o decorrente acúmulo de suas próprias contradições. O círculo dos Estados dirigentes no trânsito da fase concorrencial ao imperialismo constituiu como tendência o acirramento das relações dentro desse campo, tendo em vista o processo de acumulação ampliada culminar em mais uma partilha do mundo entre as nações centrais, agora acompanhadas de seus representantes multinacionais como bancos e empresas ligadas a área de petróleo, dentre outros ramos produtivos.

O imperialismo, do ponto de vista leninista, representa a passagem da hegemonia do capital produtivo/industrial à predominância do capital financeiro operacionalizado pelas instituições bancárias. Essa tendência de transformação em capital do dinheiro não investido diretamente na produção de mercadorias pode ser encontrada mesmo em Marx (1984, p. 288), quando da análise do sistema de crédito público, dissertando que:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária.

Relata Marx (1984, p. 289) que mesmo em nações nas quais se teve considerável avanço na produção manufatureira no início do século XVIII é possível encontrar considerável desenvolvimento do sistema de créditos. A Holanda, por exemplo, segundo o autor, passou a ter como “um de seus principais negócios de 1701 a 1776, emprestar enormes capitais, especialmente a seu poderoso concorrente, a Inglaterra”. Ainda referencia o caso posteriormente desenvolvido de fluxos de créditos entre Inglaterra e Estados Unidos. Continua Marx (1984, p. 288), “a única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é – sua dívida de Estado.

Do que até aqui expusemos podemos desenvolver que a tendência à socialização dos custos de produção também se efetiva nas relações de fluxos de capitais através dos empréstimos entre nações. Os juros daí decorrentes estruturam o moderno sistema tributário. Numa perspectiva de desvendamento dos impactos de tal realidade sobre os trabalhadores, Marx (1984, p. 289) disserta que:

Os empréstimos capacitam os governos a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem ainda assim, como conseqüência, elevação de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos causado pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente força o governo a tomar sempre novos empréstimos para fazer face a novos gastos extraordinários.

O transcorrer dos séculos XIX e XX transformou o que o autor aponta como gastos extraordinários em fenômeno ambientado com o cotidiano principalmente das nações dependentes. No caso brasileiro se torna enfática a experiência com a Inglaterra. Empréstimos que se desdobraram em vantagens comerciais para os ingleses e que atrofiaram os ensaios de projetos de desenvolvimento nacional. No século XX no Brasil os empréstimos às nações centrais ocuparam a agenda pública hora como mecanismo necessário à indução do desenvolvimento, hora como caminho de exportar mais-valia, portanto de reprodução da dependência na geopolítica mundial.

A predominância do capital financeiro na era dos monopólios desenvolveu além da especulação como forma de acumular capital, também o maior distanciamento entre centro e periferia, portanto uma acentuação das desigualdades estabelecidas nas relações entre as nações. Lenin (2012, p. 124) analisa que:

Se fosse necessário definir o imperialismo da forma mais breve possível, dever-se-ia dizer que ele é o estágio monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital de grupos monopolistas de industriais, e, por outro, a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido.

O embate das forças imperialistas na busca por novos nichos de acumulação em uma realidade de conclusão da partilha colonial do mundo estabeleceu o convívio entre forças em iminente conflito aberto. Dessa realidade questiona Lenin (2012, p. 133) “qual outra solução para as contradições pode ser encontrada sob o capitalismo a não ser a da força?”.

De modo dialético o que fundamenta o questionamento acima é a tese de que o desenvolvimento da acumulação produz como conseqüência a agudização das contradições próprias ao modo de produção fundado na mercadoria. O encontro entre a tendencial queda

média dos lucros com o imperativo de produzir de forma ampliada mais-valia desperta a necessária descoberta de novos nichos de acumulação como elemento básico.

As relações internacionais entre as nações passaram a ter como norte a construção de blocos de poder que interferissem diretamente na geopolítica mundial. De maneira simultânea o desenvolvimento da indústria bélica colocou em cena a possibilidade mais extremada na corrida desenfreada pelo acesso a possíveis soluções de reverter a tendencial queda nas taxas de lucro.

A combinação desses determinantes serviu de cenário para a eclosão dos mais trágicos capítulos da história humana no século XX, capítulos nos quais os avanços na capacidade de criar e produzir são direcionados ao extermínio de dezenas de milhões de pessoas. A resultante do ponto de vista da geopolítica mundial é a ascensão dos Estados Unidos como potência com maior possibilidade de arbitrar novas regras na produção mundial de mais-valia.

A etapa do capitalismo que se inaugurou pós-segunda guerra mundial edificou novas bases para a reprodução ampliada do capital, bem como redefiniu as tarefas colocadas ao Estado, redesenhando sua forma de atuação e o concebendo sobre novas bases. Passou este a gozar de centralidade nos projetos de desenvolvimento enquanto sujeito coletivo a garantir as bases estruturais para *saúde* da sociabilidade capitalista.

Como síntese dos embates entre as classes sociais fundamentais, tivemos a emergência de um modelo de desenvolvimento que ainda sob o impacto da crise de superprodução americana²⁴, centrou suas ações na constituição de um mercado interno com potencialidades de dar vazão à produção em massa, resguardada pelo consumo também massivo. O que a literatura convencionou chamar de Keynesianismo/Fordismo orientou mesmo toda uma etapa de desenvolvimento capitalista na qual as políticas sociais condensaram as desigualdades classistas, mas também tiveram precisamente localizada sua funcionalidade no circuito da acumulação de forma mais genérica. Behring e Boschetti (2007, p. 83) problematizam que:

Na verdade, o liberalismo heterodoxo de Keynes e seus seguidores é a expressão intelectual sistemática das propostas de saída da profunda crise cujo ápice foram os anos de 1929 – 1932, o que se combinou às mudanças intensas no mundo da produção, por meio do fordismo que também se generaliza no pós-guerra, com novos produtos e processos de produção, e também por meio da indústria bélica, no

²⁴ Netto e Braz (2006, p. 156/157) argumentam que: “No século XX, a crise que se abriu em 1929 teve conseqüências catastróficas. A partir do segundo pós-guerra, foram implementadas políticas macroeconômicas e surgiram instituições nacionais e supranacionais com o objetivo de reduzir o impacto das crises. Apesar dessas providências, que sinalizam o redimensionamento do papel do Estado em face da dinâmica econômica, o desenvolvimento do capitalismo, ao longo de toda a segunda metade do século XX e na entrada do século XXI, continuou alternando prosperidade e depressão (ou recessão, que designa uma depressão menos violenta) - o que aponta para o caráter **ineliminável** das crises.

contexto da Guerra Fria. Essa é a base material que vai propiciar a expansão dos direitos sociais.

A dialética dos embates classistas, base fundante das políticas sociais, expressaram toda desigualdade combinada nas diferentes regiões do mundo. A época em questão inaugurou a possibilidade de políticas universalistas com relativo impacto progressivo na porcentagem do trabalho na apropriação da riqueza global. Isso posto, necessário referenciar que além de ter apresentado o despertar de uma inédita etapa do desenvolvimento capitalista, tal momento encerrou de forma simultânea e organicamente se articulou à emergência de um progressivo momento na luta entre as classes para os que vivem do seu trabalho.

Os chamados *trinta anos gloriosos*²⁵ do capitalismo e seu modo de vida derivado da estruturação do *welfare State*, este baseado no atendimento das necessidades imediatas e algumas mediatas das maiorias destituídas dos meios de produção, apontaram disjuntivas sobre questões estratégicas que repercutiram na agenda das lutas sociais entre as classes. Apesar de terem se localizado centralmente nas fronteiras da Europa ocidental, as referências de planejamento econômico e social que desse cenário decorreram impactaram os diferentes modelos de desenvolvimento que passaram a ser gestados no universo dos países de capitalismo tardio ou dependente.

A atuação do Estado, contrariando a autonomização de sua dinâmica como supôs a tradição liberal em suas teses, de forma dialética teve seus movimentos tensionados pela dinâmica da vida real e seus embates históricos que se processaram no cotidiano da vida das classes sociais. Em que pese sua natureza sob o capitalismo, com direção das classes sociais que monopolizam a posse dos meios de produção, a passagem da primeira para a segunda metade do século XX trouxe aos trabalhadores possibilidades de incremento do chamado salário indireto, algumas conquistas civilizatórias, que encobriram não poucas vezes seu fundante traço classista.

A combinação dos elementos citados anteriormente constituiu o fermento a fortalecer as teses da social-democracia nos limites europeus, bem como a emergência dos sonhos desenvolvimentistas no continente de maior concentração fundiária do mundo, a América Latina. Aos desenvolvimentistas estava dada a possibilidade de industrializar-se, e num efeito

²⁵ Behring e Boschetti (2007, p. 89) sinalizam que para debater os fundamentos desse período é preciso “observarmos que na base do ciclo de expansão que se abre após 1945 estiveram: a situação excepcional da guerra e do fascismo, a terceira revolução tecnológica, com a introdução da microeletrônica, e, sobretudo, a derrota histórica do movimento operário, ensejada com o fascismo e a guerra, mas também pelo destino das experiência socialista. Cabe sinalizar, ainda, que o acordo Keynesiano-fordista só se viabilizou com a capitulação de muitas lideranças operárias, a exemplo da social democracia e dos partidos comunistas europeus, às demandas imediatas e corporativas, especialmente no setor monopolista”.

dominó atenuar a latente desigualdade social na apropriação do excedente, marca das mais notáveis do capitalismo tropical, a nós tão caro.

Em que pese serem atravessadas pelas contradições próprias da forma burguesa de organização social, as políticas sociais na América Latina têm sua história combinada com a reprodução ampliada das desigualdades²⁶ em realidades nacionais que aparentam visível dualidade entre a sociedade dos “*de cima*” em detrimento das formas de viver dos de “*baixo*”. Dualidades, antagonismos que se tornaram funcionais à reprodução da forma de acumular em nossas fronteiras²⁷. Como elemento que nos unifica enquanto continente, Paulo Netto (2009, p. 225) afirma que:

O que une fundamentalmente a América Latina é este elemento central: sua heteronomia, a dominação imperialista. Esta heteronomia das suas orientações macroeconômicas, sabemos-lo bem, não é um fenômeno novo, não começou com o Consenso de Washington – ela atravessa todo o século XX, para não pensar na limitada superação do estatuto colonial.

Essas discontinuidades refletiram e continuam a refletir nas políticas sociais, concebendo-as no continente de forma descontínua e pouco efetiva do ponto de vista de se constituírem enquanto instrumentos anticíclicos em relação à reprodução ampliada de capital. Esvazia-se dessa forma a construção na memória coletiva das políticas sociais como direitos conquistados a serem universalmente garantidos pelo Estado.

Os mínimos níveis de civilidade conquistados nas últimas décadas no continente, através principalmente do acesso aos serviços de saúde, educação e níveis nutricionais que vem garantindo a reprodução de importantes parcelas das classes trabalhadoras, diante das páginas pretéritas da história latino-americana se apresentam como a aurora de *inflexões* na forma excludente própria aos modelos de desenvolvimento do mundo de capitalismo tardio e dependente.

Para tanto, necessário localizar que apesar dos melhores índices relacionados à mortalidade infantil, de acesso à educação e diminuição dos indicadores de miséria, as referidas *inflexões* não encontram o caminho de questionamento da concentração fundiária e da desigualdade na forma de apropriar-se do excedente aqui produzido, traços que dão sustentação ao aparentemente dual modelo de sociabilidade capitalista produzida nos trópicos. Em que pese no próximo capítulo debatermos com mais detalhes sobre o que nos referimos

²⁶ Em Paulo Netto (2007, p. 226) é possível acessar que: “Entessoro, pesquisador que defendeu sua tese de doutorado em sociologia, na USP, constatava que em 2003 que a América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos abocanham uma proporção maior da renda. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 5% da população recebe 25% do total nacional. Por outro lado, os mais pobres recebem 7,5% da renda total.

²⁷ Debate que aprofundaremos no capítulo seguinte.

anteriormente, podemos já sinalizar que seguiremos na trilha da economia política marxista no sentido da problematização das chamadas *inflexões* como deslocamentos dentro do mesmo projeto *civilizatório* medularmente desigual.

Como no intervalo de tempo de construção da primeira onda de industrialização na América Latina, as repercussões do projeto *neodesenvolvimentista* na consciência das majorias estão sendo a construção das promessas de mobilidade social como possibilidade que passa a habitar os discursos e alimentar os sonhos de quem vivencia a dura realidade das seculares desigualdades que particularizam a vida em nosso continente. Tais discursos e sonhos são embalados pela suposta redefinição do papel do Estado, passando este, segundo o discurso hegemônico, a concentrar os dispositivos necessários à indução do desenvolvimento em contraponto às teses neoliberais.

A política de desenvolvimento daí decorrente redefine os fluxos populacionais, garante acesso ao trabalho a consideráveis levas de trabalhadores e, produz como decorrência de seu projeto mais global, a elevação do mercado interno como centro estratégico dentro do modelo de desenvolvimento atual. Os resultados da política desenvolvimentista há décadas atrás foram um continente mais urbano e com deslocamento de sua base produtiva para pautas com incremento dos setores ligados a indústria de transformação, assim como inserção de alguns setores de alta tecnologia, a exemplo do automobilístico. Esse cenário alterou em parte a extensa vocação do continente em ser a base de produtos primários mundial, tendência que nos parece não ser observada em nossos dias.

Os avanços em termos de políticas sociais em princípios do século passado, no caso da forma de organização do capitalismo brasileiro, circunscreveram-se aos setores diretamente relacionados ao ramo produtivo industrial, como podemos referenciar a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Importante também localizar que os momentos de ausência dos direitos civis e políticos mais básicos, nos regimes autoritários, é que tivemos estendido o alcance dos direitos trabalhistas e sociais nas fronteiras brasileiras, o que trouxe desdobramentos importantes ao desvendamento das formas de dominação empreendidas pelas elites nacionais face aos projetos de desenvolvimento, dimensão de nossa formação social bem problematizada por Behring e Boschetti (2007).

A tendência de maior alcance dos programas e projetos sociais em momentos de tolhimento das liberdades democráticas sinaliza o encontro com a tese de Fernandes (2004) na qual o autor defende que o modo de dominação da burguesia nacional é antidemocrático não só do ponto de vista de garantir acesso a apropriação da riqueza socialmente produzida, mas também na ausência de abertura dos círculos de decisão política. As políticas sociais para as

frações de classes dirigentes brasileiras se estruturam fundamentalmente como fontes objetivas na construção de consensos classistas.

Mesmo com a transformação da base produtiva nacional no decorrer do século XX e a daí decorrente nova inserção do país na divisão mundial do trabalho, em que pese o aprofundamento da dependência ao imperialismo americano, a burguesia nacional continuou, como aponta Fernandes (2004), a sofrer larga atração pelos valores oligárquicos e a não superar o provincianismo na direção dos projetos nacionais. As políticas sociais em meio a esse caldo sociocultural conservador serão concebidas como instrumentos preventivos em relação aos conflitos classistas que tenham a capacidade de provocar questionamentos mais sérios ao ordenamento burguês provinciano.

A distância de percepção pelas frações dirigentes das políticas sociais da perspectiva de avanços civilizatórios reservou às mesmas papel secundário nos modelos de desenvolvimento nacional. Às classes destituídas do acesso ao poder político e econômico, tolhidas não poucas vezes da possibilidade de terem suas necessidades básicas atendidas, as políticas sociais no Brasil têm a marca da emergência, da necessidade de primeira ordem. O encontro dos interesses classistas referenciados produziu a seletividade do acesso e a fragilidade orçamentária²⁸ como particularidade dos direitos sociais em nosso país.

Esses traços conservadores não retiram da história dos direitos sociais em nosso país a luta dos que vivem do seu trabalho. Cada conquista inscreveu-se como síntese de momentos nos quais, preventivamente ou não, a luta entre as classes teve capítulos relevantes na história nacional. O elemento a ser destacado é que a contradição esteve e está presente também aqui nos trópicos. A entrada na cena política das maiorias destituídas do acesso aos espaços de decisão é referência das mais destacadas para a interpretação da história do Brasil contemporâneo. O século XX no Brasil além de representar o século da industrialização, também se notificou pela emergência enquanto classe por parte dos trabalhadores. As lutas sociais que nesse lapso de tempo ocuparam o espaço público nacional apresentam-se como chave heurística de uma leitura crítica da realidade brasileira nessas primeiras décadas do atual século.

²⁸ A projeção para o orçamento de 2013 é que 42% sejam destinados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Segundo Maria Lucia Fattorelli, coordenadora da “Auditoria Cidadã”, em termos numéricos tal dado representa algo em torno de R\$ 900 bilhões, em contraste com os prognósticos para áreas como saúde e educação, cujos orçamentos estão estimados em R\$ 87,7 bilhões e R\$ 71,7 respectivamente. Dados acessados em 31 de março de 2013 no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513556-orcamento-federal-de-2013-42-vai-para-a-divida-publica-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>.

2 DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA: SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE DEPENDÊNCIA OU DEPENDÊNCIA EM NOVOS TERMOS?

2.1 Caminhos da dependência: notas para a crítica do subdesenvolvimento brasileiro

O século XX no Brasil embalou variados projetos de desenvolvimento que apontavam na direção da superação de nossas seculares heranças coloniais. Do ponto de vista da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho entre as nações o propósito era transitar do modelo primário/exportador, característica das colônias/nações dependentes desde tempos do mercantilismo burguês, para uma organização da produção centrada na indústria e, conseqüentemente, em mercadorias de maior valor de capital. Tais teses podem ser acessadas em Furtado (1989).

O Brasil das primeiras décadas do século passado ainda era essencialmente rural, tanto do ponto de vista de sua composição demográfica, quanto em relação aos valores que norteavam as relações sociais. Para uma economia que tinha o café como principal produto para exportação, a composição demográfica não constituía impeditivo à expansão das fronteiras agrárias do país, que ainda tinha como produtos com destaque na economia nacional a cana-de-açúcar e a extração da borracha na região amazônica.

Em que pese o cenário acima exposto, contemporâneo a tal período tivemos os primeiros sinais da liberalização econômica e comercial que teria como síntese maior os levantes dos setores médios urbanos na chamada “*revolução de 30*”. As transformações que se processaram do último quarto do século XIX às primeiras três décadas do século XX, condensaram as principais bases das transformações que se seguiram, seja a alteração na composição do bloco político dirigente como reflexo das movimentações/alterações então em curso na economia brasileira, seja na ocupação da arena pública pelos conflitos classistas através dos movimentos dos trabalhadores.

Essas transformações econômicas diretamente estiveram relacionadas ao progressivo maior peso da indústria na produção nacional. Segundo dados presentes em Matos (2009, p. 36-38), o operariado industrial representava em fins do século XIX 5% da população empregada, passando a 13,5% em 1920. Quanto ao número de indústrias, os dois estados mais industrializados apresentavam o seguinte quadro: São Paulo em 1907 tinha 326 empresas, passando em 1929 para 6.923 empresas; o Rio de Janeiro em 1907 tinha 662, alcançando no ano de 1929, 1.937 empresas. Em relação ao número de operários, o estado de São Paulo

passa de 24. 186 em 1907 para 148. 376 em 1929, no Rio de Janeiro o número passa de 34. 850 em 1907 e chega a 93.525 operários em 1929.

Como síntese política dessa alteração na base produtiva brasileira tivemos a entrada em cena dos sindicatos como sujeitos coletivos de representação dos trabalhadores. Da perspectiva das lutas entre as classes, os episódios de maior destaque do período são os relacionados à greve geral de 1917 em São Paulo. Matos (2009, p. 55) analisa da seguinte forma o movimento grevista de 1917:

Entre as greves do período, a de 1917, em São Paulo, é considerada a mais importante. A partir de movimentos isolados de paralisação nas fábricas de tecidos, surgiram greves de solidariedade e grandes passeatas de protesto – em especial após o assassinato de um operário pelas forças policiais – que transformaram o movimento em greve geral, paralisando por alguns dias toda a cidade.

Do ponto de vista da consciência de classe, dos episódios que marcaram o início do século XX no Brasil, as lutas que resultaram na greve geral de 1917 demarcaram de maneira mais destacada o desenvolvimento dos antagonismos classistas em sua forma madura, uma pulsante efervescência operária que traduzia um período de transição no capitalismo brasileiro, as bases de acumulação de capital então iniciavam seu trânsito do mundo agroexportador para o mundo das indústrias como eixo dos projetos de desenvolvimento.

As já citadas alterações demográficas, com o intenso êxodo rural que se inaugurou, transformaram a paisagem urbana em territórios de latentes desigualdades sociais, para além de representarem a total separação dos que vivem do seu trabalho em relação às possibilidades de acesso aos meios de produção necessários a sua sobrevivência. Levas de trabalhadores amontoavam-se nos cortiços, nos distantes bairros das então nascentes periferias das emergentes metrópoles industriais brasileiras. Referência das mais importantes sobre o adensamento das desigualdades sociais no espaço urbano em fins do século XIX e princípios do XX é o romance “*O Cortiço*” de Aluísio Azevedo.

Cabe lembrar que o naturalismo como corrente literária representou resposta ao ideal romântico das relações sociais acima da vida real e das contradições entre as classes sociais vivenciadas no seu cotidiano. A escrita direta e a própria animalização das relações estabelecidas entre os seres sociais, passaram a refletir as aceleradas transformações ocorridas na sociabilidade capitalista em seu trânsito a uma nova etapa de sua incessante corrida pelo alargamento da parcela de trabalho não pago. Cabe não secundarizar as influências da teoria da evolução de Charles Darwin no desenvolvimento de concepções artísticas e estéticas que tiveram como elemento fundante a história, assim como as lutas pela sobrevivência e as daí

implicadas transformações. A historicidade e o constante movimento distanciavam tais expressões dos paradigmas positivistas da continuidade através do reduzido espaço da intencionalidade humana na construção histórica.

Mais que uma simples ruptura estética com as referências românticas, as transformações no campo das artes e da ciência em princípios do século XX repercutiam os movimentos no processo produtivo que tiveram como resultante um exponencial aumento da capacidade de produção. Isso posto, cabe mencionar que as alterações vivenciadas em tal período representariam a emergência de uma nova época da reprodução ampliada de capital, superando o chamado capitalismo concorrencial e, em decorrência, superando também as relações políticas e econômicas que o sustentaram.

Da perspectiva de análise Leninista, estaria mesmo colocada a possibilidade de uma época de convulsões sociais com potencialidades revolucionárias. Politicamente representou a inserção na pauta das lutas sociais de embates decisivos desde a estrutura de organização da produção capitalista, passando pela possibilidade de superação do modo de vida requisitado pela forma de sociabilidade fundada na obtenção do lucro.

Para tanto, podemos encontrar em Lenin (2012) os elementos para fundamentar a caracterização da abertura de uma nova época no desenvolvimento da forma de produzir fundada na mercadoria. Dentre estes podemos localizar como basilar a assertiva do revolucionário russo de que a época aberta fechava as possibilidades, outrora ainda visualizadas, do desenvolvimento das forças produtivas representarem alguma elevação do nível de vida do conjunto da humanidade. As tendências destrutivas da ordem do capital, segundo o autor, chegaram a tal estágio que seria possível a afirmação de que o desenvolvimento das forças de produção simultaneamente e de forma contraditória produziria a destruição da fonte do trabalho não pago, ou seja, a destruição da capacidade laboral da classe que vive do seu trabalho.

A contradição entre o imperativo de acumular em forma ampliada e a tendência de queda nas taxas médias de lucro desenvolve um cenário de partilha do mundo entre as nações centrais. Em Lenin (2012, p. 124) podemos ter acesso ao seguinte:

[...] a partilha do mundo é a transição da política colonial, que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista, para a política colonial de dominação monopolista dos territórios de um mundo já inteiramente repartido.

As distâncias entre o processo de colonização da fase de expansão do mercantilismo burguês e o de fins do século XIX início do XX, para além deste último ter repartido um

mundo já repartido, está no fato de que essa segunda repartição se deu no marco da hegemonia do capital financeiro, que é justamente a fusão entre o capital bancário e industrial.

De forma mais direta, a (re) partição do mundo sob regência do capital financeiro expressou o que em linhas anteriores denominamos como imperativo de alargamento do trabalho não pago, para tanto, a expansão de novos nichos para acumulação se localizou como necessidade básica à consolidação da era imperialista. Importante resgatar também o nível de internacionalização alcançado pelo processo produtivo, os fluxos comerciais entre as nações passaram a apresentar alterações na tradicional divisão do trabalho entre nações centrais como importadoras de matérias-primas e exportadoras de mercadorias industrializadas e, nações dependentes como exportadoras de produtos primários e importadoras de produtos de maior valor agregado.

A partir do estágio monopolista do capitalismo, o fluxo de capitais, através dos grandes bancos e indústrias passou a se configurar como momento a determinar as (re) configurações na diplomacia internacional, bem como nas relações de dominação econômica e financeira. Aqui o diálogo que podemos estabelecer com Lenin (2012, p. 115) vai no sentido de que:

Quanto aos Estados “semicoloniais”, nos dão um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode se dizer tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e de fato subordina, até mesmo os Estados que gozam de independência política mais completa (...) Nesse sentido, os países semicoloniais são típicos exemplos de “caso intermediário”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes tenha se tornado intensa, sobretudo na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido.

Do que na citação anterior sinaliza Lenin resultaram as determinações mais universais para a problematização da entrada do Brasil na divisão internacional do trabalho entre as nações na era dos monopólios. A repartição imperialista do mundo para além das conhecidas cenas dos campos de batalha, dos eventos de barbárie aberta, também se expressou pela existência transcontinental de empresas e bancos que diretamente representavam as também novas relações de hegemonia estabelecidas mundialmente, repercutindo na restrita autonomia política e econômica dos países tradicionalmente produtores de matérias-primas e abrindo novos territórios à produção de mais-valia.

Na perspectiva do desenvolvimento das nações, assim como o avançar da produção capitalista tornou instrumental as relações entre as classes sociais fundamentais, também o fez com as assimétricas relações entre países centrais e dependentes. O imperialismo, na perspectiva Leninista, representou o aprofundamento dessa dependência via inserção dos

elementos da dominação financeira materializada via exportação de capital, assim como na desterritorialização das plantas industriais das empresas sediadas nas potências européias e nos Estados Unidos.

A apropriação privada das riquezas socialmente produzidas na era imperialista, ao distanciar ainda mais as dinâmicas de reprodução do capital entre as nações centrais e a periferia do capitalismo, caminhou no sentido da reafirmação do que Galeano (2009) em seu clássico resgate histórico, político e econômico em “*As veias abertas da América Latina*” pontua. Mesmo nos chamados anos do “milagre econômico” a sangria do excedente aqui produzido continuou a ser o definidor das relações entre nações ricas e pauperizadas. Aponta Galeano (2009, p. 311) nesse sentido:

As inversões imperialistas na área industrial na América Latina não modificaram em absoluto os termos de seu comércio internacional. A região continua estrangulando-se no intercâmbio de seus produtos primários pelos produtos especializados das economias centrais. A expansão das vendas das economias norte-americanas, radicadas ao sul do rio Bravo, concentra-se nos mercados locais e não na exportação. Pelo contrário, a proporção correspondente à exportação tende a diminuir: segundo a OEA, as filiais norte-americanas exportaram 10% de suas vendas totais em 1962, e só 7,5% três anos mais tarde. O comércio dos produtos industrializados pela América Latina só cresce dentro da própria América Latina: em 1955, as manufaturas compreendiam uma décima parte do intercâmbio entre os países da área e, em 1966, a proporção tinha subido a 30%.

O cenário por Galeano traçado reafirma nossos apontamentos anteriores e entra em rota de colisão com as teses *desenvolvimentistas* de que a conjuntura de desenvolvimento a partir da terceira década do século passado representaria o ponto de encontro da América Latina com as *correntes do progresso* e, que a partir de então, estariam a soprar as possibilidades de superação de nossas amarras da dependência que nos caracterizou nos séculos de expansão da forma burguesa de organização social.

A partir dessa conjuntura de industrialização, ao participar de forma mais integrada de parcela significativa da mais-valia mundial, os países denominados não desenvolvidos passou a ter sua riqueza diretamente ligada às emergentes bases industriais. Esse cenário representou o aprofundamento da tendência do capital à mundialização, bem como o fortalecimento dos orgânicos vínculos imperialistas de dominação.

As teses desenvolvimentistas de que a alteração da base produtiva com um maior peso dos setores industriais resultariam em uma elevação do nível geral de vida, assim como a idéia de que o futuro seria uma avenida aberta ao desenvolvimento, conforme aponta Oliveira (2011, p. 126) não correspondia à essência da então emergente ordem econômica e política estabelecida entre as nações:

O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para acumulação de capital no centro. Essa relação que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização(OLIVEIRA, 2011, p.126).

Das relações que acima Oliveira (2011) aponta, podemos sinalizar que a transição entre a economia agro-exportadora para a de substituição de importações atualizou as formas de dependência. Dessa capacidade em atualizar-se mantendo simultaneamente altos índices de desigualdade social e idades sociais e produtivas distintas em um mesmo território, Oliveira (2011) desenvolve sua tese do “*Ornitorrinco*”, referência ao singular mamífero que atinge 40 cm de comprimento, com bico que se aproxima esteticamente de um pato; pés espalmados e rabo chato, além de ser ovíparo, cuja alimentação dos seus filhotes se dá pelo leite que escorre pelos pêlos peitorais da mãe, na medida em que esta não possui mama, possuindo ainda algumas características reptilianas. Para aproximação com a formação social brasileira, a metáfora anterior adverte os necessários questionamentos às clássicas definições dos modos de produção, alertando para as particularidades das formas de acumulação ampliada entre nós instaladas.

O movimento de comparação acima exposto, se analisado nas fronteiras da formação sócio-histórica brasileira pode ser traduzido na convivência das distintas formas de acumular que na aparência demonstravam dualidades, mas que no conjunto das relações sociais e econômicas sintetizaram os projetos de modernização dependente levado a cabo pelas elites nacionais associadas à burguesia internacional.

Dessa forma, o “ornitorrinco” na formação social do Brasil estaria representado pela diversidade nas formas de acumular que, por conseguinte, desenvolveu em nosso território uma diversidade de relações sociais que ao aparentar *antagonismos*, alimentou teses evolucionistas que ocuparam o debate sobre desenvolvimento a partir de meados da segunda metade do século passado.

Em sua crítica do subdesenvolvimento, Oliveira (2011) segue na trilha de Florestan Fernandes (2004), quando da assertiva de que os projetos de desenvolvimento para o Brasil sempre estiveram articulados a estratégias mais gerais de dominação através de projetos classistas. A heterogeneidade das formas produtivas no território brasileiro, longe de representar elementos de rupturas, para tais autores representariam o esforço da burguesia

nacional associada ao capital internacional em construir sínteses que respondessem às diferenciadas etapas do desenvolvimento do capital enquanto relação social mundializada.

Para o território objeto de nossas problematizações, a pretendida atualização das teses *desenvolvimentistas* ao alterarem as relações de produção a partir da conjuntura de crescimento aberta nesse início de século, transformam também as bases objetivas sobre as quais se gestam os projetos contemporâneos de desenvolvimento. É esse o solo concreto sobre o qual os embates cotidianos e históricos entre os distintos projetos das classes fundamentais terão provadas suas possibilidades em construir hegemonia.

2.2 Projetos de desenvolvimento e classes sociais no Brasil

Como referenciamos no capítulo anterior, na sociedade capitalista as classes sociais fundamentais têm sua definição a partir de sua localização no processo produtivo. Levando em consideração as bases da desigualdade social nessa forma de sociabilidade, o antagonismo entre as classes sociais fundamentais diretamente relaciona-se com a tendência à apropriação privada da riqueza coletivamente produzida.²⁹

A posse ou não dos meios de produção, em síntese, é o elemento definidor. A tendência à separação definitiva dos que vivem do seu trabalho de seus meios de sobrevivência é por Marx (2011) apontada como fundante da sociabilidade da mercadoria. A história do capitalismo nessa perspectiva passa essencialmente pelos capítulos das lutas antagonistas do presente como expressão das bases que o sustentam e o sustentaram nesses últimos séculos da história humana.

A luta antagonista no Brasil teve como marco, conforme referenciamos no tópico anterior, os princípios do século XX quando da entrada em cena dos setores operários. Conforme a argumentação que tecemos no capítulo precedente, as transformações na forma de produzir e acumular rebateram de maneira decisiva nas mudanças que em décadas pretéritas sofreu o conjunto dos que vivem do seu trabalho.

Se os impulsos iniciais do capitalismo monopolista em nossas fronteiras tiveram no fordismo o norte definidor da engenharia produtiva então emergente, o fechamento do ciclo

²⁹ No capítulo anterior debatemos em maior profundidade tal tema. Recorrendo à obra Marxiana expusemos a partir de qual ângulo desenvolvemos nossos argumentos, referenciando o debate sobre os fundamentos da “questão social” e avançando para a problematização de categorias como a de pauperização relativa e absoluta.

expansivo dos *anos de ouro do capitalismo*³⁰ trouxe consigo imperativos relacionados às transformações nas estratégias de produzir e (re)produzir os caminhos da acumulação. A síntese que daí emergiu redesenhou economicamente e espacialmente as formas de sobrevivência da massa destituída dos meios de produção. Nessas linhas nos reportamos à emergência da chamada *reestruturação produtiva*³¹ que marca a entrada em cena da flexibilidade como forma privilegiada de produzir e acumular.

O fechamento da hegemonia fordista significou para as classes trabalhadoras terem que se adaptar aos novos imperativos burgueses requisitados, dentre estes podemos destacar: flexibilidade dos vínculos contratuais de trabalho, diretamente atacando os direitos sociais conquistados na etapa fordista de desenvolvimento do capital; maior parcelamento do trabalho coletivo, alienando os produtores diretos do controle sobre o conjunto do processo produtivo, inaugurando um novo espaço/tempo da produção de mercadoria; emergência de uma maior heterogeneidade no interior das classes laboriosas, essa relacionada às diferenciações das formas de ocupação resultantes da etapa então aberta de reprodução das relações sociais capitalistas. Antunes (2011, p. 24) assim sintetiza as transformações na forma de reproduzir-se do capital nesse momento:

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série e de massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaia-se modalidades de desconstrução industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado.

As orgânicas mediações que aproximaram os diferentes projetos de desenvolvimento das transformações que no século XX incidiram sobre os produtores diretos da riqueza social, tiveram seu fundamento na dialética unidade entre produção e reprodução social nos moldes já debatidos, repercutindo também nas estratégias políticas empreendidas pelas maiorias como saídas possíveis diante dos diferenciados momentos da marcha do capital. Momentos que se revezaram entre a euforia em conjunturas de crescimento econômico e o pânico nas cíclicas crises capitalistas, ambos unificados pela crônica instabilidade que caracteriza o referido sistema de produção de mercadorias e reprodução de relações sociais determinadas.

³⁰ Conforme situamos em linhas anteriores, tais anos tiveram seu fundamento em um momento expansivo da produção de mais-valia, sustentada por uma conjuntura de crescimento econômico assentada nas estratégias de consolidação dos fluxos transcontinentais de capital via multinacionais, assim como expansão das possibilidades de realização do lucro, essas diretamente relacionadas à emergência de importantes mercados internos.

³¹ Vide capítulo anterior, especificamente o tópico 1.1.

As transformações objetivas que a etapa flexível da acumulação engendrou a partir do último quarto do século passado trouxe consigo de maneira simultânea as estratégias de hegemonia pelos setores dirigentes encontradas para mais uma cíclica crise do capitalismo. Antunes (2011) conceitua como *captura da subjetividade do trabalho* o esforço pela burguesia empreendido na socialização de valores liberais no seio dos círculos sociais e entidades de classe dos que laboram. A solidariedade esvaziada de seu conteúdo historicamente classista, bem como o empreendedorismo como sinônimo de iniciativa individual, passaram a expressar o combate às estratégias de lutas antagônicas que caracterizou os conflitos entre as classes sociais fundamentais, detentoras de projetos societários em essência distintos, no decorrer do capitalismo industrial/monopolista.

A referida conjuntura de fechamento do ciclo expansivo dos *anos dourados* para acumulação de capital de forma direta repercutiu na escalada do desemprego estrutural e aumento nos níveis de pobreza³², sobretudo nos centros periféricos da acumulação. No período de três décadas (1976/2006), segundo dados acessados em Pochmann (2010, p. 100), o desemprego no Brasil apresentou dinâmica de alargamento, chegando ao final do período analisado a representar mais que quatro vezes os índices observados no início do intervalo de tempo citado.

O aumento do desemprego associado às restrições orçamentárias para com as políticas sociais³³ inseriu o conjunto dos trabalhadores em um circuito de precarização das condições nas quais passaram a laborar, assim como degradação das condições de vida pela via da financeirização do fundo público, acarretando o desfinanciamento do chamado *salário indireto*. Essa conjuntura explica em parte a heterogeneidade que passou a predominar entre os trabalhadores, o sentimento de insegurança no trabalho também aí encontrou sua fundamentação, haja vista a rotatividade da força de trabalho que passou a ser das principais estratégias para o combate à organização independente dos trabalhadores.

O movimento de tornar descartável o capital variável na engenharia produtiva capitalista, expresso na rotatividade e na intensificação do ritmo de trabalho, abriu espaço para o florescimento de teses sobre a suposta extinção da sociabilidade fundada no trabalho. Nesse debate, Antunes (2010, p. 174) problematiza tais teses afirmando que:

³² Temática aprofundada no capítulo anterior quando da problematização das transformações que culminaram na hegemonia neoliberal como referência de organização da produção, bem como das relações sociais de conjunto.

³³ Dados presentes em Pochmann (2010, p. 100) dão conta que diferentemente da década de 80 do século passado, na qual o crescimento médio dos gastos sociais, tendo como referência o PIB, alcançou o índice de 36,6%, a década seguinte diferentemente apresentou a pífia média de crescimento de 2,6% como tendência.

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do *trabalho social*, que é mais *complexificado*, *heterogeneizado* e ainda mais *intensificado* nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que desconsideram o processo de interação entre trabalho vivo e trabalho morto. Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos do trabalho *estável* e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, dos *trabalhadores hifenizados* de que falou Huw Beynon, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços.

As observações por nós destacadas até o momento, de análise e problematização dos fundamentos do *neoliberalismo* que ao ter sua pretensa eficiência esvaziada pela agudização das expressões da “questão social” como, por exemplo, o exponencial aumento do desemprego, fez emergir novos imperativos políticos e econômicos que na contemporaneidade sustentam o projeto *neodesenvolvimentista* em curso no país, sobremaneira a partir dos governos frente populistas dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A organicidade das relações estabelecidas entre as formas de acumulação e seus rebatimentos nas maiorias destituídas dos meios de produção, está a promover a inauguração de uma nova etapa dos antagonismos classistas nesse início de século no Brasil.

Em nossos dias, as análises das ciências sociais parecem nos apontar a estruturação de novas tendências no interior das classes trabalhadoras em nosso país³⁴. Se o desemprego estrutural se constituiu como um dos traços definidores do neoliberalismo no mundo, assim como no Brasil, a atual conjuntura tem na geração de postos de trabalho a base que edificaria o suposto antagonismo entre a forma de organizar a produção e as relações sociais neoliberais e as bases econômicas e políticas que fundamentam o *nacional-desenvolvimentismo com sinal trocado* como aponta Gonçalves (2011).

A troca de sinais acima referenciada tem sua expressão na inversão das bases sociais e econômicas do nacional-desenvolvimentismo entre nós vivenciado em meados do século que se passou. Gonçalves (2011) em seu artigo elenca seis pontos que materializariam tal troca. Em ordem proposta pelo autor, seriam estes: desindustrialização e dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; dependência tecnológica; desnacionalização da propriedade; vulnerabilidade externa estrutural; dominação financeira.

O caminho pelo autor desenvolvido descortina a ausência de elementos de soberania, assim como evidencia a distância do atual modelo de desenvolvimento brasileiro da construção de um projeto que aponte na direção de possíveis rupturas com a geopolítica instituída sob comando dos países centrais, nessa direção argumenta Gonçalves (2011, p. 1) que o nacional-desenvolvimentismo representou a combinação das seguintes tendências:

³⁴ Debate que será aprofundado no próximo tópico a partir do diálogo desenvolvido entre autores como Pochmann (2010), Mota (2010), Oliveira (2010), Arcary (2011).

O Nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser visto, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O ND é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico; ou seja, é a ideologia do desenvolvimento econômico assentado na industrialização e na soberania dos países da América Latina, principalmente, no período 1930-80.

Isso posto, cabe nortear que as linhas anteriores localizam os atuais rumos do desenvolvimento brasileiro como não antagônicos às teses neoliberais anteriores, assim como sinalizam com a desconstrução de uma pretensa retomada das bases do desenvolvimentismo por nós conhecido desde princípios de nossos sonhos industrializantes, o que por outro lado não significa ausência de alterações no interior das classes trabalhadoras. Essa dialética na análise é basilar para os apontamentos diante dos quais nos deteremos a partir de agora, sobremaneira versarão sobre as modificações que incidem sobre os que laboram no Brasil nos dias atuais.

O encontro, nesse século que se inicia, de uma conjuntura de dinamismo econômico, combinado com reorientações no papel que joga o Estado em um modelo econômico fundado para os mais pobres na universalização de programas de transferência de renda, valorização do salário mínimo acima dos índices inflacionários e crescente formalização dos postos de trabalho criados, ambientam as maiorias em uma realidade, sob variados aspectos, diversificada da recente experiência de corrosão salarial e desemprego estrutural.

Em matéria acessada na *Carta Capital* de 08 maio de 2013, baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o balanço da última década no país é da criação de 19 milhões de empregos formais, o que equivale a população do estado de Minas Gerais, o segundo mais populoso da federação. Objetivamente, eis uma das bases para a construção de hegemonia entre os trabalhadores do atual projeto de desenvolvimento.

A condição contemporânea do desemprego no Brasil contrasta com a condição dos mercados centrais, fundamentalmente com o bloco de nações que constituem a União Européia, em Portugal, por exemplo, antigo destino de trabalhadores brasileiros, o desemprego chegou a 17% da população economicamente ativa no primeiro trimestre de 2013³⁵, ultrapassando a barreira de um quarto entre os mais jovens. Entre nós brasileiros, para igual período, o desemprego ficou em torno dos 6%.

Quando segregados entre as seis principais regiões metropolitanas do país (São Paulo/ Rio de Janeiro/ Belo Horizonte/ Recife/ Porto Alegre/ Salvador), os dados indicam que em uma década o desemprego caiu em média mais de 50%. Em São Paulo, os índices em 2003

³⁵ Dado que compõe a citada matéria da *Carta Capital* de 8 de maio de 2013, que teve como fonte, segundo a revista, a Eurostat.

registravam desemprego de 11,7%, em 2013 esse índice caiu para 5,2%. Para a Região Metropolitana do Recife (RMR) para o ano de 2003 os dados estatísticos indicavam desemprego de 11,3%, caindo em 2013 para 5,6%.

Entre as regiões brasileiras, a dinâmica da última década consolidou o Nordeste como a segunda entre as regiões do país na geração de empregos, com um saldo de 500.000 postos formais a mais em relação ao sul. Em termos relativos, o Nordeste duplicou sua quantidade de vagas no mercado formal, alcançando o melhor desempenho dentre todas as regiões do Brasil.

Quando analisado os setores da produção, os dados apontam que foram criados mais de 7 milhões de empregos no setor de serviços; 4 milhões no comércio e 3 milhões na indústria. Fato a ser destacado é o relevante aumento na capacidade de contratação da construção civil no intervalo de uma década. Quando comparados os dados de 2003 e 2013, o setor apresentou um aumento de 170% nos postos de trabalho gerados. Índice que certamente possui resultados ainda mais positivos em Pernambuco, dado que as obras que hoje ainda se instalam no complexo portuário e industrial de SUAPE tem intensivamente requisitado tal mão de obra, que segundo o próprio site do complexo já somam hoje mais de 40 mil postos de trabalho só na construção civil.

Essa realidade está a desenvolver modificações entre os que trabalham, assim como vem materializando um inédito momento de nosso capitalismo dependente. Em linhas anteriores, quando da análise de Gonçalves (2011), um dos eixos de suas problematizações se deu no apontamento de tendências à reprimarização da economia, acarretando desindustrialização. Em dados do IBGE, os segmentos da economia com maior dinamismo na criação de novas vagas na última década são justamente o extrativismo, com aumento de vagas de 100% em dez anos; a construção civil com aumento de 170% no mesmo período; e o comércio com 90%.

Dos 19 milhões de emprego criados, segundo dados presentes em Pochmann (2012, p. 19) podemos afirmar que:

... nos últimos quarenta anos, a maior expansão quantitativa de ocupações ocorreu justamente no primeiro decênio do século XXI, com saldo líquido 44% superior ao verificado no período entre 1980 e 1990 e 22% superior à década de 1970. Na sua maioria, os postos de trabalho gerados concentram-se na base da pirâmide social, uma vez que 95% das vagas abertas tinham remuneração mensal de até 1,5 salário mínimo, o que significou o saldo líquido de 2 milhões de ocupações abertas por ano, em média, para o segmento de trabalhadores de salário de base.

Enquanto apontamento parcial é possível dizer que a superação da fase de desemprego agudo não necessariamente significou aumento da participação do trabalho na composição da renda global, tendo em vista que a massa dos postos de trabalho aberta nos dez últimos anos

se localizou na chamada base da pirâmide social, com os menores rendimentos. Em que pese, entretanto, a política de valorização do salário mínimo.

Cabe ainda não secundarizar que os anos de crescimento que estamos a analisar se inserem em um cenário de crise nos centros historicamente mais dinâmicos do capitalismo, conjuntura que entre nós vem aprofundando a secular especialização na produção de mercadorias que requisitam menor composição orgânica de capital, esvaziando também os sonhos da construção de autonomia baseada em um projeto próprio de desenvolvimento que aponte para construção de uma nova geopolítica entre as nações.

2.3 Traços contemporâneos da vida brasileira: as mediações entre passado e futuro

A análise da dinâmica atual de reprodução da desigualdade social e da pobreza no Brasil nos remete a reflexão dos próprios fundamentos que instituem a maturidade da *ordem tardo burguesa*, nos termos de Florestan Fernandes (2004), no país. Enquanto expressões da “questão social” pensamos ainda que tal debate insere-se com centralidade no apontamento de suas tendências atuais na periferia capitalista. É a partir desse quadro geral que situamos a relevância do caminho até aqui por nós trilhado.

O *consenso* amplamente estruturado em torno da tese *neodesenvolvimentista* de que é chegada a hora do país figurar entre as nações ditas desenvolvidas, parece-nos ter construído hegemonia nos mais diferentes setores da sociedade, desde o topo à base da pirâmide social brasileira. Ainda podemos sinalizar que a base material de sustentação desse *consenso*, via políticas compensatórias, valorização do salário mínimo e êxito na especialização do país na exportação de *commodities*, estreitamente se articula com o atual cenário de protagonismo exercido pelos BRICAS³⁶ nas tentativas de recuperação da taxa média de lucros mundial.

Dito isso, numa perspectiva de totalidade, é possível estabelecer fios que conectam o ciclo expansivo da acumulação capitalista com as modificações no design da pirâmide social do Brasil, tese presente, por exemplo, nas contribuições do economista Márcio Pochmann (2010, 2011). Pirâmide essa que se caracterizava por um elevado número de pessoas na sua base, transitando na contemporaneidade para uma representação em que os *setores médios*

³⁶ Sigla que congrega o bloco dos países ditos emergentes que além do Brasil conta ainda com: Rússia, Índia, China e África do Sul.

têm aumentados de forma absoluta sua participação e, relativamente sua influência no conjunto da riqueza social.

Os elementos acima apontados ainda vêm produzindo como resultante a dinamização dos mercados internos dos países emergentes, mediação central para o entendimento do menor impacto da crise capitalista contemporânea cujo epicentro se localiza nos Estados Unidos e na União Européia. Fato que jogou papel importante na consolidação de tais países como protagonistas nas saídas apontadas para mais uma cíclica crise do capital³⁷.

O acesso ao consumo através da consolidação de um importante mercado interno, saída já também utilizada em outras épocas como, por exemplo, na política de substituição de importações da época do primeiro surto de industrialização do país³⁸, reverbera na consciência coletiva como materialização de uma melhor distribuição da riqueza. A capacidade de endividamento, dinamizada pelas variadas formas de acesso ao crédito, logrou a chamada *classe C* a tarefa de amortecedor da crise de superprodução em solo brasileiro.

Na trilha das mediações elencadas ganha relevo a noção de cidadania igualada ao consumo. Nesse ambiente as relações sociais burguesas tecem novas formas de hegemonizar o cotidiano das classes trabalhadoras, ganham o imaginário coletivo e resultam na (re) construção dos sonhos de mobilidade social para os que vivem do seu trabalho, tudo isso no tempo e no espaço de uma geração de jovens forjada sob as restrições orçamentárias às políticas públicas e de deterioração do salário mínimo.

Se recorrermos à história recente do país, especificamente às páginas que versam sobre o nosso processo de industrialização, parece-nos pertinente a assertiva de que a transição demográfica brasileira ocorreu de maneira acelerada e, que em um intervalo de cinco décadas transitamos de um país com maioria de sua população vivendo no campo para uma composição populacional essencialmente urbana. Esse período, segundo Arcary (2011, p.

58) permitiu uma marcante absorção de mão de obra não especializada no intuito de dar densidade ao processo de industrialização então aberto.

Articulado ao que acima afirmamos, a geração de brasileiros que vivenciou essas transformações trouxe consigo a experiência da *mobilidade social*³⁹ como parte integrante de

³⁷ Paulo Netto e Braz (2006, p. 158) instruídos pelas contribuições Marxianas, sinalizam que “as crises no Modo de Produção Capitalista, inversamente das formas de organização social precedentes, tem seu fundamento na superprodução de valores de uso, os quais não encontram formas de escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca”.

³⁸ Temática a ser discutida de forma mais aprofundada no capítulo seguinte, sobretudo a partir das contribuições de Furtado (1989).

³⁹ O que não significa transição de uma classe social a outra. As estruturas da desigualdade social na sociedade do capital continuam a ser o definidor em essência de sua forma de reproduzir-se, destarte essa mediação, o que se vivenciou na vida brasileira do período referenciado são alterações entre os que vivem do seu trabalho

suas histórias, uma possibilidade aos projetos de desenvolvimento propostos, mesmo em nossa condição de capitalismo tardio e dependente. Arcary (2011, p. 59) defende que “a memória histórica que o período 1930\1980 deixou como repertório cultural de experiências de duas gerações de brasileiros permanece viva na mentalidade da geração adulta atual”. Noutros termos, podemos afirmar que as expectativas atuais em torno das possibilidades de mobilidade social precisam ser redimensionadas ao tempo presente de um Brasil que ao internacionalizar sua economia e, que ao ser das principais rotas para acumulação na contemporânea conjuntura de crise, fortaleceu sobremaneira suas orgânicas relações com o mundo da financeirização, por isso mesmo das incertezas quanto ao seu futuro.

A atual distribuição da renda no Brasil movimenta-se de maneira mais intensa na direção do nivelamento por baixo da renda do trabalho do que num significativo aumento da participação do trabalho na renda global. Ou seja, está em curso hoje mais um declínio da média salarial da parcela dos trabalhadores com maior nível de escolaridade, em contraste com os ganhos dos setores de menor escolaridade. Nesse campo específico as políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda ganham centralidade.

O caminho de desconstrução de *consensos* até aqui por nós trilhado é importante para o estabelecimento dos referenciais para a crítica que estamos a desenvolver em nossa dissertação. As transformações debatidas, ao alterarem o modo de reprodução da “questão social” no Brasil, figura como fundamental à localização dos desafios ao Serviço Social na contemporaneidade.

Para o Serviço Social, a resultante da conjuntura de *neodesenvolvimentismo* que podemos destacar é a cultura profissional do *possibilismo*. A cordialidade do *homem* brasileiro, da qual nos fala Sérgio Buarque de Holanda (1995) em *Raízes do Brasil*, passa da cultura do não embate, da aceitação das instituições sociais à tecnificação de nossas contradições. Ou seja, se reconhece a existência da funcional *dualidade* de uma sociedade periférica desigual, mas simultaneamente edificam-se muros para que não ultrapassem os limites das possibilidades apresentadas pelas frações dirigentes. Junto a isso soma-se o esvaziamento dos fundamentos sociopolíticos da pobreza e da desigualdade social no Brasil contemporâneo.

Para o enfrentamento dos desafios do tempo presente, em específico aqueles relacionados com nosso eixo de questionamentos, qual seja: Como o atual projeto *neodesenvolvimentista* no Brasil influencia as atuais tendências de diminuição da pobreza,

relacionadas ao seu nível de renda, impulsionadas pelo incremento das atividades industriais como meio de acesso ao emprego.

bem como suas repercussões na reprodução da desigualdade social no país a partir dos governos petistas? Fizemos o debate no primeiro capítulo no sentido de situar historicamente nosso problema de pesquisa, fazendo emergir mediações para compreensão das assimetrias entre o projeto neoliberal de organização da sociedade e o atual projeto hegemônico *neodesenvolvimentista*, nesta mesma sessão nos lançamos ao desafio de problematizar as origens do projeto burguês de Estado mínimo para o trabalho.

Esse esforço comparativo localizou-se no sentido da negação de molduras para a análise da realidade. A comparação, através das necessárias mediações, colocou em cena o movimento e a dinamicidade do real como bases do método por nós priorizado para construção de nossos apontamentos. Desconstruir as convicções hegemônicas contemporâneas quanto às presentes e futuras páginas da vida brasileira começa pelo desafio de acompanhamento sistemático da *efervescente* realidade nossa dos dias atuais.

Nesse tópico de nosso trabalho traremos ao centro do debate os diálogos, encontros e desencontros das obras por nós tomadas como referências para construção de nossa narrativa do Brasil presente. Essencialmente estas versarão sobre as incipientes resultantes do atual processo de diminuição da pobreza absoluta e da maneira como se desenvolve a desigualdade social no Brasil nessa primeira década do século XXI. Traremos à cena autores que defendem a tese de uma *efervescência* na base da pirâmide social brasileira, como Pochmann (2010), que sustenta sua argumentação através de evidência gráfica, demonstrando a tendência descendente do número de pobres no país, contrariando a tendência da década de 90 do século passado, momento de auge da hegemonia neoliberal no Brasil, como debatido em capítulo anterior e nos tópicos anteriores deste capítulo.

Na perspectiva da crítica da economia política construiremos diálogo com Mota (2010) e Coutinho (2010), objetivando apresentar como o atual momento de crescimento econômico pode contribuir na construção de *consensos* que encubram as contradições da realidade e resultem na perda da capacidade de luta antagonista, reduzindo expressões da “questão social” a problemas técnicos, portanto factíveis de serem geridas sem a crítica aos seus fundamentos sociopolíticos e econômicos.

As transformações do último quartel do século passado, materializadas no que a literatura das ciências humanas e sociais convencionou chamar *reestruturação produtiva*⁴⁰,

⁴⁰ Processo de alteração das bases objetivas da produção capitalista, reestruturou a forma de produção dos chamados anos dourados do capitalismo materializado no fordismo, na produção em massa para o consumo massivo. A reestruturação captura e também reestrutura a subjetividade do trabalho, intensificou-se com esta a era do colaboracionismo de classe, ou seja, há o esvaziamento da luta antagonista, esta condensada para os que

ditaram um novo design às políticas sociais diverso do período do *Welfare State*, este vivenciado, sobremaneira, na Europa ocidental e nórdica⁴¹. As alterações no modo de reprodução do capital estruturaram um cenário para o campo do trabalho que alguns autores denominaram *ofensiva neoliberal* (Antunes, 2010). As atualizações das teses liberais clássicas⁴²; do indivíduo como centro das relações sociais, do Estado como mero regulador das relações mercantis, foram então mediadas por um nível de internacionalização da economia (fluxo informacional e também da produção) inédito na história. Posto isso, a consequência imediata foi o imperativo da construção de um projeto de hegemonia⁴³ também mundial.

Essas transformações encerram o advento da chamada *era da flexibilidade*, buscando ser um contraponto ao período fordista que se caracterizou pela produção em massa para o consumo também massivo. A era flexível privilegia nichos específicos de mercado, como também demanda uma maior rotatividade⁴⁴ e polivalência da força de trabalho como estamos a debater desde o primeiro capítulo.

O discurso da flexibilidade buscou contrastar com uma suposta rigidez do período pós segunda guerra, em que o Estado se apresentou como eixo estratégico de planejamento e desenvolvimento. Com a mudança de paradigma, este passou a ocupar o espaço de fiscalização e gestor das iniciativas do mercado. Um dos elementos de garantia do consumo massivo do período anterior, o salário indireto, materializado nas políticas sociais universalistas, para a periferia transmutada em políticas desenvolvimentistas como anteriormente discorremos, deu lugar ao jogo da *livre iniciativa no mercado*.

Trocando em miúdos, as políticas sociais tiveram alterado seu design, que de universalistas tornaram-se focalizadas visando atender uma necessidade do espaço\tempo da flexibilidade. A tendência a ser aprofundada a partir de então foi a da socialização⁴⁵ dos custos de reprodução do fator trabalho. O projeto foi de ao mesmo tempo em que se

vivem do seu trabalho nos partidos e sindicatos como pilares fundamentais. Literatura de referência na América Latina pode ser vista em Antunes (2010).

⁴¹ Portanto, quando falamos de *Welfare State* nos referimos a uma experiência localizada do ponto de vista geográfico, mas que se constituiu como referência ao design de políticas sociais nos diversos continentes, para a América Latina se transmutou em políticas desenvolvimentistas.

⁴² Referência para o entendimento das idéias liberais, algumas delas requeitadas pelas teses de autores como Hayek, fundamento do pensamento neoliberal, é a clássica obra de John Locke: “Segundo tratado sobre o governo”.

⁴³ Hegemonia, que segundo Coutinho (2010), com base no pensamento Gramsciano, é consenso, e não coerção. Existe hegemonia quando indivíduos e grupos sociais aderem consensualmente a certos valores dominantes.

⁴⁴ O sentimento da insegurança no emprego é a tendência diante de um mercado de trabalho mais competitivo e seletivo, e por assim dizer mais rotativo. A era flexível constituiu como marca a retirada de direitos, constantemente intitulados como inibidores da eficiência, por isso mesmo, burocráticos. Ver Antunes (2010).

⁴⁵ Aqui entendida como estratégia do capital de repasse ao Estado e às chamadas classes médias e proletárias dos custos de sobrevivência e reprodução do fator trabalho.

individualizavam as saídas de sobrevivência, ancorados na tese liberal clássica do indivíduo como centro das relações sociais, refuncionalizar de forma simultânea conceitos como o de solidariedade⁴⁶ no chamado à atuação da sociedade civil no combate à pobreza e à desigualdade social. A vivência dialética do par indivíduo/sociedade, nesse projeto, não mais teria como base teórica e metodológica a mediação ontológica das classes sociais.

As expressões da “questão social” como a pobreza e a desigualdade social foram deslocadas para a arena da *pequena política*, ou seja; passaram a não mais tensionar o debate acerca de projetos societários, foram aprisionadas nas fronteiras do projeto social burguês em sua fase de Estado mínimo para o trabalho nas palavras de José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006). Ainda segundo Coutinho (2010, p. 31):

A hegemonia da pequena política baseia-se precisamente no consenso passivo. Esse tipo de consenso não se expressa pela auto-organização, pela participação ativa das massas por meio de partidos e outros organismos da sociedade civil, mas simplesmente pela aceitação resignada do existente como algo “natural”. Mais precisamente, da transformação das idéias e dos valores das classes dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas.

A partir de então, com a naturalização das relações sociais burguesas, o tratamento moral das mais variadas expressões da “questão social” é aprofundado e, articulado ao empobrecimento de significativas levadas proletárias, estruturaram um cenário propício ao surgimento das teses de reencantamento do mundo. Do ponto de vista das políticas públicas existiu o deslocamento de sua formulação e gestão do âmbito do Estado para os espaços das Organizações Não Governamentais (ONGs) como expressão supostamente desprovida de contradições da sociedade civil.

O cenário acima citado ganha hegemonia no mundo ocidental a partir das décadas de 70/80 do século XX, teve como representantes máximos Margaret Thatcher no Reino Unido e o Ronald Reagan nos Estados Unidos. Suas gestões ganharam o espaço público como sinônimo de eficiência ante um Estado *burocratizado e ineficiente*. A privatização dos direitos sociais como habitação, saúde e educação, além da repressão aos movimentos dos que vivem do seu trabalho⁴⁷, ganha relevo sobretudo na gestão inglesa da “*dama de ferro*”, como Thatcher ficou conhecida.

Todo o receituário neoliberal para além do consenso materializado no discurso da *eficiência* possuiu a base objetiva da crise do petróleo de 1973 e do fechamento dos chamados

⁴⁶ Conceitos caros à organização dos trabalhadores e trabalhadoras em defesa e conquista de seus direitos, a partir sobretudo do advento do ideário moderno, com nítido corte de classe.

⁴⁷ Emblemático nesse sentido foi a greve dos mineiros ingleses em 1984, fortemente reprimida pela “dama de ferro”, fato que preparou o terreno para o avanço da política de privatizações na Inglaterra, e o conseqüente desmantelamento dos direitos sociais conquistados pós segunda guerra.

anos dourados do capitalismo, estes caracterizados por elementos de economia planejada e com o Estado jogando o papel de núcleo formulador e indutor do desenvolvimento. Posto isso, é possível afirmar que o projeto flexível de sociedade do capital consegue hegemonia capturando a subjetividade do trabalho ante um cenário de incertezas e crise. Não significando dizer que houve ausência da coerção em momentos de desobediência civil organizada, o par consenso/coerção dialeticamente articulado foi e continua a ser peça fundamental na engrenagem social do capitalismo.

Como projeto global o neoliberalismo possuiu temporalidades diversas nas diferentes regiões do mundo, o breve resgate anteriormente desenvolvido trata essencialmente do seu advento e desenvolvimento nos países centrais. Para periferia capitalista, na qual estão inseridos o Brasil e a América Latina, no caso brasileiro recentemente elevado ao quadro de país *emergente*, sendo hoje a sexta economia mundial⁴⁸, teve-se no chamado *consenso de Washington* a construção das bases para a inserção dos pilares do neoliberalismo no Brasil e no continente de conjunto. Enquanto prioridade elencou-se uma *irreversível* reestruturação na gestão do Estado vinculada às *reformas* fiscal e tributária.

Trazer a mediação da particularidade nacional é necessário para o entendimento do que Trotsky (2007) denominou de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, afirmando que o curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica considerada em seu conjunto. Assim sendo, podemos inferir que apesar de se colocar como tendência histórica da etapa flexível da acumulação capitalista, o neoliberalismo assume distintas expressões na sua implementação nas diversas realidades nacionais. Se nos países centrais o projeto neoliberal desmantelou e enfrentou as conquistas sociais dos *anos de ouro* do capitalismo, na periferia capitalista que nunca conseguiu concluir a própria revolução burguesa do ponto de vista da efetivação dos direitos, da modernização econômica, como nos aponta Fernandes (2004), a consequência foi o esvaziamento dos projetos industrializantes e substitutivos de importações materializados no *desenvolvimentismo*.

Para o subcontinente latino americano a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), foi o centro de formulação da política de substituição de importação e da dinamização dos parques industriais nacionais como podemos analisar nos escritos de Celso Furtado (1989) na *Fantasia Desfeita*.

⁴⁸ Informação amplamente divulgada na mídia brasileira, com essa colocação o Brasil deixa para trás o Reino Unido. Fonte: G1.com, acesso em 28 de dezembro de 2012.

No Brasil, o *desenvolvimentismo* influenciou o modelo de desenvolvimento adotado a partir da segunda metade do século XX. Apesar do discurso do desenvolvimento nacional e inserção soberana na ordem mundial, foi a partir de então que tivemos um acelerado nível de internacionalização da economia nacional com o Estado cumprindo papel fundamental para a efetivação desses objetivos através de isenção fiscal, disponibilização de mão de obra abundante e barata assim como estruturação da indústria nacional de base (siderurgia\metalurgia, etc.) além de garantia da infra-estrutura demandada.

Uma relação que também podemos trazer ao debate é a concomitante crise do modelo fordista nos países cêntricos e a expansão do capital para novos nichos de acumulação ampliada na periferia. Ou seja, além dos esforços nacionais em relação à *industrialização tardia*, os investimentos através do deslocamento territorial da produção para países ditos periféricos resultaram em lucros acima da taxa média dos conseguidos nos países centrais, construindo essas nações como rota estratégica de enfrentamento à tendência de rebaixamento dos mesmos.

O *desenvolvimentismo* para a periferia capitalista é mediado, como dito nas linhas anteriores, pelos *anos dourados* do capitalismo nos países cêntricos, assim como sua decadência encerra o advento de novas relações centro/periferia que tem na desterritorialização, ou seja, na desnacionalização do processo produtivo elemento fundamental para a compreensão do espaço/tempo neoliberal.

O terreno concreto de emergência do projeto neoliberal no Brasil encontrou algumas mediações importantes para a localização histórica e política do nosso problema de pesquisa, quais sejam; enquanto a década de 80 do século passado foi o período de consolidação do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado, no Brasil o mesmo período é notadamente o de maior efervescência política da história recente do país, resultando na edificação de mediações jurídicas e políticas a serem enfrentadas pelos ideólogos burgueses. Politicamente é destacado o nível de organização dos setores progressistas da sociedade brasileira expresso, por exemplo, na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Partido dos Trabalhadores (PT); enquanto mediação jurídica podemos dar relevo a carta constitucional de 1988 que no campo das políticas sociais inaugurou entre nós a concepção de seguridade social e elevou a assistência social ao *status* de direito.

A desertificação neoliberal no Brasil, nos termos de Antunes (2005), seguiu o curso da década de 90 sob a roupagem de projeto de modernização da nação. A garantia da estabilidade econômica com o plano real deu sustentação à hegemonia dos projetos das classes dirigentes nacionais em orgânica sintonia com o projeto burguês mundial. A política

de privatizações logo foi apontada como uma das prioridades, legitimada perante a opinião pública sob o discurso da eficiência. Se projetarmos uma análise para além da aparência, podemos sinalizar que as privatizações possuíram relação direta com a necessidade de novos nichos de acumulação de capital, avançando em áreas antes geridas pelo Estado como as telecomunicações, energia elétrica, etc.

Essas bases estruturaram o cenário diante do qual o projeto *neodesenvolvimentista* em curso se quer antagônico. As linhas a seguir caminharão no sentido de estabelecer mediações entre os projetos *neoliberal e desenvolvimentista* descortinando as assimetrias entre ambos, a despeito de estarmos orientados pela tese de que se localizam dentro do mesmo projeto societário, mediados pela inédita direção de uma fração de classe com raízes nas lutas dos trabalhadores e por etapas diferentes do processo de acumulação de capital.

As assimetrias acima apontadas estruturaram dinâmicas diferenciadas para a reprodução das expressões da “questão social”, dentre as quais as que constituem nosso objeto de estudo, quais sejam; a pobreza e a desigualdade social. A conhecida dívida social brasileira, expressa na localização do país entre os dez mais desiguais do mundo⁴⁹, como também na alta taxa de brasileiros em situação de pobreza absoluta⁵⁰, apresentou durante a década de noventa do século passado uma dinâmica de reprodução ampliada, graficamente podemos inferir o desenvolvimento de uma curva ascendente da pobreza e da desigualdade social. Dito isto, a contradição se expressa no contraste entre a contenção inflacionária de um lado e a agudização de expressões da “questão social” por outro. Pochmann (2010, p. 118) assinala que:

O ajuste fiscal permanente representou, por outro lado, o contínuo desajuste social, uma vez que nas regiões metropolitanas do país a taxa de pobreza encontrava-se acima de dois quintos da população, enquanto que mais de um terço dos brasileiros estavam submetidos a condição de baixa renda.

O projeto do Estado mínimo para o trabalho na América Latina além do *consenso* sob a égide do discurso da eficiência estruturou um duro aparato de repressão às mobilizações dos

49 Segundo relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre todas as nações da América Latina e Caribe, o Brasil figura como a terceira mais desigual, ficando à frente apenas do Haiti e da Bolívia, par que possui os piores indicadores sociais do continente. Vale salientar que o referido relatório é do ano de 2010, ou seja, os níveis de desigualdade permanecem altos mesmo em um contexto de incontestável crescimento econômico. Relatório disponível em: www.pnud.org.br acessado em 13 de março de 2012.

50 Apesar das polêmicas no que concerne ao estabelecimento de parâmetros de pobreza, tendemos a concordar com Sônia Rocha, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, “que no Brasil o conceito operacionalmente relevante é o de pobreza absoluta, já que um contingente grande de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas, mesmo quando definidas de forma estrita. Trata-se, portanto, de definir parâmetros de valor correspondente a uma cesta de consumo mínima seja ela alimentar (associada a linha de indigência), seja considerando o custo de atendimento de todas as necessidades de alimentação, habitação, vestuário etc. (associada a linha de pobreza)” (ROCHA, 2003, p. 43)

setores majoritários da sociedade. No Brasil emblemática se fez a greve dos petroleiros em 1995, reafirmando a existência do par dialético consenso/coerção para o aprofundamento do projeto de nação desnacionalizado.

A combinação do cerceamento do direito à reivindicação dos setores mais organizados dos assalariados brasileiros com o aumento dos níveis de desigualdade social e pauperização, regeu o sentimento de descontentamento com o *consenso* proposto e efetivamente articulado pelas classes dirigentes brasileiras durante fins da década de oitenta e no decorrer da década subsequente. No campo da luta das idéias, o *consenso* estruturado em torno do discurso da eficiência teve sua base objetiva questionada sobretudo com as turbulências econômicas mundiais em fins dos anos noventa do século passado, tendo como resultante uma pauperização relativa de setores médios e a agudização da pobreza absoluta para a massa pobre da periferia dos grandes centros urbanos e do mundo rural brasileiro.

Esse enredo propiciou a subida em toda a América Latina de governos de centro esquerda, cujo *consenso* proposto residiu no questionamento do discurso neoliberal da eficiência via privatizações. No campo acadêmico se denominaram de *neodesenvolvimentistas* os projetos pautados no resgate da *autonomia nacional* frente aos organismos de fomento internacionais, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial (BM).

Esse movimento foi acompanhado mundialmente de uma redefinição da divisão sócio-técnica do trabalho entre as nações que projetou para os países classificados como *emergentes* a especialização em determinados nichos de acumulação. Ao Brasil, dentro dessa nova “ordem” econômica mundial coube o fornecimento de alimentos e minérios. Além do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul que formam o chamado bloco dos BRICAS, passaram a figurar com destacado papel na manutenção de taxas médias de acumulação mundial. Regionalmente esse processo localizou o Brasil na América Latina na posição de submetrópole regional, exemplar nesse sentido são as relações de exploração das riquezas naturais levada a cabo pelo Brasil com os vizinhos Bolívia e Paraguai.

O esvaziamento social do discurso neoliberal no campo eleitoral se expressou na eleição em 2002 de Luís Inácio Lula da Silva, para o desenvolvimento de nossos argumentos tal período é medular, na medida em que demarca a construção do *consenso neodesenvolvimentista* como referência de projeto societário. O desafio do projeto burguês contemporâneo é a alquimia de aliar a suposta *eficiência* neoliberal às referências de planejamento de inspiração fordista-keynesiana.

Destarte os dois projetos representarem, na nossa leitura, momentos diferenciados do circuito da acumulação burguesa, os mesmos requisitam mediações diversas para sua implementação. O projeto *neodesenvolvimentista* é por assim dizer mais sofisticado na captura do que Antunes (2010) classifica como subjetividade do trabalho, a leitura matemática dos dados sociais e econômicos da última década no Brasil fortalece a afirmação de que houveram conquistas para os que vivem do seu trabalho.

A diminuição da pobreza absoluta, a nova dinâmica que se inaugura da desigualdade social e a relativa maior participação do trabalho na renda nacional⁵¹ é uma realidade que precisa de problematização. Apesar de numa primeira análise podermos concluir vivenciarmos um momento progressivo em relação ao projeto de nação neoliberal, uma análise cuidadosa dos dados pode nos apontar tendências importantes para a estruturação de múltiplas mediações ainda não postas em debate. Para tal centraremos nossa análise, como indicado páginas atrás, em autores como Pochmann (2010), Arcary (2011), Mota (2010), Coutinho (2010), Oliveira (2010).

Como anteriormente referido, é um dado da realidade as alterações *positivas* postas em movimento no Brasil desse início de século XXI, como também o é que o balanço dos dados sociais do país nos aponta indicadores melhores em variadas áreas, sobretudo no combate a pobreza extrema, esse capitaneado pelas estratégias de universalização entre os mais pobres dos programas de transferências de renda e da atual tendência de real valorização do salário mínimo.

Aqui cabe um apontamento metodológico dos mais importantes, que é a definição do raio de tempo que utilizaremos para a construção de nossas conclusões. A maioria das representações gráficas apresentadas para a definição do atual período como sendo um ponto de inflexão na condição social da população brasileira, toma como referência para a análise comparativa a década de noventa do século passado, como visto antes, período do que Antunes (2005) classifica como desertificação neoliberal. Arcary (2011) atenta para essa questão metodológica e aponta para a necessidade de um exercício comparativo de maior fôlego, fazendo a comparação das últimas três/quatro décadas.

A construção do caminho de forma diferente conduzirá a conclusões também diversas, se não vejamos; em seu livro *“Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil”*, Márcio Pochmann caracteriza os fenômenos atuais em relação à diminuição da pobreza absoluta no

⁵¹ Para maiores detalhes e visualização de gráficos e tabelas sobre a redução da pobreza no Brasil a partir da chamada era Lula ver: *“Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil”*, livro de Márcio Pochmann lançado em 2010 pela editora Cortez, especialmente o capítulo 4, intitulado: *“Emergência do social-desenvolvimentismo”*.

Brasil como uma *efervescência* na base da pirâmide social brasileira. Sustenta o argumento a partir da apresentação de dados que dão conta que de 1997 a 2008 houve a diminuição de 8 pontos percentuais na participação dos mais pobres na pirâmide social do país, de 34% em 1997 passa a 24% em 2008, com tendência a queda mais acentuada a partir de 2005.

A seguir apresentaremos a estratificação utilizada pelo autor, importante no desvendamento de algumas mediações. A base da pirâmide social, o primeiro terço, seria composto pelos indivíduos com renda igual ou inferior a R\$ 188,00 reais, enquanto que o segundo terço seria formado por rendas entre R\$ 188,00 a 465,00 e, o terço superior seria formado por renda a partir de R\$ 465, 00.

A partir da alteração dos rumos do desenvolvimento nacional nos anos 2000, sobretudo a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, uma tríade de fatores pode ser elencada como determinante dessa alteração do design da pirâmide social brasileira, apesar da controversa dos valores utilizados como referência entre um terço e outro, Arcary (2011) afirma que a política de valorização do salário mínimo, casada ao adensamento das políticas de transferência de renda numa conjuntura de crescimento econômico, formam a base de sustentação da *efervescência* social, como conceitua Pochmann (2010), entre os mais pobres.

Para Mota (2010), apesar do relativo aumento da média de renda entre os mais pobres, a contradição reside nas resultantes sociopolíticas desse processo. A redução da pobreza absoluta, que não necessariamente significa redução da desigualdade social, para autora não se limita ao reino dos números, pelo contrário, o *consenso* estruturado pelo governo petista esvazia os determinantes sociais e políticos da pobreza enquanto expressão da “questão social”, tornando-a problema técnico. Logo podemos concluir que o debate sobre a pobreza e a desigualdade social desloca-se da arena de conflitos entre as classes para habitar o reino dos gabinetes e das soluções tecnicamente possíveis. Uma vez mais podemos inferir a já citada *hegemonia da pequena política* da qual nos fala Coutinho (2010).

Arcary (2011) afirma que a acelerada transição de uma sociedade agrária para uma sociedade marcadamente industrial e urbana, grosso modo em um intervalo de 50 anos, dos anos 30 aos anos 80 do século passado, resulta em uma acentuada possibilidade de ascensão social, principalmente via obtenção de diplomas de cursos superiores. No imaginário social a equação formulada era a seguinte: mais anos de escolaridade – acentuada melhora no nível de renda.

O que hoje se verifica é um achatamento dos níveis de renda dos setores com maior escolaridade, o que o autor classifica como *proletarização* da chamada classe média, ou seja, estaria em curso o aprofundamento do nivelamento por baixo da renda do trabalho,

desaguando na edificação de uma sociedade com menos mobilidade social. Para fundamentar suas formulações Arcary (2011, p. 49) situa que:

Estudo do IPEA de novembro de 2008 confirma que diminuiu a *desigualdade pessoal da renda*, um indicador que considera somente as disparidades que ocorrem no interior do conjunto do rendimento do trabalho, mas piorou a *distribuição funcional da renda*, um indicador que afere a participação do trabalho na renda nacional, considera a apropriação realizada pela renda do capital, ou seja, da propriedade que deriva de ativos como terrenos e unidades de produção econômica, ou aplicações financeiras e, também, a parcela absorvida pelo Estado na forma de impostos. A parcela do trabalho na renda nacional era, em 1990, somente de 45,4%. Não obstante, ainda piorou e caiu abaixo de 40% entre 2003 e 2004, para atingir 41,7% em 2008.

Os dados acima nos remontam ao que linhas atrás consideramos *questão metodológica*, Arcary (2011) ao fazer o movimento de comparação da renda do trabalho, considera um intervalo de maior fôlego e conclui, como podemos visualizar na citação acima, que a renda do trabalho, a participação dos que vivem do seu trabalho na renda do país, diminuiu. O que Pochmann apontará em seu livro “*Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*” como recuperação da renda do trabalho nos últimos anos, podemos classificar como uma sutil reversão da tendência de empobrecimento desenvolvida durante a década de 90 do século passado, década na qual o conjunto do rendimento do trabalho esteve abaixo dos 40% da renda nacional.

3 “O ELDORADO NORDESTINO”: DESIGUALDADE SOCIAL E POBREZA EM TEMPOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

3.1 Desigualdades do desenvolvimento brasileiro: as particularidades nordestinas

Os sonhos de desenvolvimento no território brasileiro historicamente foram baseados em concepções exógenas materializadas em importações de modelos de desenvolvimento do dito primeiro mundo. A tradução dessa tendência é a reprodução também nos chamados projetos de desenvolvimento nacional da ausência de elementos de soberania. Essa plurissecular trajetória encontra na contemporaneidade mais um de seus importantes capítulos expressa pela conjuntura de crescimento econômico da última década, apontando-se possíveis *inflexões* das mais variadas formas no sentido da superação dos caminhos da dependência.

A ausência de projetos de nação autônomos expressa de forma indireta, do ponto de vista da atuação das classes sociais o que Fernandes (2004, p. 425-450) sinaliza como uma das mais notáveis características das frações dirigentes brasileiras que é sua larga atração pelos valores oligárquicos, assim como o provincianismo que as particularizam em seus ensaios de hegemonizar projetos de desenvolvimento para além das cercas de seus feudos particulares. Segundo Holanda (1995, p. 179), referindo-se às nações latino-americanas destaca que:

Emancipando-se da tutela das metrópoles européias, cuidaram elas em adotar, como base de suas cartas políticas, os princípios que se achavam na ordem do dia. As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato do que de substância.

Do que acima analisa o autor depreende-se a tendência das transições pelo alto e o estreitamento dos espaços de possíveis alterações na paisagem política e social. A citação anterior também dá relevo ao traço conservador presente nos setores dirigentes no continente desde tempos de vigência do estatuto colonial, que como apontamos em Fernandes (2004, p. 425-450), se constituirá como um dos fios que conectam as diversificadas formas de organizar a produção e a reprodução social no Brasil.

Do ponto de vista dos ritmos do desenvolvimento, o recurso à análise da dialética existência de diferentes idades produtivas em nosso território nos revela o que Fernandes (2004, p. 246) caracteriza como “hiatos e descontinuidades nascidos da heterogeneidade dos modos de produção articulados no mesmo sistema econômico”. O autor ainda afirma que mesmo em fins do século XIX com a decorrente alteração nos padrões de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, a heterogeneidade referida anteriormente continua a ser

elemento dos mais destacados na particularização do modelo de desenvolvimento brasileiro. A tradução política desse momento é o que se convencionou chamar *coronelismo*.

As oligarquias regionais historicamente cumpriram o papel de obstáculos *naturais* à nacionalização de projetos de desenvolvimento. A política dos coronéis que durante séculos imprimiu a marca do debate político nacional tensionou a estruturação do pacto federativo nacional como uma verdadeira colcha de retalhos de interesses particulares. O território brasileiro no transcorrer de sua história de ocupação unifica administrativamente dinâmicas sociais e de (re) produção distintas economicamente, bem como arranjos societários que se singularizam uns em relação aos outros.

Os contatos com as inovações em voga no chamado mundo desenvolvido basicamente se limitavam à importação intelectual, estética e do modo de vida das principais capitais européias. Os próprios projetos urbanísticos das cidades brasileiras em meados do século XX projetavam a construção de cópias tropicais de Paris, vide, por exemplo, as criminosas intervenções nos cortiços cariocas na intenção de alargamento de ruas e avenidas⁵². Para Fernandes (2004, p. 436) importante se faz não esquecer que:

[...] os fundamentos axiológicos legais e formais da ordem social competitiva eram extraídos de uma ordem social capitalista idealizada (existente, na realidade, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos da época). Repetindo a aristocracia imperial, a burguesia republicana furta as roupagens do arsenal ideológico e utópico das nações hegemônicas e centrais.

Essas metáforas provincianas escondem como pano de fundo a reprodução da dependência econômica, expressa na dependência cultural. Cabe não secundarizar que a nível mundial é a abertura da era imperialista que passará a fundamentar as relações entre as nações como está presente em Lenin (2012), repercutindo na conexão mundial dos laços de dependência e/ou dominação.

Mesmo no que diz respeito às mais deletérias características das sociedades latinas, como a constituição de uma extensa parcela da população com modo de vida usurário, com aversão à atividade laboral, as frações burguesas nacionais adotaram como formas privilegiadas de expressar sua dominação. A autoridade, nesses termos, estaria baseada para além da posse dos meios de produção, também se expressando no afastamento das atividades manuais, e até mesmo no direito ao ócio, como bem retratam Holanda (1995) em *Raízes do Brasil*, assim como Gramsci no clássico *Americanismo e Fordismo* (1996).

Os traços conservadores que compõem o círculo de formação da mentalidade das frações dirigentes locais atrofiam qualquer impulso em projetar para o país traços de

⁵² Capítulo da vida nacional retratado no romance *O cortiço* de Aluísio de Azevedo.

soberania, e até mesmo de enxergar como suas as tarefas clássicas depositadas sobre os ombros da burguesia européia. Tarefas que vão desde a constituição de projeto próprio de sociedade às bandeiras democráticas e de cidadania ligadas aos direitos civis e políticos, passando pela garantia de largos níveis de acesso aos direitos sociais⁵³.

Em que pese a própria ocupação do território brasileiro refletir o período inicial da fase de transição entre o modo feudal de organizar a produção e a emergência do modo de produção fundado na mercadoria, e por isso mesmo as frações de classe que aqui aportaram estarem sintonizadas com os movimentos expansionistas do mercantilismo burguês e daí não ser possível processos revolucionários de alteração da classe social dirigente ao modo europeu, o servilismo e a larga socialização de traços oligárquicos, não abrem espaço no horizonte da burguesia tropical para estarem inseridas pautas civilizatórias expressas em garantia de um estatuto mínimo de cidadania, nem as mais formais tentativas de socialização de espaços de decisão política. Nas fronteiras nordestinas, Furtado (1989, p. 32) desenvolve que:

A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste.

Autoritarismo que nos remete às longínquas formas de organização social decorrentes da chamada sociedade do açúcar, notadamente no nordeste brasileiro. Importante análise podemos ter acesso em Andrade (1973, p. 85), o qual infere que os arranjos societários coloniais redundam na “estruturação, nesse período, de uma sociedade aristocrática dividida em classes”. Continua, adentrando nas hierarquias sociais construídas defendendo que:

No ápice aparecia a figura do senhor-de-engenho com um prestígio e poder que eram tanto maiores quanto maiores fossem a extensão de suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse. Para salientar sua posição, construía a casa-grande assobradada ou com calçada alta sobre uma colina ou uma encosta, de onde falava a lavradores, empregados ou escravos. Saía sempre a cavalo, de onde continuava a falar do alto àqueles a quem dava ordens (ANDRADE, 1973, p. 85).

Em síntese, é possível o apontamento de que a burguesia brasileira trabalha mais no sentido da construção de ilhas dinâmicas de desenvolvimento que da integração nacional sob o ponto de vista de construir relações menos desiguais entre as diversas regiões do país. Ao

⁵³ Em perspectiva histórica, Fernandes (2004, p. 254) analisa que: “Há mais de um século e meio depois da independência e há mais de três quartos de século da universalização do trabalho livre e da proclamação da República, a mudança social ainda não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada, a qual pode ser estimada, para efeitos de classificação social efetiva ‘no sistema’, no máximo em 40%, mas que não passa, na realidade, de 10%, em termos de concentração de renda ou de poder e de renda média compatível com o ‘padrão de vida decente’ das elites”.

construir como rota obrigatória dos ciclos de desenvolvimento a exportação massiva da mais valia aqui extraída, o capitalismo dependente entre nós desenvolvido intensifica sua própria tendência à privatização dos resultados do trabalho socialmente produzido.

A tendência acima referida estreita o já pequeno círculo dos que conseguem desfrutar dos extensos/intensos níveis de exploração do trabalho empreendidos em nossas fronteiras. Não poucas vezes, tal desfrute se resumiu ao acesso a determinados níveis de consumo de artigos de luxo, ou seja, limitado a intercâmbios que não construíram como síntese projetos de desenvolvimento nacional que tivessem como objetivo o combate às agudas expressões da “questão social” aqui reproduzidas de forma ampliada, desde os incipientes passos da burguesia mercantil.

As desigualdades que se condensam nas relações classistas repercutem também nas assimetrias estabelecidas entre as diferentes regiões de nosso país. Os centros nos quais se estruturaram os ciclos da economia nacional historicamente construíram como resultante o aprofundamento relativo das distâncias entre estes e os demais centros do ponto de vista das possibilidades de contato e de barganha política por parte das frações dirigentes locais com a metrópole.

Em uma rápida passagem pela historiografia econômica brasileira podemos inferir que os modelos de desenvolvimento voltados a abastecer o mercado internacional de matérias-primas, expresso nos ciclos do açúcar, da mineração, da cafeicultura, poucas possibilidades abriram no sentido da particularização do desenvolvimento em nível de nação. Constatação que se relaciona com a já mencionada provinciana mentalidade das frações que aqui dirigiram, e em parte ainda dirigem, a vida nacional, mas essencialmente mediada por etapas da divisão internacional do trabalho entre as nações nas quais a reprodução do binômio exportação de produtos primários/importação de mercadorias de maior valor agregado, era parte fundamental do círculo mundial da acumulação particularizada no Brasil e nos países de capitalismo tardio.

A resultante, na perspectiva da divisão internacional do trabalho entre as nações, construída a partir da superação do período bélico expresso nos embates mundiais da primeira metade do século XX tensiona alterações no histórico binômio acima citado, repercutindo de forma direta nos fluxos comerciais secularmente estabelecidos. O reordenamento mundial pós segunda guerra, segundo Furtado (1989, p. 26), significou para a economia a emergência de uma nova tendência, que foi exatamente a de constituição de um mercado global baseado em intercâmbios transcontinentais. Isso contrastou com o processo anterior que privilegiou um planejamento econômico baseado no fortalecimento do mercado interno em termos mundiais.

A tardia industrialização brasileira, na visão do autor, foi constituída por dois elementos singulares; um primeiro se concentrou na reprodução tardia do ciclo de industrialização orientado para a formação de um mercado interno, dessa forma indo na tendência oposta aos países cêtricos; e, em segundo, sua estruturação para a substituição de importações. A partir desse cenário, o imperativo de constituição de um mercado interno para a produção nacional desenhou um Brasil que passou a reproduzir de forma ainda mais intensa internamente as desigualdades nos fluxos comerciais observadas na relação do país com as nações de capitalismo avançado.

As regiões brasileiras passaram a reproduzir internamente a equação que apontamos anteriormente existir entre o Brasil e os países centrais, expressa na exportação de produtos de baixo valor agregado e importação de produtos industrializados. À região Nordeste nesse projeto coube localizar-se de modo a garantir reserva de mercado à produção industrial do centro-sul do país. Foram os resultados desse modelo de desenvolvimento que estruturam as bases para o que veio a ser concebida como “questão regional”. Bacelar (2000, p. 73) desenvolve sua análise apontando que:

Nesse momento, as diversas ilhas do Brasil começam a se articular entre si, a estabelecer relações cada vez mais intensas entre elas mesmas, e é quando começa a surgir a chamada “questão regional” brasileira. No momento em que essas articulações se montam é que a sociedade brasileira vai perceber que estava diante desse processo de construção nacional, mas que há diferenciações regionais muito importantes, e evidencia-se que determinadas regiões têm uma dinâmica diferente de outras.

Se de maneira geral podemos afirmar, como em linhas anteriores apontamos, que o ciclo da industrialização brasileira se deu nos marcos da dependência econômica e se localizou como historicamente tardia, o Nordeste brasileiro teve aprofundadas tais características. Internamente se constituiu uma nova rota de transferência do excedente obtido em solo nordestino, rota que teve por fundamento as desiguais relações produtivas e comerciais estabelecidas notadamente com o sudeste. Furtado (1989, p. 54) quando da análise das relações comerciais estabelecidas entre o nordeste e o centro-sul do país no período de tempo da chamada industrialização nacional, aponta que:

Metade das divisas obtidas na região de suas exportações para o exterior era despendida com compras no Centro-Sul. Ora, no período considerado, os preços nesta última região haviam triplicado relativamente aos preços das importações do exterior. Ao ser forçado pela política protecionista a abastecer-se no Centro-Sul, o Nordeste perdia parte significativa de sua renda. Essa perda de recursos, que alcançava 1,3% do produto regional explicava em parte a taxa relativamente baixa de investimento.

Essa política de desenvolvimento, no que tange ao processo produtivo, aprofundou a especialização nordestina na produção de produtos de menor nível tecnológico relacionados aos setores primários da economia. A realidade da região destoava dos acontecimentos então

em andamento no centro-sul brasileiro, diferindo, por exemplo, nas transferências de capital do setor primário para os investimentos industriais. Segundo Furtado (1989, p. 32), essas transferências além de intersetoriais também se processaram entre as regiões do país, acarretando a permanência de certas regiões especializadas na exportação de produtos primários. O autor ainda complementa que isso ocorria: “ao mesmo tempo em que novas atividades industriais concentravam-se em áreas circunscritas. Assim, as disparidades regionais que já existiam no Brasil tenderam a acentuar-se com o início do ciclo da industrialização protegida”.

No aspecto temporal, essas novas relações estabelecidas foram contemporâneas das teses desenvolvimentistas na América Latina. Isso posto, significa dizer que coincide com o período de tempo em que a atuação do Estado foi concebida como estratégica ao processo de desenvolvimento, o indutor por excelência das possíveis alterações nos padrões de acumulação secularmente estabelecidos entre nós. No plano regional, no sentido de construir respostas à ausência de dinamismo econômico, bem como alterar os extensos índices de miséria presentes no Nordeste, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Sob a direção do pernambucano Celso Furtado, a SUDENE entra na historiografia econômica nordestina como expressão das teses desenvolvimentistas, tendo como horizonte estratégico uma maior aproximação dos ritmos de desenvolvimento da região com os pólos dinâmicos do centro-sul do país. Para tanto, além da alteração da base produtiva regional, a entidade elencou como um de seus objetivos a inserção de uma *mentalidade competitiva* entre os setores dirigentes locais.

Essa última diretriz vai em resposta ao está presente em Fernandes (2004) quando da sua argumentação sobre a provinciana mentalidade dos setores dirigentes brasileiros. Para Furtado (1989) a alteração do cenário econômico nordestino, passando de uma economia essencialmente fundada na grande produção da cana na região da mata, articulada à pecuária e à agricultura no agreste e sertão, para uma pauta de industrialização na qual o mercado interno cumpriria papel importante como eixo de escoamento da produção, teria que de forma dialética desenvolver alterações na forma de empreender, sobre as quais as elites da região desenvolveram sua dominação no transcorrer dos séculos.

Formas de dominação traduzidas em desigualdades sociais latentes e não raras vezes sustentadas em arranjos societários nos quais a coerção se constituiu como destacado instrumento de construção de *consensos*. Andrade (1973) ao desenvolver os fundamentais apontamentos no seu “*A terra e o homem no nordeste*” sustenta que as rígidas desigualdades

na apropriação do excedente assim como nas relações sociais, evidenciam expressões da herança senhorial nas relações entre as classes em terras nordestinas.

A processualidade que aí se inscreve repercutiu na construção de um cenário no qual se desenvolveu o que se convencionou denominar *questão regional*. O presente debate se constituiu como norte que percorrerá a quase totalidade dos projetos de desenvolvimento para o nordeste até meados dos anos 80 do século passado.

O último quarto do século passado, nos apontamentos de Bacelar (2000), apresentou a superação das dicotomias estabelecidas entre as grandes regiões brasileiras. A defesa de tal tese acarreta o apontamento de novas disjuntivas para as quais podemos de modo geral resumir no que a autora defenderá ser *questão nacional*. De modo esquemático, o trânsito do regional ao nacional teria sua fundamentação no fato de que as desigualdades dos ritmos de desenvolvimento passarão a habitar os mesmos territórios, desse modo não mais seriam as assimetrias entre as regiões que definiriam os desiguais fluxos de capitais internamente, mas essencialmente as relações entre as ilhas dinâmicas e os vastos territórios de baixo dinamismo econômico e social.

Esse novo espaçamento geográfico dos territórios de desenvolvimento nacional teve relação direta com a abertura da etapa flexível da acumulação que a partir da hegemonia do capital rentista direcionou atualizações dos desafios relacionados ao desenvolvimento no continente latino-americano, repercutindo em alterações no papel estratégico jogado pelo Estado nesta nova engenharia econômica e social. Ao Estado, o relevo dado às tarefas de fiscalização e de garantia de infra-estrutura para o aprofundamento dos investimentos de capital, viria a atrofiar as possibilidades de investimentos produtivos massivos, tarefa econômica que o caracterizou nas décadas nas quais vigorou entre nós o paradigma desenvolvimentista.

De forma ampliada, a emergência da etapa flexível da acumulação de capital para o mundo em desenvolvimento, notadamente a partir da década de 90 passada, desenhou novas rotas internas e externas da acumulação. Dentre essas novas rotas internas, o Nordeste brasileiro passou então a representar possibilidades lucrativas de inserção em solo nacional principalmente do capital externo. Tal cenário, na ótica de Bacelar (2000, p. 77), indica que existe a conclusão do momento da “integração comercial” do país, estabelecendo a partir de então o trânsito para a “integração produtiva” inter-regional.

Do que acima expusemos resultou a superação da via de mão única em direção ao centro-sul do país quanto à atração dos investimentos de capital, inaugurando entre as grandes regiões brasileiras novas relações a partir da tendência de deslocamento das assimetrias

econômicas para as fronteiras dos estados e municípios. Essas alterações asfaltaram novas rotas para a concentrada política de industrialização brasileira.

O encontro no plano macroeconômico do Estado rentista com a ausência de política de desenvolvimento regional a partir da fundamentação de concepções liberais como, por exemplo, a disponibilização de vantagens competitivas para os investidores por parte dos estados, vem edificando entre os entes federados a *guerra fiscal* em que à frente nos deteremos mais detalhadamente quando particularizarmos nossa análise no território específico do aglomerado industrial e portuário de SUAPE.

3.2 Novos/velhos desafios: democracia e desenvolvimento em perspectiva

A inserção da ordem social competitiva em solo brasileiro tem como um de seus traços distintivos a ausência de espaços de socialização da política. Em linhas anteriores referenciamos a análise de Fernandes (2004) quando da indicação de que entre nós o desenvolvimento capitalista tem como de um de seus mais destacados elementos a autocracia na relação entre as classes. Esse caminho, no entanto, traduziu e continua a traduzir conjunturas específicas, momentos distintos dos embates históricos protagonizados pelas classes sociais fundamentais.

De maneira mais direta, significa dizer que as formas de manutenção de hegemonia pelas classes sociais dirigentes, também são históricas e, portanto, diretamente impactadas pelo termômetro das lutas antagonistas. Em referência à forma de desenvolvimento da sociedade burguesa tardia e seu estreito espaço para as lutas sociais, Fernandes (2004, p. 436-437) desenvolve que:

Tal espaço político nascia congelado e morto. Ele não podia ser saturado através de qualquer grupo que fizesse “oposição dentro da ordem”, em nome dos interesses sagrados da burguesia; e tampouco poderia ser solicitado por grupos revolucionários “as rebeliões operárias, nas décadas de 1910 e 1920, foram silenciadas pelo poder de dissuasão e pela repressão policial”.

Nesse primeiro momento de maior aguçamento das lutas entre as classes no Brasil, compreendido entre as três primeiras décadas do século passado, o recurso à violência se constituiu como o instrumento mais requisitado para a não interferência e/ou interrupção dos caminhos da acumulação de capital. No entanto, durante a experiência acumulada no decorrer do século XX, a burguesia brasileira lançou mão de outras estratégias para a construção dos *consensos transclassistas* requisitados pelas distintas conjunturas. Poderíamos mesmo dividir

tais estratégias em dois eixos específicos; um primeiro que se expressou a partir da estrutura varguista de organização sindical⁵⁴ no início do segundo quarto do século passado, complementado pela ampliação do acesso aos direitos sociais, mesmo em conjunturas de restrição dos direitos civis e políticos (Estado Novo 1937/1945 – Ditadura Civil/Militar 1964/1985), ampliação essa que se constituiu como o segundo dos eixos anteriormente referidos.

Sobre as contradições presentes como traços distintivos dos direitos sociais no Brasil sinalizam na seguinte direção:

Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura, que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como “pai dos pobres” nos anos de 1930 (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 79).

Do que até aqui debatemos, possível se faz localizar que o cerceamento da participação, assim como de espaços para hegemônias alternativas são componentes permanentes dos caminhos burgueses na construção de seus necessários *consensos* sobre o solo brasileiro. A autocracia burguesa e seus ciclos de modernização conservadora se expressam também nos elevados índices de desigualdade social que a forma de acumular no capitalismo tardio produziu historicamente entre nós.

No território específico do Nordeste, como anteriormente referenciamos a partir das análises de Furtado (1989) e Andrade (1973), a histórica especialização produtiva na produção de matérias-primas para o abastecimento do mercado externo, dependente centralmente do plantio extensivo da cana de açúcar e outras culturas localizadas nas fronteiras norte e sul da região, constituíram arranjos societários amplamente desiguais no acesso ao excedente aqui produzido, ao mesmo tempo em que reproduziram relativa estabilidade na condição social das maiorias que sobreviviam da venda de sua própria capacidade laboral.

Se podemos localizar no tempo e no espaço dos impulsos iniciais do capitalismo no Brasil a universalização do estatuto assalariado, a forte atração pelos valores oligárquicos das

⁵⁴ Que instituiu o sindicalismo oficial, atrelado ao Estado, portanto sem independência política e financeira em relação ao aparato estatal, assim como esvaziado de sentido antagonista nos seus embates cotidianos e históricos. Dentre outras medidas, a lei varguista sobre os sindicatos instituiu o imposto sindical; a necessidade de reconhecimento legal para o funcionamento dos sindicatos, não respeitando o direito dos trabalhadores de terem autonomia sobre os rumos de suas organizações; instituiu ainda a unicidade sindical, o que até nos dias atuais impede as categorias de criarem novas representações sindicais na mesma base de atuação de sindicato já existente, mesmo que este não seja politicamente reconhecido pelos trabalhadores como sua representação. Para maior aprofundamento nesse tema, ver Rossi e Gerab (2009).

frações dirigentes locais, obstruíram os potenciais espaços para a superação ético-política do estatuto colonial por esses setores requisitado como instrumento de manutenção das superlativas distâncias sociais, econômicas e políticas entre as classes. O resultado foi o esvaziamento, sob a perspectiva da institucionalidade burguesa, dos elementos liberais presentes na dimensão jurídico-formal das então novas relações de trabalho.

A retomada histórica da construção pouco democrática das relações sociais burguesas no nordeste brasileiro cumpre no nosso estudo a função pedagógica de referenciar a qual realidade as mudanças sociais e econômicas contemporâneas se querem antagônicas. Isso posto, cabe-nos então expor quais seriam as chamadas inflexões que ocuparam e vêm ocupando o espaço público na última década na região, construindo o consenso das maiorias à tese de que encontramos o caminho de superação das desigualdades sociais através do aprofundamento da ordem social competitiva.

A hegemonia às avessas da qual nos fala Oliveira (2010), reacende os sonhos de mobilidade social que caracterizaram os projetos individuais e coletivos das maiorias, notadamente no período entre as décadas de 50 e 80 do século passado, como nos pontua Arcary (2011). Precisar o real alcance das metamorfoses em curso parece-nos fundamental às tentativas de desconstrução da capacidade de direção das classes hegemônicas, movimento que de modo simultâneo aponta para a necessária articulação contra hegemônica.

Para o nordeste o atual modelo de desenvolvimento, como já debatido, será impactado pelas redefinições dos fluxos de capital na economia brasileira e mundial tendo como fundamento os imperativos de manutenção das taxas médias de lucros. Tal realidade aumentará os níveis de investimentos de capital estrangeiro na região, bem como trará alterações substantivas no parque industrial nordestino.

Para uma primeira aproximação à realidade nordestina de nossos dias, faremos a partir de agora diálogo com o dossiê produzido pela revista *Carta Capital* de fevereiro de 2013. Como recurso pedagógico dividiremos nossas reflexões em três eixos principais: o primeiro relacionado aos investimentos de capital sinalizados no intervalo entre os anos de 2008/2012 na região; em seguida iremos particularizar nossos apontamentos com foco nas alterações da chamada pirâmide social brasileira à luz dos fundamentos apontados no capítulo anterior; finalizando com os desafios elencados para o aprofundamento das formas que toma o desenvolvimento em nosso território na contemporaneidade.

No que acima apontamos como primeiro eixo, de acordo com o que podemos acessar na revista citada, os investimentos aproximam-se dos R\$ 300 bilhões de reais, mais exatamente (R\$ 281.650.730.452), número que projeta a manutenção do crescimento econômico acima da

média nacional para os próximos anos no Nordeste. Entre os anos de 2002 e 2010 enquanto a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional ficou em 4% ao ano, a média de crescimento do PIB nordestino chegou a 4,5%, com destaque para o Maranhão que durante o período teve média de crescimento de 5,7%. Pernambuco no mesmo período apresentou média de crescimento de 4,2% do PIB ao ano. Em termos nominais o PIB da região salta de R\$ 1.477,8 bilhões para 3.770,1 bilhões no intervalo de menos de uma década, ou seja, mais que duplica nesse intervalo de tempo.

Segundo aponta a publicação, conforme problematizamos no início do tópico, um dos pilares para a competitividade na atração desses investimentos em relação às demais regiões do país tem sua sustentação na política de isenção fiscal fortemente praticada pelos governos dos estados nordestinos. A renúncia fiscal desponta no período como base do ciclo de expansão econômica objeto de nossas problematizações.

A agressiva política de isenção fiscal pode ser ilustrada pelo caso da fábrica da japonesa *Nissin-Ajinomoto* no município pernambucano de Glória do Goitá, município que figura entre os dez mais pobres do estado, expresso nos seus baixos indicadores sociais. Dentre as iniciativas do poder público, no âmbito de sua política de isenção fiscal, podemos destacar: a venda do terreno para instalação da fábrica a um preço de R\$ 1,30 o metro quadrado, em uma área equivalente a 27 campos de futebol; isenção de 85% no período de 12 anos sobre a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); fechando com a construção de 13 quilômetros de gasoduto até as portas da empresa pela *Copergás*, indústria de gás de Pernambuco.

Segundo a revista, só em Pernambuco no ano de 2012, o volume da renúncia de ICMS chega ao montante de R\$ 1,4 bilhão pelas contas da Confederação Nacional dos Municípios, número que supera os investimentos do governo estadual em saneamento para o mesmo ano. A tese levantada pelos representantes do poder público é que o retorno econômico e social relacionado aos empregos gerados e a daí conseqüente dinamização do consumo e aquecimento do mercado interno garante o retorno dos esforços realizados na captação de tais investimentos. Para tanto, trabalham com a prospecção de um cenário de estabilidade econômica para os próximos anos. Como desenvolvemos acima, se ausentam dessa análise os fundamentos que colocaram o Brasil, e em decorrência o Nordeste, na rota dos massivos investimentos de capital em um mundo no qual os reflexos da crise capitalista contemporânea nos parecem ainda elemento não descartáveis.

Nessa política de desenvolvimento a gestão pública passa a pautar-se pela *agilidade e eficiência* como base para construção de condições de competitividade na atração de

investimentos. O diálogo aqui estabelecido esvazia a gestão pública e intensifica a lógica do mercado na política de investimentos adotada pelos governos locais e central, refletindo em uma maior distância entre os orçamentos destinados à seguridade social (saúde/previdência/assistência social) e as largas parcelas do fundo público destinadas a construir infra-estrutura para os novos empreendimentos, além das pesadas isenções fiscais.

As frentes de atuação para criação do chamado ambiente competitivo passam ainda pela *desburocratização* dos licenciamentos ambientais, tão caros aos empreendimentos do complexo industrial e portuário de SUAPE, além de garantia da manutenção dos incentivos fiscais mesmo diante das indicações de inconstitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Federal.

Dentre os estados nordestinos as principais rotas dos investimentos são: Bahia, Pernambuco e Ceará, respectivamente as principais economias nordestinas, além do Maranhão, este último sinalizando expansão das fronteiras industriais da região, centradas nos investimentos em novas refinarias e intensificação da produção de gás natural. Segundo Maurício Macedo, secretário de desenvolvimento do estado do Maranhão, em entrevista que compõe a citada matéria da *Carta Capital*, o projeto da Refinaria Premium I, um investimento de R\$ 37 bilhões previsto pela Petrobrás na cidade de Bacabeira, levou seis meses para ser licenciado. Prazo comemorado pelo poder público para empreendimento de tamanho porte e impacto social e ambiental, exemplo empírico da requisitada reforma gerencial para dar celeridade aos investimentos atraídos.

Os elementos até aqui apontados de forma direta terão repercussão na chamada *efervescência* na base da pirâmide social (tema debatido no capítulo anterior). Transformações que vão desde alteração nos padrões de consumo à relativa melhora nos níveis dos indicadores sociais da região, estes historicamente de desempenho flagrantemente abaixo da média nacional. A conjuntura de crescimento explica a linha de crescimento do PIB per capita, relação que é composta pela soma de todas as riquezas produzidas anualmente divididas pelo número de habitantes. De 2002 a 2010 o PIB per capita de toda a região Nordeste passou de R\$ 3,9 mil para R\$ 9,6 mil. No estado de Pernambuco os números apresentados são os seguintes: R\$ 4,4 mil para o primeiro momento, passando a R\$ 10,8 mil para o segundo momento.

Em que pesem as referências do PIB *per capita* quanto à dimensão do exponencial aumento das riquezas entre nós produzidas, o mesmo não se pode dizer sobre as possibilidades que tal dado nos dá de dimensionar alterações no que diz respeito às desigualdades sociais. Se as taxas de crescimento do PIB e do PIB *per capita* nos abrem

perspectivas de caracterizar como acelerado o ritmo das transformações na região, do ponto de vista de sua distribuição as disparidades/ desigualdades parecem persistentes, em que pesem as sensíveis alterações estabelecidas entre as frações mais pauperizadas da classe que vive do seu trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o período mais recente, de 2004 a 2011, o rendimento médio mensal acumula no Brasil crescimento de 30,6%. Para o mesmo período o Nordeste apresenta evolução de 40,3%. Apesar de apresentar crescimento acima da média nacional, na região o rendimento médio continua abaixo dos padrões nacionais. Tendo como ano base 2011, o Brasil apresentou média de rendimento um pouco acima dos R\$ 800,00 enquanto o Nordeste apresentou uma média de um pouco menos de R\$ 600,00.

A combinação das pesadas isenções fiscais (podendo chegar a 95% do ICMS no caso Pernambucano), casada aos esforços estatais em garantir as condições de infra-estrutura (rodovias, portos, ferrovias, etc.) para os empreendimentos atraídos por tal política de desenvolvimento, ainda agrega como vantagem, visando competitividade, uma mão de obra mais barata se compararmos os níveis salariais entre nós praticados com as demais regiões brasileiras.

Aos que advogam a tese da *efervescência* na base da pirâmide social possivelmente tem como elemento mais destacado para tal análise as parcelas dos trabalhadores que viriam a compor a chamada *classe C*, que segundo a Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan) salta de 20,1% da população em 2001, para ultrapassar mais de 50% em 2009. A essência da alteração citada encontra-se na tendência de expansão das ocupações de até um salário mínimo e meio, produzindo como resultante nivelamento por baixo dos rendimentos do trabalho, não alterando substancialmente a participação do fator trabalho na composição da renda globalmente produzida.

A diminuição do desemprego nessa primeira década do século, relacionada a retomada do investimento produtivo e a daí decorrente dinamização do padrão de consumo entre as maiorias, convive com a intensificação das distâncias relativas estabelecidas entre a acelerada elevação da apropriação da maior parte da renda nacional pelo capital, ao passo em que os níveis, em termos proporcionais, da renda que fica com os que vivem do seu trabalho estabiliza-se nos últimos anos.

Os ritmos que as transformações na economia nordestina produzem são distintos se vistos da ótica dos rendimentos do capital ou do trabalho. Ao mesmo tempo em que garantem o acesso ao trabalho formalizado a consideráveis parcelas dos trabalhadores, as atuais formas

de crescer economicamente reproduzem também de forma ampliada as distâncias econômicas e sociais entre as classes.

Se considerarmos os indicadores educacionais dessa primeira década do século no Nordeste, poderemos ilustrar o que acima apontamos como também indicar os limites desse conjuntural crescimento e os desafios a serem problematizados. Segundo o IBGE, no ano de 2001, o número de analfabetos no Brasil era de 15,1 milhões de brasileiros, desse universo mais de 50% se encontravam no Nordeste, nada menos que 8 milhões de nordestinos. Dez anos depois os números apontavam redução dos índices para 12,9 e 6,8 milhões de brasileiros, respectivamente.

Essa tendência de queda do analfabetismo no Brasil de modo geral, e em particular no Nordeste, só encontra realidade diferente no estado do Maranhão, único na região no qual o número de analfabetos cresceu nos últimos dez anos. Segundo a matéria da *Carta Capital*, para conseguir mão de obra no próprio território de instalação dos empreendimentos, algumas indústrias criaram seus próprios programas de qualificação, a exemplo da Suzano, fábrica de papel e celulose a ser instalada no município de Imperatriz no Maranhão. Dos R\$ 5,8 bilhões a serem investidos, R\$ 10 milhões estão sendo alocados na formação profissional de pedreiros, carpinteiros. Segundo a empresa, mais de 7 mil trabalhadores já passaram pelo programa .

A particularidade do caso Maranhense desautoriza análises que pensem existir relação automática entre níveis de desenvolvimento econômico e superação das desigualdades sociais. Cabe lembrar, como em linhas anteriores debatemos, que o Maranhão tem projetado para os próximos anos os maiores investimentos de capital de toda a região, podendo chegar a R\$ 70 bilhões, além de ter apresentado no intervalo de tempo entre 2002/2010 crescimento médio do PIB de 5,7% enquanto a média nacional para o mesmo período ficou em 4%. O PIB maranhense foi o que obteve a maior média de crescimento entre todos os estados do Nordeste nesse início de século.

A tese de Furtado (1989) na *Fantasia Desfeita* de que a abertura das fronteiras do meio norte da região significaria uma possibilidade de combate à problemática da seca no sertão nordestino, através do fluxo migratório que tal processo desencadearia e o conseqüente despovoamento relativo do semi-árido, nos capítulos atuais da história nordestina nem tal rota de migração apresenta possibilidades de existência, nem tampouco os massivos investimentos de capital já sinalizados parecem abrir possibilidades de menor impacto na vida dos homens e mulheres sertanejos em períodos de longa estiagem.

Além de garantia das renúncias fiscais, pesados investimentos em infra-estrutura, os governos brasileiros aumentaram na primeira década do atual século a disponibilização do crédito necessário para a atração dos investimentos. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o volume disponibilizado para a região entre os anos de 2009 /2012 chegou perto dos R\$ 80 bilhões, representando 13% do orçamento do banco. Só no ano de 2009 foram disponibilizados R\$ 10 bilhões para a construção da refinaria Abreu e Lima em SUAPE, empreendimento feito em parceria entre a Petrobrás e a PDVSA, esta última estatal venezuelana do Petróleo.

A política de acesso ao crédito, para tornar-se atrativa aos investidores, disponibiliza capital a juros abaixo dos praticados no mercado, e ainda trabalha a compensação aos empreendimentos que venham a ser instalados em regiões com baixa infra-estrutura. Na SUDENE, por exemplo, os prazos chegam a 20 anos com juros de 5% anuais. A cadeia de incentivos desenvolvida tem na injeção de parte considerável do fundo público sua base financeira de sustentação. Ao jogar largas parcelas da riqueza nacional sob a lógica da valorização capitalista, o Estado se aventura também em suas incertezas diante das atuais tendências à financeirização econômica e da saturação dos territórios hegemônicos e a consequente inviabilidade de manutenção das taxas médias de lucros nas fronteiras capitalistas centrais.

As novas formas de acumulação de capital, do ponto de vista da geopolítica mundial, provocaram deslocamentos da nacionalidade dos territórios nos quais passou a ser produzidas parcelas significativas da mais valia global. Não ao acaso passou a China a protagonizar na última década média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) próxima a 10% ao ano. Como parte desse mesmo movimento, passou a despontar no cenário internacional como importantes eixos da estratégia mundial de manutenção dos níveis de mais valia do capital, países como Índia, Rússia, África do Sul e Brasil, assim compondo o já debatido bloco dos (BRICAS). Tais nações transitaram do chamado grupo dos países em desenvolvimento para figurarem como emergentes, assim consolidando-se como rotas privilegiadas do capital internacional, sobretudo em conjunturas de crises nos centros tradicionais do capitalismo.

A consolidação dessas inéditas tendências no fluxo internacional de capital, sobremaneira expressa as indicações marxianas sobre a necessidade do capital em constituir sua hegemonia mundialmente. As fronteiras geográficas bem como lingüísticas são superadas pela forma de sociabilidade fundada na mercadoria em sua incessante marcha pelo alargamento do trabalho não pago apropriado pelos possuidores dos meios de produção. A combinada desigualdade do desenvolvimento entre as nações, em que pese permanecer

flagrantemente considerável, assegura a regência do capital sobre as mesmas conectando realidades que se encontram na universal tendência de mundialização do processo especulativo/produutivo, particularizadas pela tendência do parcelamento do mesmo, assim como pelas distintas especializações produtivas requisitadas pelos instrumentais caminhos do desenvolvimento fundado no lucro.

Os Estados nacionais, instrumentalizados nesse projeto mundial de recuperação das taxas médias de lucro auferidas décadas passadas, esvaziam os elementos de soberania presentes nos projetos de desenvolvimento da chamada fase desenvolvimentista, aí segundo Gonçalves (2011, p.7-9), reside um dos pontos que particularizam o que o mesmo conceitua como “desenvolvimentismo às avessas”, em contraste com os apontamentos da metade do século passado.

A crescente internacionalização da base produtiva nordestina nessa conjuntura, se fundamenta do ponto de vista mais global no que acima resgatamos, e produz como resultados internos guerra fiscal entre os estados para captura desses investimentos com pesadas isenções, condições de infra-estrutura e disponibilização de amplas parcelas de mão de obra com forte repressão à organização social. Outra especificidade dos setores que vivem do seu trabalho chamados a produzir mais valia nos já referidos empreendimentos é a inexistência na memória coletiva desta geração de lutas de massas em fábricas e o maior peso dos governos de frente popular entre os nordestinos.

Os planos de desenvolvimento ancorados no projeto burguês em curso estão a produzir a captura do fundo público para os incentivos fiscais e a garantia da infra-estrutura logística e produtiva necessária para a obtenção dos níveis de lucros esperados, contrastando com recursos destinados ao planejamento dos perímetros urbanos envolvidos no processo e com os possíveis adensamentos de expressões da “questão social” tais como: uso de drogas; prostituição infantil; violência de gênero; xenofobia.

As desigualdades são adensadas dentro do próprio território, sendo importante a indicação de que o acesso a determinados níveis de renda, seja via políticas de distribuição monetária, ou através de alguma ocupação formalmente remunerada, não resulta no desenvolvimento de alargamento do acesso a políticas públicas, nem correspondência do ritmo de crescimento econômico em relação aos indicadores sociais, tampouco na redução aos níveis nacionais de analfabetismo, ou no respeito do direito humano à moradia, por exemplo. Indicadores que aprofundaremos no tópico seguinte.

Esses movimentos formarão a base econômica de sustentação dos exponenciais crescimentos dos investimentos no complexo portuário e industrial de SUAPE. A partir desse

momento nossa análise será particularizada na região objeto de nossas problematizações, movimento enriquecido pelos apontamentos universais e singulares que constam em nosso percurso até o momento.

3.3 Ipojuca/PE: traços contemporâneos de um município em transformação

A reprodução das desigualdades sociais no Brasil e sua particularidade nas fronteiras do território pernambucano conectam a historiografia das diferentes etapas do desenvolvimento da forma burguesa de acumulação no país. Daí também resultando a edificação de relações sociais específicas e estreitamente ligadas aos projetos hegemônicos num dado marco histórico.

Dar visibilidade aos fios que movem essa engenharia burguesa nacional é ponto fundante para o desvelamento dos fundamentos das transformações em curso, sobretudo em sua dimensão não democrática, bem como em seus rebatimentos na modificação do modo de vida das maiorias destituídas dos espaços de decisão.

Isso posto, as referências históricas traduzem essa forma de dominação e construção de hegemonia no nordeste brasileiro. Manuel Correia de Andrade em seu clássico *“A terra e o homem no nordeste”*, sinaliza que na sociedade do açúcar no Brasil colônia:

Em toda a região estruturou-se, nesse período, uma sociedade aristocrática dividida em classes. No ápice apareceria a figura do senhor-de-engenho com um prestígio e poder que eram tanto maiores quanto maior fosse a extensão de suas terras, a produção dos seus canaviais ou o número de escravos que possuísse (ANDRADE, 1973, p.85).

As formas de dominação que tomam corpo no território brasileiro cimentaram uma desigualdade social baseada em assimetrias econômicas, materializadas nas desiguais formas de acesso à riqueza socialmente produzida, mas daí também decorreu a construção da mediação da autoridade como forma de legitimação do arranjo societário colonial e suas específicas relações sociais.

O traço histórico acima analisado direcionou a construção do modo burguês nacional do *fazer política*, para o qual Fernandes (2004, p. 428) adverte que:

... o grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, em sua essência rural. E, quer vivesse na cidade ou no campo, sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia. Podia discordar-se ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado por interesses particularistas e de um entranhado conservantismo cultural e político.

Esse ambiente sociocultural conservador de relação entre as classes, de modo dialético no cenário contemporâneo pode ser observado nas referidas tendências de afunilamento dos espaços de decisão, assim repercutindo nas atuais alterações na forma de acumular que estamos a analisar em nosso trabalho. De maneira direta, é possível sinalizar que as formas historicamente constituídas de reprodução social, largamente socializadas no território em questão, estão a preconizar a viabilização do atual projeto de desenvolvimento via arranjos nos círculos dominantes de decisão, silenciando falas portadoras de projetos contra-hegemônicos.

Levando em consideração o que acima colocamos, as contradições, os antagonismos classistas, ao não ganharem densidade política por meio de espaços e movimentos constituídos pelos que vivem do seu trabalho, dificilmente conseguirão transpor a dimensão da cotidianidade, do imediato, apresentando-se em sua quase totalidade sem os nexos que as constituem em essência.

Se recorrermos de forma breve à história da ocupação do território que constitui nosso objeto de estudo, nos encontraremos com marcantes capítulos da própria constituição do capitalismo no Brasil e, especificamente em Pernambuco. A ausência de democracia nas relações entre as classes acima referenciada, bem como a dura hierarquia social privilegiada pelo mercantilismo burguês como referência de sociabilidade, expressavam os imperativos demandados pelo regime escravocrata baseado no cultivo extensivo da cana de açúcar.

Como um dos primeiros territórios que foram ocupados no Brasil, a região do litoral pernambucano desde meados do século XVI conviveu com o modelo de uma estrutura fundiária concentrada em poucas mãos. Nos quatro séculos de existência hegemônica entre nós, a escravidão foi a forma de relação de exploração privilegiada no cultivo extensivo da cana de açúcar, daí resultando as bases para a estruturação de relações sociais fundadas na exponencial capacidade de alargamento da parcela de trabalho não pago extraído dos produtores diretos.

Não ao acaso referenciamos o cenário acima, a história de fundação do município do Ipojuca nos reporta a tal conjuntura, tendo em vista a ocupação da costa nordestina pela coroa portuguesa ter representado alguns dos primeiros passos para consolidação da dominação do território brasileiro, que teve no objetivo da construção de novas rotas comerciais ao mercantilismo ibérico em fins do século XVI, sua justificativa. Segundo D'Almeida (2007, p. 10) existe uma indefinição quanto à data exata de início da ocupação do território pelos portugueses, mas dados oficiais indicam o ano de 1585.

Já em princípios do século XVII a ocupação se consolidava, é desse período a construção do Convento de Santo Antônio em 1606, indicativo de que a expansão do cultivo da cana sinalizava os princípios de uma importante vila na região que geograficamente possuía as melhores condições para expansão das fronteiras desse cultivo. Essa plurissecular hegemonia da cana de açúcar como principal atividade econômica do município influenciou as relações sociais, como já debatemos referenciados em Andrade (1973), e enquanto expressões contemporâneas ainda podemos ter acesso no município a numerosos engenhos de “fogo morto”⁵⁵, sem falar nas ainda existentes usinas Ipojuca e Salgado, a segunda em processo de encerramento de suas atividades.

A forte presença religiosa expressada no imponente Convento fundado por freis franciscanos⁵⁶ no centro do município, assim como o conjunto das igrejas e capelas nos distritos e engenhos contrastou durante os séculos com a forma simples e escassa infra-estrutura disponível aos mais pobres. A sociedade do açúcar e sua expressão política dirigente, através dos senhores de engenho e depois usineiros, determinou no decorrer dessas centenas de anos a produção social através das relações de exploração, mas também exerceu influência decisiva na reprodução social das parcelas pauperizadas através do controle direto de serviços como saúde e educação.

Essas heranças coloniais compõem hoje os traços mais longínquos do esvaziamento das políticas públicas como direito e da reduzida democracia dos espaços de controle social que as mesmas experimentam desde a Constituição Federal de 1988. As transformações econômicas e sociais que a atual conjuntura engendra, de forma dialética também podem resultar na ocupação desses espaços pelos que laboram ante um quadro de agudização das expressões da “questão social”, cenário que demanda a construção de respostas pelas classes sociais em confronto.

A historiografia econômica do município se encontra com importantes ciclos da economia do estado de Pernambuco desde seus primeiros sinais de existência. Com o desenvolvimento da atividade canavieira através da mecanização e do conseqüente aumento da capacidade de produção em Pernambuco, no intervalo de uma década, como podemos ter

⁵⁵ Atualmente no município ainda se contabilizam 72 engenhos, em sua grande maioria hoje inexistente atividade canavieira, restando-lhes apenas os povoados ao redor. Alguns preservaram seu conjunto arquitetônico com casa grande e senzala, em outros ainda podemos nos familiarizar com importantes passagens da história pernambucana, em Gaipió, por exemplo, em 30/03/1848 o tenente coronel Joaquim Manoel do Rego Barros atacou e desalojou revoltosos da Revolução Praieira comandados por Miguel Afonso Ferreira.

⁵⁶ Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1937.

acesso em Andrade (1973, p.111), de 1910 a 1920 o número de usinas cresceu de 46 para 54⁵⁷ consolidando-se à época como principal produtor na região nordeste.

Esse trânsito à proletarização do trabalhador rural estabeleceu uma série de alterações nas relações sociais, criando formas novas de assalariamento, assim como novas formas de povoamento do território, nesse sentido, o autor desenvolve que:

Os trabalhadores assalariados também denominados, em certas áreas, de “trabalhadores de eito”, “cassacos” e “eiteiros” constituem a imensa maioria dos trabalhadores rurais na área açucareira. Conforme a sua maior fixação à terra e dependência ao proprietário, podem ser agrupados em três categorias: os moradores que residem na propriedade que trabalham, os trabalhadores “de fora”, que vivem nas cidades, vilas e povoações da zona, constituindo a maioria da população das mesmas, e os “corumbas” ou “caatingueiros” que residem no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra a fim de se deslocar para a colheita. Fazem, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltam para sua terra (ANDRADE, 1973, p.122).

O ciclo açucareiro, como até aqui sinalizamos, repercutiu na estruturação de específicas formas de produção e reprodução social. A heterogeneidade para os trabalhadores que dessa conjuntura resultou expôs economicamente as relações de comando exercidas pela área canavieira em relação às demais regiões do estado de Pernambuco, podendo-se estender tais assimetrias a considerável parte dos estados nordestinos nos quais a região açucareira determinava os ritmos da dinâmica econômica das atividades concentradas no agreste e sertão (pecuária extensiva e agricultura de subsistência), o que também se expressava no sazonal fluxo migratório desenvolvido.

Das transformações que hoje estão a se processar, algumas tendências ganham relevo, dentre estas podemos destacar; o estabelecimento de um importante fluxo migratório, segundo dados da *Secretaria de Planejamento e Gestão* do estado de Pernambuco, no intervalo de 12 anos (2000/2012) a população residente no município cresceu perto dos 30%, passando de 59.281 habitantes em 2000, para 83.862 em 2012; aquecimento do mercado de trabalho, com principal setor sendo a construção civil com 28.119 vagas e a indústria de transformação com 13.483, números para o ano de 2011⁵⁸.

Nossa tese quanto aos números acima é de que se desenham tendências ainda não inteiramente definidas, mas que hoje já impactam a dinâmica de reprodução da pobreza e das desigualdades no município, tendo em vista alterar as bases de ocupação da População Economicamente Ativa (PEA), viabilizar acesso a postos formais de trabalho e garantir

⁵⁷ Dentre estas usinas destaca-se a Catende, a de maior produção no estado de Pernambuco durante considerável parte do século passado. Entre os anos de 1945/55 e 1955/56 a referida usina sozinha alcançou produção superior à das 36 usinas do estado de Sergipe. Para a safra de 1955/56 também a usina Central Barreiros, igualmente localizada na mata sul pernambucana, obteve safra superior à do conjunto das usinas sergipanas.

⁵⁸ Dados encontrados no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag>, acessado em 25 de julho de 2013.

aumento da renda via recente política de valorização do salário mínimo, em que pese a predominância das ocupações terem esse último como teto salarial.

De uma ótica de análise das alterações e embates classistas em curso, ao concentrar importante massa proletária em uma junção de diferentes sotaques e experiências de enfrentamentos, as potencialidades que daí emergem necessitam figurar entre os principais desafios aos trabalhadores que diretamente asseguram a expansão do projeto nacional desenvolvimentista com sinal trocado como nos indica Gonçalves (2011), particularizado em Ipojuca. Tal concentração se distancia das estratégias de desconcentração operária hegemônicas nas experiências imediatamente posteriores às décadas de forte crescimento econômico da ditadura civil/militar no Brasil, como meio de inviabilizar a organização dos trabalhadores e ainda instrumento de questionamento das bases de representação das entidades de classe, sobremaneira os sindicatos⁵⁹.

As possibilidades que se apresentam questionam as históricas formas de dominação, com isso não apontamos a inexistência de um histórico de lutas importantes na região, basta lembrar os levantes dos negros e sua organização em quilombos, as pioneiras organizações de trabalhadores rurais e a conquista da posse da terra, direito esse que se tornou fruto, nos nossos dias, dos principais embates publicamente abertos entre SUAPE e a população nativa, o elemento de novidade aqui estaria relacionado ao protagonismo exercido pelo projeto SUAPE diante de uma conjuntura de redefinição dos fluxos de investimentos no país e no mundo, dessa forma localizando estrategicamente a contraditória concentração de trabalhadores demandada pelo projeto hegemônico em curso.

Ao localizarem-se de forma estratégica, na perspectiva de impactar de forma decisiva as pretendidas taxas de crescimento, os projetos das classes fundamentais em disputa tendem ao antagonismo no sentido de representarem racionalidades distintas que se expressam mesmo em seus embates mais cotidianos. A superação dos autocráticos espaços de decisão e sua necessária democratização de forma simultânea ganha contornos imperativos às maiorias impactadas por tal forma de desenvolvimento. Do contrário, as resultantes sociopolíticas desse cenário de não ultrapassagem das fronteiras da *pequena política*⁶⁰ por parte dos que vem tendo seu modo de vida subvertido, impactará na estruturação de uma arena de disputas de projetos sociais em desiguais condições, na qual o pêndulo da luta entre as classes não sinalizará um quadro positivo para os trabalhadores.

⁵⁹ Para o diálogo com a temática do chamado novo sindicalismo brasileiro, ver Rossi e Gerab (2009), especificamente as duas primeiras partes do referido trabalho.

⁶⁰ Aqui entendida na direção que aponta Gramsci (2003) de não superação do cotidiano, também se expressando no aprisionamento da grande política no âmbito parlamentar, na dinâmica estatal de conjunto.

A materialização dos antagonismos que acima fizemos referência pode ser expressa em fala de um morador de uma das 17 comunidades, que segundo Silveira (2010) estão em processo de aberto conflito com SUAPE, tendo em vista a subversão de seu modo vida pela destruição dos manguezais para terraplanagem de largas parcelas de terras com a finalidade da instalação dos empreendimentos do complexo industrial e portuário. Questionando as chamadas compensações sociais e ambientais, o entrevistado expõe, através de sabedoria adquirida em uma vida de orgânica relação com o meio no qual produziu sua existência, o desrespeito a história de homens e mulheres das comunidades impactadas pelos empreendimentos:

Essa mata que o senhor está plantando, que diz que está plantando, ela dá caranguejo? Ela dá aratu? Dá siri? Dá ostra? Dá sururu? A mata que o senhor está plantando pra mim não vai servir de nada! Pra mim só vai ter cobra, largatixa, calango. Pra mim, eu não vivo disso! Eu vivo do caranguejo, siri, aratu (Entrevista número 28 apud SILVEIRA, 2010, p. 85).

O discurso acima expõe os antagonismos desenvolvidos entre projetos societários em conflito no território analisado. Os questionamentos polarizam a noção do desenvolvimento/crescimento econômico como sinônimo de saúde da forma de sociabilidade do capital, e o desenvolvimento fundado na preservação dos modos de vida tradicionais, nos quais o metabolismo entre as pessoas, bem como entre estas e a natureza desconhece o espaço/tempo da mais-valia em mundo profundamente em crise. Nessa direção alerta Mészáros (2007, p. 190) que debater nas fronteiras dos projetos hegemônicos significará se aprisionar uma vez mais a noção do crescimento como a estrutura em que se devem entrever as soluções. Continua o autor sobre os possíveis “cantos de sereia” nesse debate:

Nossa dificuldade é que se observarmos essas questões da perspectiva de *curto prazo*, tal como os órgãos culturais e políticos predominantes necessariamente os retratam, cairemos na tentação de seguir “o caminho mais fácil”, que não conduz a uma mudança significativa. O argumento associado a essa forma de pensar no tema em jogo é que “se os problemas se resolveram sozinhos no passado; certamente também se resolverão no futuro”. Nada poderia ser mais falacioso do que essa linha de raciocínio, ainda que seja mais conveniente para os beneficiários do *status quo*, que não podem enfrentar as explosivas contradições de nossa situação de apuro no prazo mais longo. Contudo, como os preocupados cientistas do movimento ecológico nos lembram a todo instante: o “longo prazo” não está tão longe agora, uma vez que as nuvens de uma catástrofe tornam-se visivelmente mais escuras em nosso horizonte. Fechar os olhos não representa uma solução (MÉSZAROS, 2007, p.190).

Dito isso, é preciso mediar o eco hoje exercido pelas tendências de gestão da pobreza, e a partir disso traçar prospecções sobre suas possíveis repercussões na viabilização do atual modelo de desenvolvimento preconizado no território. Tarefa que tensiona alguns dados sobre o município, principalmente no que diz respeito aos indicadores sociais e de desenvolvimento

humano. Cabe a ressalva de que as análises seguintes serão desenvolvidas em orgânica relação com as tendências nacionais anteriormente discutidas. Os documentos tidos como referências têm como fonte privilegiada a *Secretaria de Planejamento e Gestão* (SEPLAN) do estado de Pernambuco; o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶¹.

Diante de uma realidade em rápida transformação, a seleção das instituições que tomamos como base para acessar os documentos com os quais problematizaremos as tendências captadas pelos índices, se fez na perspectiva da atualidade de seus dados, tendo em vista a dinamicidade do processo objeto de nossos apontamentos.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) do município de Ipojuca, os dados da SEPLAN dão conta de uma forte tendência de crescimento nos últimos anos. No intervalo de uma década (1999/2009) a riqueza produzida nas fronteiras do município cresceu em quase sete vezes, de 1.051,6 bilhão para R\$ 7.082,4 bilhões, com acentuada tendência de alta a partir do ano de 2004. Tal indicador determina a existência no município da mais elevada renda *per capita* do estado de Pernambuco (R\$93.792) dado referente ao ano de 2009, contrastando com a própria média da Região Metropolitana do Recife (RMR), que apresentou para o mesmo ano a renda média de R\$ 13.547 por habitante. Desse quadro concluímos que a renda média do município chega próxima de ser sete vezes maior que a respectiva renda média do estado de Pernambuco.

Ainda segundo a SEPLAN, no ano de 2010 o PIB de Ipojuca chegou a mais de 9 bilhões. Tal cifra representa quase 10% do PIB do estado de Pernambuco, sendo ainda o segundo maior PIB da Região Metropolitana do Recife, região que representava no ano de 2010 mais de 64% das riquezas produzidas no estado. A rapidez do alargamento das riquezas produzidas em Ipojuca tende a desenvolver como face da mesma moeda uma pauperização relativa para as maiorias, tendo em vista que os aumentos salariais nem de perto acompanharam o mesmo ritmo, mesmo com a já citada política de valorização do salário mínimo empreendida nos governos petistas desde os primeiros anos da década passada.

Nesse sentido, dados presentes no Atlas de Desenvolvimento Humano da cidade do Recife, do ano de 2005, documento que analisa também as outras 13 cidades que compõem a sua região metropolitana, apontam o referido município com o segundo mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da RMR, apresentando índice muito próximo da cidade de

⁶¹ Como forma de acesso a tais dados utilizamos os respectivos endereços eletrônicos das entidades: (<http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag>); (<http://www.ibge.gov.br/home/>); (<http://www.ipea.gov.br/>); acessados entre julho e agosto de 2013.

Araçoiaba que é a última das 14 cidades que compõem a RMR em desenvolvimento humano e possui PIB algumas dezenas de vezes menor que o de Ipojuca. Segundo o IBGE, apesar de ter quase dobrado seu IDH (1991 – 0.332/ 2010 – 0.619) no intervalo das duas últimas décadas, os números atuais ainda situam o município entre os piores da RMR, só à frente de Araçoiaba e Paulista.

A aparente contradição dos indicadores sociais e econômicos do município de Ipojuca caminha na direção de consolidação no território de duas *ilhas dinâmicas*, uma materializada no projeto SUAPE Global, com pesados investimentos na área industrial; e uma outra concentrada na área do turismo na praia de Porto de Galinhas. Segundo o professor Carlos Vainer da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a constituição dessas *ilhas de dinamismo* é a tendência levada a cabo a partir do atual momento de espaçamento geográfico dos investimentos nacionais, superando o fluxo de mão única no sentido do centro sul do país, tendência que caracterizou o primeiro momento de industrialização do Brasil a partir do segundo quarto do século passado.

A *ilha dinâmica* de SUAPE representa hoje o principal projeto de acumulação de capital do norte/nordeste brasileiro, com investimentos girando em torno dos R\$ 40 bilhões⁶². Em termos gerais, o complexo industrial e portuário de SUAPE ainda se mantém em fase de instalação, tendo em vista que os principais projetos, como a refinaria Abreu e Lima, terem hoje sua força de trabalho concentrada na construção civil, algo em torno de 40 mil postos de trabalho⁶³. Esse momento põe em jogo os seguintes determinantes: níveis de maior escolaridade para ocupação dos postos de trabalho; considerável ocupação destes pela população do município, apesar do considerável fluxo migratório de trabalhadores de outros estados e regiões do país, estes últimos com maior participação nas ocupações de melhor remuneração.

Segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, um em cada cinco habitantes do município de Ipojuca acima dos 15 anos não sabe ler nem escrever. Em números absolutos isso significa quase 12 mil pessoas, mais exatamente 11.770 pessoas ou 20,6% da população do município, número que representa mais que o dobro da média da RMR para o mesmo ano que foi de 8,47%. A incidência da pobreza no

⁶² Cifra disponibilizada na página oficial de SUAPE, acesso em 29 de julho de 2012. (<http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php>)

⁶³ Números acessados na página oficial de SUAPE, acesso em 29 de julho de 2012. (<http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php>)

município, tendo como referência o *Mapa da pobreza e da desigualdade social de 2003*, atinge 62, 83% dos ipojuicanos, para um índice de Gini de 0,41 segundo o IBGE⁶⁴.

A prospecção que podemos sinalizar é que passada a fase inicial de instalação dos empreendimentos, com a transição para formas mais intensivas de obtenção de mais-valia, por isso mesmo com um incremento da composição orgânica de capital, ou seja, elevação do nível de tecnologias empregadas nos diferentes processos de trabalho, é de uma queda no nível de emprego entre os trabalhadores de menor nível de escolaridade, faixa na qual se concentra a população local.

No âmbito das políticas públicas, os dados que representam maior evolução são os relacionados à mortalidade infantil, que em uma década (2000/2010) caiu de 41,72 por mil nascidos vivos para 15,67, ainda assim, acima da média da RMR, que para o ano de 2010 tinha índice de 13,46. Quanto aos leitos do SUS para internamento no município, no ano de 2010 não chegava a 30 leitos, mais precisamente 28. Na região metropolitana o número de leitos em 2010 era de 8.899, dado que sinaliza a concentração nos maiores centros urbanos, destacadamente a capital, Recife.

As contradições que se avolumam no território em questão impactam de maneira direta as comunidades que se localizam na região de instalação dos novos empreendimentos. Nesse sentido importante se faz referenciar que no espaço de instalação do complexo moram em torno de 13 mil pessoas. Homens e mulheres que hoje vivenciam a alteração de seu modo de vida pelo chamado *desenvolvimento irreversível*, vejamos então passagem do texto que apresenta o link da responsabilidade social do complexo de SUAPE:

O Complexo de Suape possui cerca de 13 mil habitantes distribuídos em 27 comunidades. A maior parte dessas pessoas possui baixa escolaridade e **sobrevive da agricultura de subsistência ou de atividades pesqueiras**. A administração da empresa, através de programas sociais e parcerias com os empreendimentos estruturadores, realiza a inclusão desses moradores no desenvolvimento de Suape, preenchendo as novas vagas de emprego por esses pernambucanos. (grifos nossos)

Das 27 comunidades referidas, mais que a metade, por volta de 17, apresentam conflitos relacionados à questão fundiária, segundo Silveira (2010). Na passagem acima se torna evidente a imposição de projetos de vida alheios à história da população local, tanto no que diz respeito a sua relação com os recursos naturais disponibilizados na região, como na não consideração das potencialidades construídas pela população nativa e seus respectivos meios de sobrevivência. Nessa conjuntura, a pluriatividade vem sendo adotada por parte dessa população como estratégia de sobrevivência, mesmo esta representando a descaracterização

64 Dado disponível no seguinte endereço eletrônico: (<http://www.ibge.gov.br/home/>) acessado em 5 de agosto de 2013.

da identidade dos moradores locais com o meio no qual vivem, expressando também a ofensiva do modo de produzir das multinacionais que no território se instalam.

A racionalidade do desenvolvimento que se autodenomina como *irreversível* almeja silenciar as contradições postas em curso por sua própria expansão, a alteração do modo de vida dos que vivem em orgânica relação com meio histórico-natural não pode, na nossa forma de análise, localizar-se como o mal necessário. Superar o senso comum no enfrentamento do modelo hegemônico é um passo necessário, e é na análise criteriosa do real que reside a possibilidade de adensar formas alternativas de pensar a construção do desenvolvimento, passando pelo respeito ao metabolismo com o meio, construído por homens e mulheres no decorrer da história.

A hegemonia do modelo de desenvolvimento ancorado na indústria petroquímica altera também o perfil das atividades em sua participação na riqueza do município. Em 2000, as atividades agropecuárias somavam 1,46% do PIB do município, enquanto que no ano de 2009 chegam a não representar um terço disso, somando somente 0,39%.⁶⁵

Na última década, ganharam peso, em termos de participação no PIB do município os setores industrial e de serviços. Dados publicizados pela Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Pernambuco (SEPLAN), dão conta que, em 2009 as atividades industriais representavam 28% das riquezas produzidas no território, chegando um ano depois a representar 31,14% das riquezas produzidas em Ipojuca, acima dos índices do estado de Pernambuco que para o mesmo ano obteve média de 22,14% de participação do setor industrial em sua economia, superando também as cifras da RMR que para o mesmo período apresentou 24,85% de influência da indústria no conjunto de sua riqueza. Em relação às atividades do setor de serviços, estas mais diretamente ligadas à ilha de dinamismo de Porto de Galinhas, somavam 71,5% do PIB do município em 2009, o que sinaliza a consolidação das tendências acima apontadas.

Essas Alterações repercutem no hoje intenso fluxo migratório estabelecido, que se desdobra em agudização de expressões da “questão social” como, por exemplo, na exploração sexual de crianças e adolescentes, no adensamento dos episódios de violência, bem como no estabelecimento de valores xenófobos⁶⁶ entre os que vivem do seu trabalho. De maneira direta, o tempo presente é de intensas e profundas transformações econômicas que

⁶⁵ Dados acessados na página da Secretaria de Planejamento e Gestão do governo de Pernambuco (<http://www2.seplag.pe.gov.br/web/seplag>), visita em 28 de julho de 2012.

⁶⁶ Valores que se expressam na intolerância aos hábitos e costumes da parcela migrante que hoje ocupa o território do município devido às atividades profissionais ligadas a SUAPE. Criando obstáculos à unidade enquanto classe dos que trabalham.

necessariamente estão a gestar de forma dialética modificações nas relações sociais entre capital e trabalho.

O fluxo migratório acima citado impacta no desenho demográfico e urbanístico do município, além de também ser sentido dentro do próprio território de formas diversas. A primeira seria o deslocamento da população local dos centros urbanos do município (Ipojuca sede/Nossa Senhora do Ó/ Camela) para a zona rural. No ano de 2010, de acordo com dados da SEPLAN, a população rural do município era de 20.918, próximo de representar um quinto da população rural de toda RMR. No mesmo sentido temos como tendência migratória dentro do município a localização da população nos *aglomerados subnormais* (como classifica o IBGE), tendência baseada sobremaneira na especulação imobiliária, bem como na curva crescente do custo de vida. Uma segunda forma é o planejamento de novos espaços de povoamento no território em questão, os chamados bairros planejados. Para termos dimensão, apenas um deles tem previsão para 4.864 unidades habitacionais, majoritariamente a serem consumidas pela parcela da classe média atraída pelo aquecimento do mercado de trabalho via SUAPE.

A forte elevação do PIB do município parece-nos apontar a existência de uma maior incidência da pobreza relativa a partir do ciclo histórico de crescimento dos últimos anos. Significa dizer que o rendimento do capital cresce em ritmo geométrico, enquanto que os rendimentos do trabalho em ritmo aritmético. Pochmann (2011) socializa dados que caracterizam que o atual aumento dos níveis positivos de formalização dos empregos no Brasil se dá principalmente na base da pirâmide. Em termos percentuais, afirma o autor, que dos 21 milhões de postos de trabalhos abertos na primeira década do século XXI, 94,8% estão inseridos na faixa de 1,5 salário mínimo. Para o mesmo período, as ocupações de maior rendimento, a partir de 5 salários mínimos, sofreram recuo de 4,3 milhões em números absolutos.

O cruzamento dos dados acima com as tendências atuais da desigualdade social e da pobreza no Brasil, parece-nos sinalizar que a particularidade da realidade do município se dá no ritmo de crescimento do PIB, bem como em um possível aumento da pauperização relativa, tendo em vista a atual *efervescência* na pirâmide social basear-se em um aumento nas ocupações com os rendimentos mais baixos, o que nos aproxima da tese de que o modelo de desenvolvimento para a periferia capitalista insere-se no circuito da acumulação do capital como medular à recomposição das taxas de lucros mundial, vide os recordes dos balancetes econômicos das multinacionais que aqui se instalam, de um mundo em crise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As aproximações à realidade que desenvolvemos no decorrer de nosso trabalho nos credenciam ao apontamento de algumas tendências que passam a despontar como sínteses da etapa de desenvolvimento em curso no Brasil, assim como suas expressões no município de Ipojuca/PE.

Indicamos que as transformações contemporâneas vêm impactando nas alterações demográficas e vêm estabelecendo fluxos migratórios dentro do próprio território do município de Ipojuca, transformações que geram um intenso movimento de especulação do espaço urbano, intensificado nos últimos dez anos. Demograficamente, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para além do crescimento populacional acima da média, expresso em um adensamento da população de 3% ao ano nos últimos dez anos⁶⁷, o município apresentou de forma simultânea crescimento da população rural.

A acelerada elevação populacional rural e urbana do município, captada pelas estatísticas do Censo de 2010 do IBGE, uniu tendências aparentemente antagônicas. A experiência de urbanização brasileira do século passado desencadeou de forma simultânea um intenso êxodo rural e construiu no imaginário coletivo a suposta existência de uma relação causa/efeito entre industrialização e urbanização. As redefinições dos fluxos de investimentos, superando o fluxo de mão única em direção ao centro-sul do país, casada ao esgotamento dos mais dinâmicos centros urbanos em prover condições de sobrevivência a esse contingente populacional migrante, parece-nos apontar a abertura de novas tendências na relação entre industrialização e urbanização.

Dos 14 municípios que compõem a RMR, Ipojuca em 2010 apresentou relativamente o maior peso do setor industrial na composição do seu PIB (31,14%), simultaneamente caminhou para um aumento populacional rural nos dez primeiros anos desse século, algo perto dos 10%, passando de 18.971 em 2000, para 20.918 em 2010. Esses dados nos colocam a existência simultânea do conhecido ciclo de expansão da indústria no território do município, capitaneado por SUAPE, ao mesmo tempo em que se tem aumento da população rural. Nesse sentido diferenciando-se das experiências do ciclo de industrialização vivenciado no país no século passado.

⁶⁷ Aumento que não contabiliza a população flutuante que faz utilização dos serviços e impacta, dentre outras coisas, todo o trânsito da região. População que se localiza de forma sazonal em Porto de Galinhas, e que permanentemente desloca-se até Ipojuca para atividades profissionais ligadas a SUAPE.

Entre os determinantes para as atuais alterações demográficas em curso no município podemos destacar dois: um primeiro relacionado à especulação do espaço urbano, materializado na captura da cidade para fins da acumulação, tornando acessórios os laços historicamente construídos com o lugar por parte da população local. A escalada da especulação tem produzido também maiores diferenciações entre as frações das classes trabalhadoras quanto ao acesso à moradia, tendo em vista a *favelização*, principalmente dos espaços *periurbanos* conviverem com a emergência de bairros planejados, estes centrados na classe média ligada aos empreendimentos que se instalam em SUAPE. Como segundo determinante é importante não nos esquecermos da elevação do custo de vida, que também se manifesta no cerceamento do direito à moradia e acaba redefinindo os fluxos migratórios nas fronteiras do território objeto de nossos apontamentos, este aqui entendido na concepção que defende Milton Santos (2005) de que “a arena da oposição entre o mercado - que singulariza-e a sociedade civil que - generaliza- é o território, em suas diversas dimensões”.

O marcante aumento da população rural como resultante dos determinantes acima citados, possui ainda possibilidades objetivas de existência relacionadas às mais de 80 comunidades rurais que sobrevivem em torno dos antigos engenhos de açúcar, lugares receptores do contemporâneo crescimento dessa população.

Para além da problemática do direito de acesso à moradia, a atual dinâmica de transformações vem demandando a capacidade de respostas do ponto de vista das políticas públicas, demandas que o último Censo do IBGE sinalizou não estarem sendo respondidas na velocidade e extensão necessárias. Os dados relacionados à saúde e educação, por nós socializados no terceiro capítulo, apresentaram distância do crescimento de 30% do tamanho da população na última década, crescimento que vem contrastando com a estagnação de números de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), e com o dado de um quinto (19, 21%) de analfabetismo entre a população local no ano de 2010 segundo o Censo do IBGE do mesmo ano.

Em que pese a universalização dos programas de transferência de renda impactarem na redução dos níveis de pauperização absoluta no Brasil de maneira geral, bem como em Ipojuca de modo particular, o ritmo de crescimento expresso nesse intervalo de tempo parece-nos desenvolver mecanismos de pauperização relativa⁶⁸, que se realiza nos desiguais acessos das classes aos resultados do alargamento das fronteiras produtivas.

⁶⁸ Tendo em vista que nas projeções quanto à apropriação da renda pelo capital a metodologia utilizada trabalha com projeções, portanto sem base real para tal, enquanto que para a medição da renda apropriada pelo trabalho a medição se dá diretamente na fonte, como nos lembra Oliveira (2010, p. 374).

As contradições sobre as quais estamos a discorrer apresentam dinâmica de agudização da “questão social”, seja pela ausência de infra-estrutura urbana, ou na incapacidade de respostas planejadas na perspectiva das políticas públicas, que direcionam a vigência de desigualdades que superam a simples desigualdade de renda. A elevação de episódios de violência, da constituição em pauta de saúde pública do uso de álcool e outras drogas, revelam expressões do desenvolvimento que passam a habitar o cotidiano das classes sociais, tecendo alterações no modo de vida e produzindo desiguais formas de viver mediadas pelos antagonismos classistas.

De modo direto, estamos a apontar que o agravamento de expressões da “questão social” aliado à ausência de respostas públicas, desencadeiam formas desiguais de acesso a serviços básicos como saúde e educação. Essa realidade abre espaço à privatização e, por conseguinte, ao esvaziamento destes enquanto direitos garantidos constitucionalmente. A mediação monetária passa a expressar a via de acesso a melhores serviços ante o sucateamento das políticas públicas.

O aquecimento do mercado formal de trabalho na região, tendo sua concentração nas ocupações da construção civil, estas centralmente demandadas pelas grandes obras em implantação no complexo de SUAPE, ao não requisitar força de trabalho com formação mais especializada tem construído uma importante fonte de ocupação para a população local. A despeito dessa conjuntura, a médio prazo a tendência são as ocupações relacionadas à construção civil perderem centralidade na geração de empregos em SUAPE, abrindo espaço para processos de trabalho que passarão a demandar formas mais intensivas de obtenção de mais valia, por isso mesmo com maior especialização da força de trabalho. As páginas futuras que o modelo de desenvolvimento hegemônico tem a apresentar guardam possíveis alargamentos das desigualdades sociais e o provável estabelecimento de novos fluxos migratórios que estarão a impactar principalmente a população nativa.

Em que pese o desafio de tentar ler um conjunto de transformações que apenas despontam, e que por isso mesmo distanciam-se de avaliações definitivas, o conjunto de apontamentos construídos no decorrer de nossa dissertação caminham no sentido da desconstrução das teses do *eldorado nordestino* que supostamente teria sua maior expressão em SUAPE. Se o nosso referencial teórico nos desautoriza a pensar o desenvolvimento social como caudatário de uma conjuntura de dinamismo econômico, também nossa história econômica nos apresentou no decorrer dos séculos que as desigualdades sociais só poderão se questionadas pela alteração no modo de apropriação do excedente, pela abertura das artérias

da democracia no Brasil, cujo resultado seria a edificação de relações sociais menos desiguais.

Nessa direção pontua Oliveira (2010, p. 370):

Infelizmente para os defensores do eterno casamento entre o avançado e o atrasado, a história brasileira não dá suporte ou evidências do acerto do conservadorismo com enfeite ideológico progressista. Nem mesmo de maneira remota. Até no caso da abolição da escravatura, que talvez tenha de fato subtraído o apoio parlamentar ao trono imperial, abrindo espaço para a república, não se deve perder de vista que ela foi pregada por radicais e realizada por conservadores. Nem se pode esquecer que o gabinete da Lei Áurea era presidido pelo conselheiro João Alfredo, um notório conservador.

Entre os desafios aos que insistem em caminhar na contracorrente está o de ocupação da arena pública de disputa de projetos hegemônicos, a partir sobretudo do reagrupamento das variadas frações dos que vivem do seu trabalho sob o sentimento de pertencimento de classe, superando *os consensos* desenvolvidos em torno da tese do desenvolvimento para todos. Numa palavra, significa resgatar os caminhos das lutas antagonistas como horizonte para os embates cotidianos.

REFERÊNCIAS

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Ed. do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

ANDRADE, Manual Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

AZEVEDO, Aluísio de. **O cortiço**. São Paulo: Ed. Paulus, 2003.

BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Rui; RIZEK, Cibele. (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

D’ALMEIDA, Ivo. **Ipojuca de meus avós** (conto como me foi contado). Ipojuca, 2007. Mimeo.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Ed. do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DOSSIÊ: o Brasil confiante. **Carta Capital**, São Paulo, n. 747, 2013.

DOSSIÊ: retirada para o Nordeste. **Carta Capital**. São Paulo, n. 737, 2013.

ENGELS, Friederich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. In: AGUENA, Paulo. (Org.). **O marxismo e os sindicatos**. São Paulo: Ed. do Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociologia crítica e militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. **O governo Lula e o Nacional-desenvolvimentismo às avessas**. 2011. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 23 maio 2013.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.3.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. **A transcrição do feudalismo para o capitalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KALLEBERG, Arne. O trabalho precário nos Estados Unidos. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Rui; RIZEK; Cibele. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KLIKSBERG, Bernardo. La escalada da pobreza em América Latina. In: KLIKSBERG, Bernardo. **Pobreza un tempo Impostergable: nuevas respuestas a nivel mundial**. Fondo de Cultura Económica, 1993.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo (Orgs.). **Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. I. Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital. Tomo 2 (Cap. XIII e XXV).

MARX, Karl. **Grundisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARANHÃO, Cézar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**. Recife: Ed. Univ. da UFPE, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos ; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Redução e aumento da desigualdade: um desafio ético-político ao Serviço Social brasileiro. In: Mota, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Univ. da UFPE, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Hegemonia às avessas: decifra-me ou te devoro! In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULO NETTO, José. A questão social na América Latina. **Revista Temporalis**, Brasília, DF, a. 9, n. 18, 2009.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010**: actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad . San José, C.R.: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROCHA, Solange. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian Jorge. **Para entender os sindicatos no Brasil**: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, v. 6 n. 16, jun. 2005.

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, Pernambuco**. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

TROSTSKY, Leon. **A Revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Declínio da desigualdade no Brasil. In: VIEIRA, Ana Cristina de Souza; AMARAL, Maria Cristina Borges. (Orgs.). **Trabalho e direitos sociais**: bases para a discussão. Maceió: EDUFAL, 2008.